



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

SERVIÇO SOCIAL

**A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA COMO UMA EXPRESSÃO RADICAL DA
QUESTÃO SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE AS DEMANDAS PROFISSIONAIS DOS
ASSISTENTES SOCIAIS EM FOZ DO IGUAÇU**

**ALESSANDRA STEFANI BORGES GOVEIA
DA SILVA**

Foz do Iguaçu
2023

**A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA COMO UMA EXPRESSÃO RADICAL DA
QUESTÃO SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE AS DEMANDAS PROFISSIONAIS DOS
ASSISTENTES SOCIAIS EM FOZ DO IGUAÇU**

**ALESSANDRA STEFANI BORGES GOVEIA DA
SILVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Talita de Melo Lira

Foz do Iguaçu
2023

ALESSANDRA STEFANI BORGES GOVEIA DA SILVA

**A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA COMO UMA EXPRESSÃO RADICAL DA
QUESTÃO SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE AS DEMANDAS PROFISSIONAIS DOS
ASSISTENTES SOCIAIS EM FOZ DO IGUAÇU**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof.^a Dra. Talita de Melo Lira
UNILA

Prof.^a Dra. Elmides Maria Araldi
UNILA

Prof.^a Dra. Cristiane Sander
UNILA

Foz do Iguaçu, 14 de outubro de 2023

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): Alessandra Stefani Borges Goveia da Silva

Curso: Serviço Social

	Tipo de Documento
<input checked="" type="checkbox"/> graduação	<input type="checkbox"/> artigo
<input type="checkbox"/> especialização	<input checked="" type="checkbox"/> trabalho de conclusão de curso
<input type="checkbox"/> mestrado	<input type="checkbox"/> monografia
<input type="checkbox"/> doutorado	<input type="checkbox"/> dissertação
	<input type="checkbox"/> tese
	<input type="checkbox"/> CD/DVD – obras audiovisuais
	<input type="checkbox"/> _____

Título do trabalho acadêmico: A População em Situação de Rua como uma Expressão Radical da Questão Social: um Estudo sobre as Demandas Profissionais dos Assistentes Sociais em Foz do Iguaçu

Nome do orientador(a): Prof.^a Dra. Talita de Melo Lira

Data da Defesa: 19/10/2023.

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons* **Licença 3.0 Unported**.

Foz do Iguaçu, 14 de outubro de 2023.

Assinatura do Responsável

Dedico este trabalho primeiramente a mim, como prova de que sou capaz, esforçada e humana pois foram nos piores níveis os desafios e as dores emocionais que enfrentei para chegar até aqui. A professora Talita de Melo Lira por todo cuidado, carinho e disposição, por não desistir de acreditar em mim. A minha família, meus avós Almirio Goveia da Silva e Lusmara do Carmo da Silva que, sem eles nada disso seria possível. Ao meu amor Vítor Fattah por todo carinho, incentivo e dedicação. A minha amiga Izabel Gomes pelo apoio, pelos conselhos e principalmente pelo carinho que tem por mim, por sempre me acolher.

Dedico aos sujeitos desta pesquisa, agradeço de coração pela confiança. Aos assistentes sociais e Pessoas em situação de rua deste país, a todos que lutam por uma sociedade justa e igualitária.

AGRADECIMENTOS

Agradeço infinitamente a oportunidade de estudar na UNILA. A universidade era uma realidade muito distante que nunca imaginei que seria possível acessar em vista das condições minha e de minha família. Através do curso de Serviço Social pude compreender quem sou e este mundo a qual estou inserida, onde encontrei as respostas que tanto precisava para a vida e constituir laços inesquecíveis. Obrigada a todos os professores do Serviço Social que contribuíram da sua maneira nas disciplinas que pude frequentar e conhecer neste processo formativo, por todo o aprendizado e dedicação.

Agradeço especialmente, de coração, à minha orientadora a quem admiro muito Dra. Talita de Melo Lira, que neste processo me apoiou constantemente, acolhendo minhas dificuldades e bloqueios, por todo incentivo e carinho que teve à minha pessoa, em que a cada orientação pude sair sempre mais renovada, inspirada e menos insegura, tornando este processo mais leve e possível.

As professoras da banca em quem confio, Cristiane Sander e Elmides Maria Araldi, por terem aceitado este convite, por estarem presentes neste momento tão importante da minha vida, avaliando este trabalho que traz esta temática sensível.

A professora Édina Mayer Vergara por quem tenho total admiração, por ser a pessoa que me fez acreditar e me mostrar que é possível mudar este mundo, tão incrível, humana e sensível, me acolheu ao me perceber no início e durante o curso, suas falas e ensinamentos sempre me trazem paz, me inspiram a ser uma pessoa melhor todos os dias.

Ao meu pai-avô Almirio e minha mãe-vó Lusmara que me criaram, por poderem estarem presentes neste processo, por me acompanharem, pelo respeito e paciência, por se preocuparem constantemente comigo, pela provisão e estabilidade que me proporcionam para que eu possa estudar, por terem me conduzido à UNILA durante todos estes anos.

Ao meu pai Alessandro e minha mãe Roberta, pela amizade e atenção, pelos conselhos, pelas brincadeiras, por me respeitarem e por serem quem são.

As minhas tias Fabiane e Jessica por terem ajudado neste processo, cuidando dos meus avós e do meu pai, por serem divertidas, por tornarem este período tão delicado o mais animado possível e por terem cuidado de mim.

Ao meu amor, Vitor Fattah por ter me acompanhado de perto nesta luta me incentivando, pelos abraços longos, pela confiança, paciência carinho e atenção, por me

fazer rir a todo momento, por acreditar em mim e sempre buscar me compreender.

As minhas amigas maravilhosas do curso, que sempre me apoiaram e acreditaram em mim Izabel, Amanda, Mariane, Maria Licínia, Maria de Lurdes, Sabrina e Elizabeth, que possamos nos encontrar mais vezes nesta jornada.

As assistentes sociais que conheci no Centro Pop, Sergi e Margani que me orientaram durante o estágio, obrigada pela paciência, pelos conselhos, pelo diálogo, pelo respeito e amizade. Vocês moram no meu coração.

A inspetora Lídia por ser uma pessoa tão amável e incrível, por me acolher em um dos momentos mais difíceis que tive que enfrentar, me aconselhando para a vida e me ajudando a buscar soluções. Obrigada pelas lindas orações e abraços, por ser essa pessoa maravilhosa, animada e gentil.

Agradeço em geral a todos os colegas e professores que na UNILA, proporcionam um ambiente solidário e acolhedor, onde sempre pude me sentir em casa.

Uma sociedade só é democrática quando ninguém
for tão rico que possa comprar alguém e ninguém
seja tão pobre que tenha de se vender a alguém.
Jean-Jacques Russell

SILVA. Alessandra Stefani Borges Goveia da. **A população em situação de rua como uma expressão radical da questão social:** um estudo sobre as demandas profissionais dos assistentes sociais em Foz do Iguaçu. 2023. 117 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2023.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo geral apresentar como as demandas da população em situação de rua se configuram como uma face da questão social, e como objetivos específicos: caracterizar a população em situação de rua como uma face da questão social; identificar como o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) vem contribuindo para dar visibilidade a essa expressão da Questão Social e na criação de políticas públicas; analisar as principais demandas e desafios do(a) Assistente Social no trabalho junto à população em situação de rua em Foz do Iguaçu. Referente a metodologia, a partir da perspectiva crítico-dialética e a utilização das categorias de análise questão social e população em situação de rua, esta pesquisa é exploratória e de campo, de caráter qualitativo. Utilizou-se como técnica a entrevista semiestruturada, na qual foram entrevistados três (03) assistentes sociais e três (03) pessoas em situação de rua. Durante este processo, foi possível atingir e ressaltar os objetivos geral e específicos desta pesquisa, e como resultado deste processo, foi possível constatar e ponderar as demandas na qual são os objetos de intervenção do assistente social e os impasses enfrentados nas instituições.

Palavras-chave: Serviço Social; Questão Social; População em Situação de Rua; Política Nacional para População em Situação de Rua; Movimento Nacional da População em Situação de Rua.

SILVA. Alessandra Stefani Borges Goveia da. **A população em situação de rua como uma expressão radical da questão social:** um estudo sobre as demandas profissionais dos assistentes sociais em Foz do Iguaçu. 2023. 117 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2023.

ABSTRACT

The general objective of this Final Paper is to present how the demands of the homeless population are configured as a facet of the social issue, and as specific objectives: to characterize the homeless population as a facet of the social issue; Identify how the National Homeless Population Movement has contributed to giving visibility to this expression of the Social Issue and the creation of public policies; analyze the main demands and challenges of Social Workers when working with the homeless population in Foz do Iguaçu. Regarding the methodology, from a critical-dialectic perspective and the use of the categories of analysis of social and population issues in homelessness, this research is exploratory and field-based, qualitative in nature. The semi-structured interview technique was used, in which three (03) social workers and three (03) homeless people were interviewed. During this process, it was possible to achieve and highlight the general and specific objectives of this research, and as a result of this process, it was possible to verify and consider the demands in which the social worker's objects of intervention are and the impasses faced in the institutions.

Key words: Social Work; Social issues; Homeless Population; National Policy for the Homeless Population; National Movement of the Homeless Population.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Levantamento realizado no Centro Pop em 2019.....	44
Quadro 02 – Principais fatos que ocorreram à PSR e conquistas do MNPR registrados em ordem cronológica de 1997 a 2023.....	57
Quadro 03 – Breve Histórico - Antes da PNPR	59
Quadro 04 – Histórico - Depois da PNPR	62
Quadro 05 – Síntese dos serviços por níveis de complexidades	62
Quadro 06 – Perfil das assistentes sociais entrevistadas.....	70
Quadro 07 – Perfil da população em situação de rua usuária dos serviços do Centro Pop e das Casas de Passagem:	74
Quadro 08 – Síntese da pesquisa realizada mediante entrevista com Assistentes Sociais	86
Quadro 09 – Síntese das principais demandas e faces da questão social identificadas	86

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Quantitativo e evolução das Pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único.....	43
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIAMP-Rua	Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua
CNDDH	Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MNPR	Movimento Nacional da População em Situação de Rua
MDA SFCF	Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
MDM/RUA	Movimento dos Moradores de Rua
MPC	Modo de Produção Capitalista
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
OAF	Organização Auxílio Fraternal
PNPR	Política Nacional Para População Em Situação De Rua
PSR	População em Situação de Rua
PT	Partido Dos Trabalhadores
SEAS	Serviço Especializado em Abordagem Social – SEAS
SEJU	Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 QUESTÃO SOCIAL: UMA BREVE ABORDAGEM HISTÓRICA E TEÓRICA	17
2.1 QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL	23
2.2 A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	30
3 FORMAS DE LUTAS E RESISTÊNCIAS DO MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	46
3.1 MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA ABORDAGEM TEÓRICA-CONCEITUAL.....	46
3.2 MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	51
3.3 POLÍTICA NACIONAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	59
4 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL JUNTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM FOZ DO IGUAÇU	64
4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	65
4.2 CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS	67
4.3 DEMANDAS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	74
4.4 DEMANDAS E DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS ASSISTENTES SOCIAIS	78
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS	89
APÊNDICES	93
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	94
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE	99
APÊNDICE C – REGISTRO FOTOGRÁFICO DO CENTRO POP	102
ANEXOS	107
ANEXO A – DECRETO N° 7.053/2009	108
ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO.....	113



“[...] Superficial? Descartável? É tempo de reavaliar seus valores e optar por amizades sinceras, com compromisso e disposição para envolver-se

[...]

O que os pais podem fazer para “entrar no mundo” de seus filhos, sendo um exemplo de autoridade e ao mesmo tempo, desenvolver uma amizade que cresça e se aprofunde até a maturidade?”

(Arte confeccionada por uma pessoa em situação de rua, no Centro Pop de Foz do Iguaçu)

1 INTRODUÇÃO

O Presente Trabalho de Conclusão de Curso resulta de uma jornada de muitos aprendizados e esforços realizados no decorrer do curso de graduação em Serviço Social na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e no Centro Pop de Foz do Iguaçu, na qual foi possível mediante período de dois anos em Estágio Obrigatório em Serviço Social. A escolha pela temática se deu através desta vivência, em contato com assistentes sociais, pessoas em situação de rua, orientadores de estágio e professores do curso, profissionais que sempre prezaram pela importância de um olhar sensível, de uma análise crítica-dialética da realidade, bem como por um atendimento humanizado.

A alta demanda nos serviços de acolhimento voltados à população em situação de rua é um reflexo deste sistema. A conjuntura atual favoreceu o aumento significativo desta população no país, expressa no aumento da pobreza, do desemprego e outras desigualdades geradas pelo capitalismo neoliberal, favorecidas durante e após a crise sanitária da pandemia da covid-19 pela reestruturação produtiva em conjunto com a gestão e postura de um governo autoritário.

Considerando a realidade dos serviços prestados no município, esta pesquisa apresenta como a implementação da Política Nacional para a População em Situação de Rua, conquistada pelo Movimento Nacional desta categoria, têm se efetivado na região de fronteira. Para isto, optou-se por pela pesquisa de natureza qualitativa, exploratória e de campo, partindo da seguinte motivação como questão norteadora: como a pessoa em situação de rua enquanto face da questão social, produz demandas profissionais para os assistentes sociais em Foz do Iguaçu?

Frente a esta questão, esta pesquisa definiu como objetivo central analisar como as demandas da pessoa em situação de rua se configuram como uma face da Questão Social. Para responder este objetivo, a pesquisa dividiu-se em três objetivos específicos: caracterizar a população em situação de rua como uma face da Questão Social; identificar como o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) vem contribuindo para dar visibilidade a essa expressão da Questão Social e na criação de políticas públicas; e por último, analisar as principais demandas e desafios do(a) Assistente Social no trabalho junto à população em situação de rua em Foz do Iguaçu.

A metodologia segundo Gerhardt e Silveira (2009, p.13) trata-se do estudo da organização dos caminhos que serão percorridos pelo pesquisador. Sendo esta uma

pesquisa exploratória e de campo, os procedimentos metodológicos neste estudo foram definidos para apontar os impasses enfrentados pela população em situação de rua e assistentes sociais na efetivação desta política. Para tanto, utilizou-se o método qualitativo na qual sua especificidade trabalha com o que há de mais profundo ou complexo nas relações sociais, ou seja: “com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.” (MINAYO, p.21, 2002).

Em relação aos instrumentos, nesta pesquisa optou-se pela utilização da entrevista semiestruturada, na qual de acordo com NETO (2002, p.58) articula as modalidades estruturadas e não-estruturadas, em que a primeira corresponde à formulação prévia de perguntas, enquanto a segunda equivale a entrevista aberta, abordando livremente sobre o tema. Foram também utilizadas a observação participante, registros fotográfico e fonográfico e anotações em caderno de campo.

Para a realização das entrevistas, foram elaborados dois roteiros de entrevistas para cada sujeito da pesquisa, sendo um destinado para três (03) assistentes sociais e outro para três (03) pessoas em situação de rua sob os critérios de quererem contribuir com a pesquisa, possuírem mais de 18 anos de idade, estar em situação de rua ou ser assistente social que trabalhe com a população em situação de rua e que possua informações qualificadas sobre a política nacional voltada a esta população.

Em vista deste processo, foram também elaborados o Termo de Esclarecimento Livre e Esclarecido TCLE e Termo de Ciência do Responsável pelo Campo de Estudo, assinado pelos coordenadores das instituições pesquisadas. Tanto o roteiro quanto os termos e projeto de pesquisa foram submetidos e aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEP/UNIOESTE.

A partir da perspectiva crítica-dialética, nesta pesquisa foram eleitas como categorias de análise a Questão Social e População em Situação de Rua. Esta pesquisa efetivou-se mediante as seguintes fontes de dados: dados estatísticos disponibilizados por plataformas online, livros, artigos, teses, dissertações, documentos, sites de notícias, coleta de dados em entrevista, políticas públicas e legislações.

Como resultados esperados, pretende-se contribuir com informações qualificadas sobre a população em situação de rua e sobre a intervenção profissional dos assistentes sociais, para o aprimoramento do conhecimento científico e acervo para o Serviço Social a cerca desta temática. Através de uma análise crítica da realidade

reconhecendo as contradições sociais como produtos gerados pelo atual sistema, esta pesquisa anseia validar, transparecer e salientar como as expressões da Questão Social afetam as pessoas em situação de rua e os próprios assistentes sociais.

A pesquisa também espera favorecer a identificação das demandas profissionais que se colocam para os assistentes sociais no atendimento, destacando-se as dificuldades e desafios que enfrentam durante a prática profissional, com ênfase sob o olhar profissional no cuidado e atenção a esta demanda. Não obstante, pretende colaborar principalmente com o olhar daqueles que vivenciam essa realidade e realçar a importância de seu movimento social para a conquista e materialização de seus respectivos direitos.

Espera-se que os resultados obtidos nesta pesquisa possam beneficiar e favorecer a população em situação de rua, assistentes sociais e a sociedade em geral, sob o intuito de gerar informações, efeitos e impactos positivos relativos à importância, efetividade e melhoria das políticas públicas, bem como a promoção e extensão dos direitos humanos e sociais relacionadas às pessoas em situação de rua no país.

Sendo este um tema que precisa vir a ser cada vez mais explorado e investigado pelo Serviço Social em vista da pouca quantidade de pesquisas disponíveis, principalmente no que concerne aos últimos anos e após a emergência da pandemia de COVID-19, esta pesquisa portanto, buscará contribuir com o Movimento Nacional da População em Situação de Rua e com o Serviço Social de modo que se possa ampliar sua visibilidade e fortalecimento, o combate à violação e a discriminação da população em situação de rua (PSR), bem como apontar os impasses enfrentados tanto pela população usuária quanto pelos profissionais assistentes sociais na efetivação da política nacional, visando sua melhoria.

Em vista desta proposta, a abordagem deste tema pretende promover por meio de uma compreensão didática a relevância da luta popular e seus enfrentamentos nos campos político e social, as demandas como reflexo da sociedade capitalista e a importância do reconhecimento e defesa dos direitos sociais com o apoio de profissionais como os assistente sociais e outras categorias, o poder da organização coletiva e a articulação com outros movimentos na busca por dignidade em meio a tantas injustiças e desigualdades.

O presente trabalho está estruturado em três (03) capítulos. No primeiro capítulo intitulado “Questão Social: uma breve abordagem teórica conceitual”, serão apresentados seu conceito, definição, sua origem e suas particularidades, de como as expressões da questão social são produzidas e porque elas não acabam, não se esgotam.

Em seguimento, é abordado como se deu sua ocorrência no Brasil, caracterizando ao final a população em situação de rua como uma destas expressões.

No segundo capítulo intitulado “Formas de Lutas e Resistências do Movimento Nacional da População em Situação de Rua”, se apresenta o conceito e a importância dos movimentos sociais, de como podem trazer conquistas significativas para a classe trabalhadora enquanto expressam suas demandas e reivindicações, enquanto se revelam as faces da questão social e da sociedade capitalista.

Neste sentido, se apresenta o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), os caminhos, iniciativas e ocorrências que desencadearam suas lutas e surgimento, tornando possível a conquista de uma política pública específica na qual é caracterizada posteriormente relacionando-a com o MNPR.

O terceiro e último capítulo intitulado “O Trabalho do Assistente Social junto à População em Situação de Rua em Foz do Iguaçu”, trata-se do resultado desta pesquisa. Nele são apresentados uma caracterização dos serviços ofertados ao atendimento da PSR no município e da atuação dos assistentes sociais com base na categoria trabalho, do Serviço Social. E por fim, apresentam-se as demandas e desafios relatados pelos sujeitos desta pesquisa.

2 QUESTÃO SOCIAL: UMA BREVE ABORDAGEM HISTÓRICA E TEÓRICA

No Brasil, inúmeras expressões da “questão social” atingem parte significativa da população. São elas por exemplo a pobreza, a fome, as injustiças, a miséria, o desemprego, a violência, o trabalho precário e/ou análogo à escravidão, a ausência de moradia, as dificuldades de acesso à saúde, à educação, entre muitas outras. Nesta questão, ao abordar sobre o cerne da questão social, se faz necessário estabelecer uma relação direta com o sistema econômico vigente visto que este possui papel ativo na produção e reprodução das desigualdades em geral, isto considerando conjuntamente particularidades políticas, sociais e econômicas do país.

Através desta relação, é possível ainda identificar que, para além da gênese e persistência destas e de muitos outros problemas sociais já conhecidos, verifica-se tanto a sua expansão e seus desdobramentos quanto a ocorrência de novas manifestações, sendo todas elas geradas partilhando de uma mesma raiz, adicionadas e sentidas pela “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 1999). Desta forma, por meio deste ponto de reconhecimento da vinculação das desigualdades sociais ao sistema capitalista e seu modo de produção, compete com base na perspectiva marxiana a devida utilização da categoria “questão social”.

A categoria “questão social” a ser utilizada neste trabalho, compartilha da concepção trabalhada por autores como Ianni (1989), Iamamoto (2000), Netto (2001) e Yazbek (2001) em que apontam como produto inerente a este sistema e, que adquire novas formas e complexidades à medida em que se atendem as necessidades do capital.

O conceito de questão social conforme Iamamoto (2000, p.26), concerne ao conjunto de expressões das desigualdades provenientes da relação contraditória entre capital e trabalho, na sociedade de classes do modo de produção capitalista, onde “[...] a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.”.

De acordo ainda com Iamamoto (2001, p.17), a questão social externaliza das classes sociais disparidades nas dimensões políticas, econômicas e culturais, que podem ser percebidas e caracterizadas nas relações de gênero, nas características étnico-raciais e também nas formações regionais, desencadeando relações entre os setores mais amplos da sociedade civil e o poder do Estado.

Entretanto, é importante mencionar que, as expressões da “questão social”

como as que foram citadas inicialmente, nem sempre se manifestaram ou se manifestarão da mesma maneira e intensidade em razão do contexto e estágio capitalista de que decorrem. Além disto, outras particularidades devem ser observadas neste meio, como transformações sociais, culturais, regionais e também os processos produtivos.

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” - diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo. (NETTO, p.45, 2001)

Ao que se refere à designação desta categoria como também ao início da utilização desta expressão, Netto (2001, p.42) a cita remetendo-se às formas em que diversos teóricos, filósofos e jornalistas entre 1830 e 1850 ousaram lidar com o fenômeno que foi o pauperismo, em um período que este sistema experienciava sua ascensão na Europa Ocidental, especificamente em sua segunda fase concorrencial-industrial na Inglaterra.

Este fenômeno tratava-se, portanto, de algo novo, nunca visto antes. Uma condição agravante de extrema pobreza, “[...] uma nova pobreza escandalosa e generalizada” (NETTO, 2013, p.84), que atingia a classe proletária naquele contexto, de alta vulnerabilidade social. O autor explica que, com a instauração e desenvolvimento do modo de produção capitalista a desigualdade gerada foi tamanha que não havia como passar despercebida. “Pela primeira vez na história registrada, *a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas.*” (NETTO, 2001, p.42).

Conforme observado e examinado por Marx (2013), o pauperismo representa “a parcela da classe trabalhadora que perdeu sua condição de existência – a venda da força de trabalho – e que vegeta graças a esmolas públicas.” (p.726). Para complementar, o autor parte da denúncia que o capitalismo também produz uma superpopulação relativa e na qual “o sedimento mais baixo da superpopulação relativa habita, por fim, a esfera do pauperismo.” (p.716). Desta forma:

O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército trabalhador ativo e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e juntos eles formam uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. O pauperismo pertence aos *faux frais* [custos mortos] da produção capitalista, gastos cuja maior parte, no entanto, o capital sabe transferir de si mesmo para os ombros da classe trabalhadora e da pequena classe média. (MARX, p.716-717, 2013)

O capitalismo é por Marx (2013) caracterizado como um sistema que se

baseia na acumulação de capital mediante a exploração da classe proletária pela classe burguesa, que detém os meios de produção e extrai da força de trabalho empregada a mais-valia, o lucro. O modo de produção capitalista exerce seu poder impondo seus preceitos e valores, gera a pauperização da classe subordinada e produz uma população excedente que lhe serve de ferramenta de controle sobre as relações de trabalho, em prol de seu benefício e vantagem na acumulação de capital.

Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional. (MARX, p.703, 2013)

Desta maneira, quanto maior for essa massa de trabalhadores excedente gerada mas não empregada pelos capitalistas, maior será a demanda e a concorrência pelos postos de trabalho disponíveis, como também maior é a submissão às condições de trabalho precarizados e o pagamento de salários baixos, condições sofridas e sentidas por todos da classe trabalhadora. “Cria-se sistematicamente um exército industrial de reserva sempre disponível, dizimado durante parte do ano pelo mais desumano trabalho forçado e, durante a outra parte, degradado pela falta de trabalho.” (p.549).

Nos períodos de estagnação e prosperidade média, o exército industrial de reserva pressiona o exército ativo de trabalhadores; nos períodos de superprodução e paroxismo, ele barra suas pretensões. A superpopulação relativa é, assim, o pano de fundo sobre o qual se move a lei da oferta e da demanda de trabalho. Ela reduz o campo de ação dessa lei a limites absolutamente condizentes com a avidez de exploração e a mania de dominação próprias do capital. (MARX, p.711, 2013)

Para poder avançar nesta temática na qual trata especificamente das expressões da “questão social” como produto próprio e resultante do modo de produção capitalista, é importante salientar que a pobreza e a desigualdade já se manifestavam no feudalismo, o que significa que, a existência destas antecede a existência do próprio capitalismo. Isto porque de acordo com Netto (2001) o modo de produção do sistema anterior era insuficiente para sanar as necessidades de sua população, que no período era composta e dividida em três classes sendo elas os servos, o clero e a nobreza.

Entretanto, há uma importante diferenciação a ser manifesta. Segundo Netto (2001, p.46) enquanto a desigualdade no sistema anterior “decorriam de uma escassez que o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas não podia suprimir [...]”, no capitalismo a desigualdade:

[...] na ordem burguesa constituída, decorrem de uma escassez produzida socialmente, de uma escassez que resulta necessariamente da contradição entre as forças produtivas (crescentemente socializadas) e as relações de produção (que garantem a apropriação privada do excedente e a decisão privada da sua destinação).

Assim, frente ao contraste da decorrência das desigualdades exposto entre os sistemas distintos, leva-se em consideração que a formação e a presença de uma desigualdade social possuem em sua particularidade uma ligação direta e correspondente conforme o sistema estabelecido, sendo deste resultante. Dessa forma, portanto, diferente do modo feudal a desigualdade no capitalismo não é sequer herdada de seu antecessor, mas sim de si produzida e constantemente promovida, logo é fruto de sua própria natureza (NETTO, 2001).

Em Netto (2001, p.43), se expõe também que, frente as condições precárias de vida e trabalho, os operários pauperizados passaram a se movimentarem organizando-se e posicionando-se como classe pela cobrança de direitos, reagindo mediante postura política de contraposição à ordem burguesa.

Segundo Iamamoto (2001) este movimento de ação e oposição da classe operária para com a classe dominante na reivindicação por direitos, compõe também o conceito de “questão social” que, como efeito a transporta para a esfera pública, a de reconhecimento e atuação estatal. Ademais, foi através deste reconhecimento que se desenvolveu nos países centrais por exemplo, o Welfare State¹, em que alguns direitos sociais públicos relativos ao trabalho se materializavam mediante serviços e políticas sociais:

É fato conhecido que historicamente a questão social tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, exigindo o seu reconhecimento como classe pelo bloco do poder, e, em especial pelo Estado. *Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos.* Esse reconhecimento dá origem a uma ampla esfera de direitos sociais públicos atinentes ao trabalho – consubstanciados em serviços e políticas sociais -, o que, nos países centrais, expressou-se no *Welfare State*, Estado Providência ou Estado Social. (IAMAMOTO, p.17, 2001).

Assim, a “questão social” além de representar todo o conjunto de desigualdades sociais originadas pelo capitalismo, está diretamente relacionada com

¹ O Welfare State ou Estado de Bem-Estar Social trata-se de um modelo econômico em que o Estado através de um conjunto de políticas atuou se responsabilizando pela promoção da igualdade social e bem-estar de sua população. Para outras especificações ver ESPING-Andersen, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. Lua Nova, São Paulo, n. 24, 1991.

eventos históricos e sócio-políticos, que nesta razão passou a designar-se “questão social” através da perspectiva de anseio pelo fim da ordem burguesa instituída. Em consonância a estes fatos vale ressaltar o que foi descrito por Marx (1867) que “com a acumulação do capital, desenvolve-se a luta de classes e, por conseguinte, a consciência de si [Selbstgefühl] dos trabalhadores.” (p.726).

Neste sentido, a “questão social” conforme lamamoto (2000, p.27) expressa rebeldia, isto porque suas manifestações atingem diretamente a classe trabalhadora que por sua vez reage expressando seu descontentamento, organizando-se coletivamente através de lutas e resistência, ingressando suas pautas e disputas no campo político.

O capitalismo desde sua instauração, estava e permanece organizado para atender as suas próprias demandas, no caso, as demandas da classe burguesa. Suas dinâmicas políticas, sociais e econômicas sempre se manifestaram em detrimento da classe trabalhadora, na qual é seu objeto de exploração.

Além disto em consonância com Netto (2001) já chegou a imaginar-se que, com o passar do tempo haveria com a grandeza do capitalismo o fim ou pelo menos a diminuição significativa da pobreza. Todavia, ainda assim a “questão social” não se extinguiria como não se extinguiu durante o período de Estado-providência (*Welfare State*) nos países da Europa Ocidental e nórdica.

Apenas os marxistas insistiam em assinalar que as melhorias no conjunto das condições de vida das massas trabalhadoras não alteravam a essência exploradora do capitalismo, continuando a revelar-se através de intensos processos de pauperização relativa [...]. (NETTO, p.47, 2001).

Nesta razão, uma prova de que esta superação ou a possível diminuição das manifestações da “questão social” não é viável em nenhum estágio do capitalismo, além do que já foi exposto até o momento, é de que “na atual fase do capitalismo há uma produção material capaz de superar a miséria do mundo, mas sua lógica de produção desigual promove cada vez mais a pobreza aos que não conseguem se inserir no assalariamento formal.” (TINTI, p.36, 2015). Neste sentido, a pobreza seria suprimível dentro da sociedade capitalista, todavia seu próprio modo de produção a impossibilita:

O que torna a pobreza na sociedade capitalista uma pobreza de natureza distinta de todas as anteriores é que nesta sociedade é possível suprimir a pobreza. É possível do ponto de vista da produção, da distribuição, mas não é possível do ponto de vista dos marcos jurídico-políticos em que opera essa sociedade. O que é importante assinalar não é a continuidade da fome; o que é importante é que a continuidade se dá quando é possível suprimi-la. E essa consideração é feita sem qualquer idealismo. (NETTO, p.93, 2013)

A expansão deste sistema não reduz suas contradições, mas sim alavanca

a expansão e a agudização das expressões da “questão social” na vida da classe trabalhadora, que segundo Yazbek (2001, p.35) gera o necessitado e o desamparado, promovendo tensão e instabilidade no mundo do trabalho. O capitalismo em expansão gera novas manifestações da “questão social”. A autora também afirma que este sistema não só propaga o desemprego e fragiliza as relações de trabalho de forma permanente, ele também origina e desenvolve outros tipos de modalidades de trabalho informal como de bicos/biscates e os de forma esporádica como o intermitente.

Os impactos destrutivos das transformações em andamento no capitalismo contemporâneo vão deixando suas marcas sobre a população empobrecida: o aviltamento do trabalho, o desemprego, os empregados de modo precário e intermitente, os que se tornaram não empregáveis e supérfluos, a debilidade da saúde, o desconforto da moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a fome, a fadiga, a ignorância, a resignação, a revolta, a tensão e o medo são sinais que muitas vezes anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados na sociedade. (YAZBEK, p.35, 2001)

Posto isto, não há de fato a possibilidade deste sistema baseando-se na desigualdade e exploração da força de trabalho humana, bem como na exploração da natureza, atingir um patamar que ele mesmo não almeja, em que segundo Netto (2001) o compromisso social simplesmente não o convém: “[...] a conjunção “globalização” mais “neoliberalismo” veio para demonstrar aos ingênuos que o capital não tem nenhum “compromisso social” - o seu esforço para romper com qualquer regulação política, extra-mercado, tem sido coroado de êxito.” (p.47).

A importância deste reconhecimento e, de tudo que foi exposto até aqui, é portanto no sentido de contrapor à naturalização das expressões da “questão social”, que com base em Siqueira (2014, p.241-243) resulta na culpabilização e no enfrentamento dos próprios indivíduos pela reprodução de sua vida material e por sua situação de pobreza, onde em uma lógica positivista e funcionalista o colocam sob a posição de desajustado, como opção de vida por ele adotado e/ou resultante de suas escolhas, geralmente mediatizadas pelo esforço, responsabilizando-o assim por sua condição/realidade.

Entre as formas de enfrentamento constantemente direcionadas ao indivíduo, são por exemplo mencionados pela autora: “o higienismo, educação e “refuncionalização”, adaptação (ou ajustamento corretivo) e “inclusão social”. A solução da pobreza mediante a “autoajuda” e religião. O combate à pobreza mediante a “criminalização da pobreza”.” (p.242).

Neste sentido e em síntese, as expressões da “questão social” tal como a situação de pobreza não estão atreladas ao sujeito, mas sim à estrutura econômica e social por ele vivenciada. É o modo de produção deste sistema em destaque que a produz e a

reproduz. “Portanto, trata-se de um fenômeno da própria “lei geral da acumulação capitalista.” (SIQUEIRA, 2014, p.242).

Assim, a desigualdade social gerada e desenvolvida deste modo de produção manifesta-se de várias formas e em diferentes níveis na realidade da classe trabalhadora que, como se não fosse o bastante prosseguem sem cessar enquanto ele existir. Não decorrem do destino ou da vida particular dos sujeitos, tampouco de ocorrências isoladas, mas sim de uma única fonte. Ainda assim, permanecerão sendo produzidas compulsoriamente enquanto este sistema permanecer avançando e evoluindo. (NETTO, 2001).

2.1 QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

No Brasil, a origem da “questão social” ocorre segundo lamamoto (2006, p.125), em um período marcado por profundas transformações na estrutura econômica e social do país, mais precisamente, entre as décadas de 1920 e 1930. Seu aparecimento relaciona-se diretamente ao estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista no processo de transição entre o fim da escravidão à generalização do trabalho livre, bem como a formação e a constituição de um mercado de trabalho que, em moldes capitalistas desenvolvia-se nos principais centros urbanos.

Contudo, após o fim deste regime e com o ingresso e expansão do modo de produção capitalista, a indústria se tornava a base do crescimento econômico. A população operária segundo lamamoto (2006) era composta por uma minoria sendo sua maior parte formada por imigrantes, que enfrentavam terríveis condições de trabalho e existência.

A razão de tamanha imigração pode ser explicada segundo Theodoro (2004, p.81), na qual após a abolição do sistema escravista os representantes dos estados brasileiros que possuíam grande poder de influência tanto política quanto econômica, como os fazendeiros do Oeste Paulista com destaque na produção do café, agiram de forma totalmente discriminatória, rejeitando a possibilidade de contratação desta população ex-escrava considerando-os avessos ao trabalho.

A partir disto, o autor afirma que foi utilizando-se desta justificativa que estes representantes apresentaram como proposta a substituição desta mão-de-obra escrava pela de imigrantes, que se sucedeu com a colaboração e o financiamento do governo, permitindo a chegada de um grande contingente de trabalhadores europeus antes

mesmo da Abolição:

Além do mais, também era objetivo dessa elite política o “branqueamento da nação” (Lamounier, 1988: 147). [...] A substituição da mão-de-obra escrava pelos imigrantes começou, assim, mais de 30 anos antes da Abolição. De acordo com dados disponíveis, entre 1864 e 1887, o número de escravos no país diminuiu de 1,7 milhão para 720 mil, enquanto, entre 1872 e 1881, 218 mil imigrantes entraram no Brasil. (THEODORO, p.81, 2004)

Ao passo em que a mão-de-obra imigrante era absorvida pelo mercado da produção do café, o autor revela que grande parcela da população antes escrava e agora livre para vender sua força de trabalho passaram a ocupar atividades muitas vezes mal remuneradas. Processo que caracterizou a gênese do mercado de trabalho brasileiro e na qual instituiu a base do que, posteriormente, ficou conhecido como o “setor informal” no Brasil (p.94).

Com a imigração massiva, os ex-escravos vão se juntar aos contingentes de trabalhadores nacionais livres que não têm oportunidades de trabalho senão nas regiões economicamente menos dinâmicas, na economia de subsistência das áreas rurais ou em atividades temporárias, fortuitas, nas cidades. (THEODORO, p.84, 2004)

De outro ângulo, no que condiz à situação em que se encontrava o proletariado industrial entre as décadas de 1920-1930, lamamoto (2006) a retratou como frágil e devastadora, de uma extrema pobreza e vulnerabilidade em meio a condições alarmantes de precária insalubridade e insegurança, acompanhada pelo não acesso aos meios essenciais à sobrevivência como água, luz e esgoto.

A autora afirma que no campo de trabalho, estavam sujeitos a jornadas extensas e diárias que em 1920 chegavam a somar 10 horas, estando ainda constantemente sujeitos a riscos de acidentes, que naquele período ocorriam com certa frequência. Nada obstante, a autora também relata que não possuíam garantias e sequer direitos básicos como férias, seguro, ou mesmo licenças para o tratamento e o cuidado de sua saúde, a contratação da mão de obra dessa população fazia-se mediante contrato particular, realizados entre o patrão e empregado.

Além disto, os salários pagos eram baixos e insuficientes para sanar as necessidades do próprio operário, bem como insuficientes para o mantimento de sua família, ainda que todos os membros estivessem inseridos no mercado de trabalho. No mesmo período a contratação de mulheres e crianças era constatada com menor remuneração em relação aos homens ainda que com a mesma duração de jornada de trabalho, como artifício de opressão para manter os salários sempre baixos.

Somado a isso, as crises do setor industrial e a pressão do exército industrial de reserva deixavam os trabalhadores sob o constante risco de serem

dispensados e de terem seus salários reduzidos. Desta maneira, para atenderem as demandas e interesses do capital a classe operária brasileira foi submetida a uma exploração abusiva pela classe dominante, desencadeando mais tarde movimentos que manifestaram suas demandas, reivindicações e principalmente seu descontentamento.

Diante desta realidade, passaram a organizarem-se defensivamente e politicamente, não apenas em razão das condições de trabalho precárias e degradantes que lhes foram impostas e sobretudo revoltantes, mas também em uma luta incessante pela própria sobrevivência, em manifestar e ampliar as condições necessárias que assegurassem e respeitassem sua própria existência.

No desenvolver das lutas operárias, surgirão formas superiores de organização, como Congressos Operários, Confederações Operárias, englobando diversos ofícios e cidades, e uma imprensa operária, que se destacará pela combatividade. No plano cultural e social serão desenvolvidas diversas iniciativas baseadas numa forma de ser proletária, constituindo-se numa crítica aos valores burgueses e afirmação de um novo tipo de sociedade. [...] Serão quando muito toleradas e, no crescer dos movimentos reivindicatórios, serão duramente reprimidas, com o fechamento de suas sedes e a perseguição de seus líderes, constantemente presos ou deportados. (IAMAMOTO, p.130-131, 2006).

Como resultado, a autora pondera que os movimentos sociais organizados pela classe operária geraram incômodo na sociedade burguesa, sendo contraídos como uma ameaça aos valores morais, religiosos e de ordem pública.

As reivindicações, protestos e greves expressam algo desse contexto. Também os movimentos sociais, sindicatos e partidos revelam dimensões da complexidade crescente do jogo das forças sociais que se expandem com os desenvolvimentos extensivos e intensivos do capitalismo na cidade e no campo. Sob essas condições, manifestam-se aspectos mais ou menos graves e urgentes da questão social. As lutas sociais polarizam-se em torno do acesso à terra, emprego, salário, condições de trabalho na fábrica e fazenda, garantias trabalhistas, saúde, habitação, educação, direitos políticos, cidadania. [...] Desenvolvem-se reivindicações, greves, protestos e revoltas. Simultaneamente, há uma luta aberta e surda pela cidadania. (IANNI, p.147, 1989).

Todavia, face às demandas sociais e uma série de movimentos desencadeados e estimulados pelos trabalhadores em reação ao aprofundamento do capitalismo no país, surge a necessidade de controlar a exploração sobre a força de trabalho. A autora traz que através do Estado, foi lançada sobre a classe subordinada a regulamentação jurídica do mercado de trabalho e, a partir desta regulamentação procederam-se as Leis Sociais.

O desdobramento da questão social é também a questão da formação da classe operária e de sua entrada no cenário político, da necessidade de seu reconhecimento pelo Estado e, portanto, da implementação de políticas que de alguma forma levem em consideração seus interesses. As Leis Sociais surgem em conjunturas históricas determinadas, que, a partir do aprofundamento do capitalismo na formação econômico-social, marcam o deslocamento da “questão social” de um segundo plano da história social para, progressivamente colocá-la no

centro das contradições que atravessam a sociedade. (IAMAMOTO, p.126, 2006)

A regulamentação do trabalho e do mercado de trabalho iniciou-se assim em 1930, década que inclusive marca a origem da Primeira República, estando também sob a direção do governo populista de Getúlio Vargas. Segundo Theodoro (2004) o Estado neste período passou a manifestar sua nova característica: a intervencionista (na qual anteriormente era apenas normativa), passando, por conseguinte a promover diversas medidas com a intenção de gerar uma massa de força de trabalho que estivesse apta para atender as necessidades da indústria que se consolidava. Medidas em que:

Pelo menos para uma parcela da mão-de-obra, instituiu-se a garantia de férias pagas, aposentadoria e assistência médica. De outro lado, são criados tribunais específicos para as questões trabalhistas; e mesmo a organização de sindicatos foi estimulada pela legislação varguista. (THEODORO, p.99-100, 2004)

O Estado segundo lamamoto (2006), incapaz de ofertar e de implementar políticas sociais que fossem de fato eficientes para atender as necessidades e reivindicações da classe trabalhadora, opta para o uso de medidas voltadas à integração e absorção da população ao mercado, no mesmo tempo em que recorre e apela ao uso da repressão policial. “[...] A violência do Estado se fará constantemente presente à trajetória das lutas do movimento operário como o mais eficiente instrumento de manutenção da paz social necessária à acumulação capitalista” (p.133).

Lastimavelmente, a “questão social” segundo Ianni (1989, p.146) passou lentamente a ser reconhecida como uma realidade, tanto pelos governos quanto pelos setores dominantes da sociedade, para só então ser tratada como de fato uma questão política, para além da coerção e repressão como o uso da polícia. O que não significou o fim do uso dessas medidas repressivas, mas sim reconhecer que era possível lidar com os explorados sem abalar a estrutura socioeconômica.

Theodoro (2004) explica que entre os anos 1930-1970 a intervenção do Estado, classificado desenvolvimentista, voltava-se para o investimento do processo de modernização econômica do país visando o crescimento econômico, “o que implicaria a absorção da maior parte da mão-de-obra nas atividades ditas modernas.” (p.99). Assim, o Estado atuou promovendo políticas de proteção ou de incentivo à economia privada, como “Estado-empresário” de forma direta, ou mesmo definindo diretrizes gerais em áreas estratégicas. (p.95)

Além das medidas estatais, lamamoto (2006) revela que existiram também as de âmbito particular, representando da mesma forma a “[...] adesão às novas formas de dominação e controle do movimento operário, cuja especificidade será dada pelo populismo

e desenvolvimentismo, onde a procura do consenso se sobrepõe à simples coerção.” (p.135).

Ao passo em que a classe operária expressava seus anseios, a burguesia industrial e o patronato se fortaleciam organizando-se como classe sob o desígnio de garantir seus interesses em relação à compra e a venda da força de trabalho, pelo lucro e sua acumulação de riquezas:

Buscará por todos os meios e formas de pressão impedir, retardar ou boicotar a regulamentação externa do mercado de trabalho e tudo que interfira no controle direto e manipulação de seus empregados. Estará em luta permanente contra qualquer movimento interno ou externo às relações de produção que possa considerar uma ameaça a seu sagrado direito de arrancar o máximo de trabalho excedente. Manterá, assim, um confronto constante entre os sindicatos [...] ao mesmo tempo em que busca impedir que a arbitragem do conflito saia da esfera policial. (IAMAMOTO, p.135, 2006)

Consonantemente, expressa Ianni (1989) que “em certas conjunturas os aparelhos repressivos, de dentro e de fora das agências estatais, agem no sentido de anular ou intimidar movimentos, sindicatos e partidos, suas bases e lideranças.” (p.146).

Neste sentido, Iamamoto (2006) afirma que o empresariado cobrou a falta de mecanismos como instituições que socializassem (doutrinassem) o proletariado visando sua integração física e psicológica ao trabalho fabril. Era preciso pois, um proletariado adaptado e naturalizado às relações de trabalho impostas, ou seja, educado e disciplinado (adestrado) para o trabalho de modo complementar à sua coerção: “[...] é preciso que a sociedade atue como uma extensão da fábrica. [...] elevar o proletariado a um padrão *ético-moral*, a uma racionalidade de comportamento ajustada à interiorização da ordem capitalista industrial” (p.137-138).

Por outro lado, nesta mesma lógica, verificou-se a prestação de serviços assistenciais concedidas por parte das empresas de grande porte, na qual o conteúdo destas políticas é citado pela autora como “um mecanismo de formar *obrigações*, de constituir súditos, atividade necessária à manutenção de seu sistema de dominação política e social.” (p.139).

Políticas que segundo a autora se relacionam a benemerência e paternalismo por parte da empresa, que desta imagem beneficia-se aplicando sua lógica de controle social e manipulação da classe operária com mais amplitude, políticas muitas vezes compensatórias e sobretudo racionalizadas para frear o movimento operário e aumentar a produtividade, facilitando assim a exploração da mais-valia ao mesmo tempo que lhe permitiam diminuir ou mesmo evitar futuras tensões sociais:

Nestas, são muito comuns as *vilas operárias*, ambulatórios, creches, escolas etc.,

aliadas a certas atitudes pouco comuns na época, como não descontar o tempo das operárias que amamentam seus filhos etc. O uso desses equipamentos, em geral gratuito ou a preço muito reduzido - à exceção do aluguel das casas - tem uma contrapartida constante no rebaixamento salarial ante a empresas do mesmo ramo que não os possuam, e a sujeição ao controle de sua vida cotidiana, política e reivindicatória. Os benefícios são condicionados ao bom comportamento diante das greves e a vida pessoal regrada. [...] Neste sentido, apesar de sempre aparecerem sob uma aura paternalista e benemerente, constituem-se numa atividade extremamente racionalizada, que busca aliar o controle social ao incremento da produtividade¹⁴ e aumentar a taxa de exploração. (IAMAMOTO, p.139, 2006)

É imprescindível salientar que ainda que se melhore as condições de vida e trabalho da classe explorada, condições que não foram adquiridas pacificamente ou pela boa vontade de seus empregadores, mas sim conquistas por meio de lutas e resistências operárias, esta revela ainda assim a existência de sua “miséria relativa” (p.134). É inclusive, face a miséria relativa enfrentada pela classe trabalhadora urbana que a autora afirma que o Serviço Social, emerge como instrumento utilizado pelas classes dominantes, como uma “[...] alternativa às ações caritativas tradicionais, dispersas e sem solução de continuidade, a partir da busca de uma nova “racionalidade” no enfrentamento da questão social. [...]” (p.19).

O Serviço Social surge como um dos mecanismos utilizados pelas classes dominantes como um meio de exercício de seu poder na sociedade, instrumento esse que deve modificar-se, constantemente, em função das características diferenciadas da luta de classes e/ou das formas como são percebidas as sequelas derivadas do aprofundamento do capitalismo. [...] A questão social não é senão as expressões do processo de formação do desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. (IAMAMOTO, p.19 & 77, 2006)

Conforme exposto até aqui, com o aprofundamento do capitalismo no Brasil somado às influências das conjunturas a nível mundial e nacional (como o fim da escravidão, início da Primeira República, o processo de industrialização nacional e o pós-guerra), há a intensificação das manifestações da “questão social” e a superexploração da classe trabalhadora, que por sua vez expõe tais expressões e sua condição de classe oprimida.

À medida em que a classe explorada passou a se organizar e reivindicar por direitos e garantias que, os permitissem simplesmente a manutenção e a reprodução da própria vida em condições dignas de trabalho e existência, exigiu-se o reconhecimento da “questão social” seguido pela intervenção do Estado, que todavia, a atende sem alterar a estrutura econômica-social. Isto porque, prioriza garantir e assegurar a continuidade da ordem instituída atendendo os interesses mercadológicos, acompanhando pois o

fluxo/movimento do capital e principalmente os interesses e as condições da burguesia nacional.

Para complementar, a ascensão do modo de produção capitalista implicou ainda na organização e no conflito de interesses entre as classes antagônicas, nas formas de assistencialismo privado e estatal de controle sobre a força de trabalho, no apelo ao uso da repressão policial e especialmente, na origem do Serviço Social.

Conforme esperado neste sistema, mesmo em décadas mais recentes e conjunturas marcadas por outras particularidades econômicas e sociais, com uma legislação de trabalho mais ampla, com avanços como a própria Constituição Federal de 1988 e também a criação de políticas públicas (todas resultante de processos desencadeados pela classe trabalhadora), múltiplas expressões da “questão social” afligem a população brasileira atualmente. Algumas delas já conhecidas, outras com novas características.

No percurso histórico do século XX, as políticas sociais vão se ampliando no Estado brasileiro, com a elaboração de legislações específicas, sobretudo a partir da Constituição Federal de 1988, a qual garante a Seguridade Social (que reúne as políticas de previdência, assistência social e saúde). É a saúde um sistema universal para todos os cidadãos; a previdência, para seus contribuintes; e a assistência, para quem dela necessitar. (SANTOS, p.259, 2023)

As políticas sociais segundo Behring (2009, p.51) são respostas setorizadas e fragmentadas para dar conta das expressões multifacetadas da “questão social”. De forma concisa, Santos (2023, p.259) descreve que as políticas sociais possuem caráter assistencialista e são canalizadas por ações neoliberais, incompatíveis com a universalidade dos serviços devido sua focalização na extrema pobreza e repasse insuficiente ou inadequado de recursos, “[...] e abrem espaço para a mercantilização dos serviços sociais, diante da falta de acesso a elas no âmbito público.”

Embora o conjunto de políticas sociais seja fundamental para o sistema capitalista na contemporaneidade, nas últimas décadas vem se efetivando um movimento de retração. Este movimento se realiza por meio dos ajustes fiscais do Estado, ancorado na teoria neoliberal, que defende a diminuição dos gastos estatais na área social. (SANTOS, p.253, 2023)

Quanto às expressões da “questão social” na atualidade, podem a exemplo serem mencionadas: a fome, a insegurança alimentar, o desemprego estrutural, a miséria, a precarização e a flexibilização do trabalho, bem como o trabalho informal e o terceirizado, desigualdades raciais e de gênero, dificuldades ou não acesso a respectivos direitos como saúde, educação e moradia, entre outros. São também todas as formas discriminação e preconceito, bullying, todos os tipos e níveis de violência (sendo muito expressiva a violência sexual contra mulheres, crianças e adolescentes), o tráfico humano, a situação de

rua, a degradação ambiental e a poluição, entre muitas, muitas outras.

Enquanto este sistema organizado para si perdurar e avançar, ele investirá na exploração, controle e subalternização da classe trabalhadora. Ela assim como nos períodos anteriores seguirá resistindo a estas investidas, lutando para subsistir. Estará também presente na reivindicação e ampliação de direitos, pela efetividade dos serviços públicos e das políticas sociais, contra todo tipo de retrocessos, formas de opressão, injustiças e violência.

A solução está na mudança radical da esfera produtiva, na base material da reprodução social. A classe operária deve controlar a produção, de forma a voltar o trabalho humano para a satisfação real das necessidades humano-materiais, e não mais para expandir e acumular capital. Só assim não será mais necessário o poder político do Estado burguês —com ou sem políticas sociais — e tudo o que ele representa. (SANTOS, p.270-271, 2023)

Uma das faces da questão social que atualmente tem crescido expressivamente no Brasil, é o fenômeno da população em situação de rua. Diante do que foi exposto até o momento no decorrer deste capítulo, é possível relacioná-la diretamente com a produção do pauperismo e formação da população excedente, bem como conectá-la ao contexto brasileiro apresentado a partir da década de trinta, conforme será demonstrado no próximo a seguir.

2.2 A População em Situação de Rua

A situação de rua compõe uma das faces mais dramáticas da “questão social”, categoria da qual é inerente ao capitalismo e que se manifesta nas sociedades burguesas desde a gênese deste sistema. Segundo Silva (2009, p.25) “a história do fenômeno população em situação de rua remonta o surgimento das sociedades pré-industriais da Europa, no contexto da chamada acumulação primitiva, em que os camponeses foram desapropriados e expulsos de suas terras”. Trata-se de um fenômeno que permanece presente, sua evidência está registrada ao longo da história perpassando por conjunturas e regiões distintas, durante todo o processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista e seus diferentes estágios de atuação.

A população em situação de rua é formada por indivíduos de diferentes vivências, mas que possuem em comum a situação de vulnerabilidade e extrema pobreza, a ausência de moradia fixa e a utilização dos espaços públicos como ruas, praças, prédios abandonados e marquises para sobreviver, seja por um tempo ou de forma permanente. Outra característica bastante comum que apresentam são os vínculos com familiares e/ou

afetivos fragilizados ou mesmo interrompidos, a inserção em atividades mal remuneradas e/ou trabalho intermitente. Utilizam também serviços e unidades de acolhimento, muitas vezes alternando entre abrigos e ruas. (ROSA, 2005; SILVA, 2009)

Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Decreto nº 7053/2009, art. 1º, Parágrafo Único).

São dessa forma, indivíduos que possuem em comum algumas das múltiplas expressões da questão social. Dada sua complexidade, é possível identificar em um mesmo sujeito, outras expressões como o desemprego, a baixa escolaridade, o desamparo e a falta de acessibilidade que aprofundam sua exclusão e sensação de não pertencimento, a questão da dependência química, a baixa autoestima e a presença de transtornos mentais que prejudicam ainda mais sua vivência e restabelecimento como indivíduo, que muitas vezes se torna mais um fator contribuinte para sofrer mais violência na sociedade.

No que condiz sobre a origem dessa população no Brasil, Silva (2009, p.81) afirma haver uma ausência de estudos específicos que antecedem a década de 1990, inviabilizando possíveis comparações ou mesmo realizar o próprio resgate histórico do fenômeno. No entanto, é possível relacionar a sua origem em conjunto com as demais desigualdades geradas pela instauração e desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista (MPC) no país, visto que, este fenômeno corresponde ao que Marx (2013, p.726) ao falar sobre o pauperismo oficial afirma ser a “a parcela da classe trabalhadora que perdeu sua condição de existência – a venda da força de trabalho – e que vegeta graças a esmolas públicas”.

Considerando essas afirmações, o aparecimento deste fenômeno no país segundo Dias (2013) pode ser identificado no processo de urbanização e modernização do país, que decorre do ingresso e expansão do MPC onde a indústria se tornava a base do crescimento econômico após a abolição do regime de escravidão. Durante este processo, a autora afirma com base em Chiavenato (1987) que a elite brasileira e racista incentivou a imigração europeia com o propósito de modificar o perfil étnico da população, o que resultou também em ações higienistas extremamente violentas:

O fenômeno da população em situação de rua, no Brasil, tem início nas primeiras formações urbanas no final do século XIX. As práticas higienistas, deste período, adotadas pelos governantes brasileiros em parceria com grupos empresariais imobiliários, tinham o objetivo de urbanizar e modernizar o país; criar um —povo de

verdade e lucrar com o aluguel e venda de habitações valorizadas após a expulsão dos pobres de zonas centrais das cidades. A estratégia de modificar o perfil étnico da sociedade resultava em ações higienistas extremamente violentas contra os pobres, escravos, ex-escravos, indígenas e mestiços. Ações higienistas onde foram derrubados e incendiados cortiços e demais habitações pobres, vacinações compulsórias, e esterilização obrigatória de mulheres pobres, ações que constituíam regra no período e recebiam o apoio da elite. A consequência de tais ações gerou desapropriação de milhares de indivíduos pobres e sem trabalho, uma vez que não eram aceitos no mercado de trabalho, que encontraram três alternativas de sobrevivência nas cidades: a) ocupar locais centrais, criando novas formas de habitação, como as favelas; b) retirar-se, na maioria das vezes sob coação, para localidades cada vez mais afastadas, inaugurando as primeiras periferias; c) fazer das ruas seu local de moradia permanente ou provisória. (DIAS, p. 11-12, 2013)

Evidencia-se dessa forma, a produção de uma população pobre e sobrando no país, gerada pelo sistema em comunhão com a elite na subtração dessas propriedades localizadas em áreas centrais da população que ali habitava, bem como seu combate violento. Provocaram e conseguiram ocasionar a desapropriação, a marginalização e a precarização de vida destas pessoas utilizando-se de medidas higienistas, forçando-as a se adaptarem e a sobreviverem frente a estas condições impostas, resultando assim em sua retirada para lugares afastados, formando favelas e periferias ou então ficando em situação rua.

Ao que se refere particularmente à produção e a reprodução da população em situação de rua nas sociedades capitalistas, Silva (2009) a relaciona com a formação da população relativa, também chamada de exército industrial de reserva, em suas três formas “[...] flutuante, latente e estagnada” (MARX, 2013, p.713) no processo de acumulação do capital.

Este fenômeno segundo a autora (p.78) destaca-se com maior predominância na forma estagnada, em ocupações irregulares como: vigia, engraxate, catador de materiais recicláveis e outras. De forma complementar, também correlaciona esta população ao lumpemproletariado, ao pauperismo, visto que parte dela apesar de ser apta ao trabalho, não é absorvida pelo mercado.

Por esta razão, é importante ressaltar que neste sistema a extrema pobreza e a extrema riqueza não são ou estão alheias uma à outra, mas sim complementares em que uma depende da outra, conforme demonstra Marx em sua fala acerca da relação entre a produção do pauperismo e da superpopulação relativa com a produção e aumento de riquezas:

O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército trabalhador ativo e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e juntos eles formam uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento

da riqueza. [...] Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazarentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista. (MARX, p.716-717, 2013)

Os excluídos e não geridos pelo sistema ao não serem configurados como trabalhadores produtivos expressam diversas demandas. Ficam em completo estado de abandono dos meios que os permitiriam, ao menos minimamente, garantir sua sobrevivência através da venda e exploração de sua força de trabalho. [...] A condição de trabalhadores, que só dispunham de sua força de trabalho para vender - e nem essa foi absorvida pela produção capitalista, compeliu essa população à situação de absoluta pobreza, vulnerabilidade social e degradação humana. (SILVA, 2009, p.75).

As pessoas vão para a rua porque a estrutura da nossa sociedade é desigual. E por vivermos em uma sociedade capitalista, a desigualdade é condição para que o capital possa se reproduzir e aumentar sempre o seu lucro. Como a riqueza da sociedade se acumula cada vez mais nas mãos de poucos e os recursos não são destinados para atender aos direitos básicos, como saúde e moradia, acaba se reforçando a divisão entre pobres e ricos (MNPR, p.8, 2010).

A população em situação de rua (PSR) tem recebido nos últimos anos uma maior notoriedade devido seu aumento expressivo, principalmente após o contexto de pandemia da COVID-19 seguida pelo aumento exponencial da pobreza em um governo autoritário que agiu contra a vida e os direitos da população, intensificando as desigualdades e a fragilização da classe trabalhadora. Neste período de grande insegurança, pessoas das mais diversas regiões do país foram afetadas economicamente e por completo, muitas delas sem outras alternativas se movimentaram para as ruas mediante fatores estruturais como o desemprego acompanhado pelo aumento do custo de vida.

O negacionismo em torno da pandemia e o desinteresse do governo federal em articular ações práticas de contenção da disseminação do vírus fez com que se observasse um aumento do número de pessoas em situação de rua que, sem trabalho e renda, se depararam com a rua enquanto possibilidade de moradia e sobrevivência. A partir disso, homens, mulheres, idosos, crianças e adolescentes em situação de rua confrontam suas existências a uma jornada de vida deixada para trás, e na maioria das vezes, abandonados e ignorados pela sociedade, convivem com suas angústias e adoecimentos físico e mental, sem qualquer suporte para a resignificação e superação dessa realidade. (NETO, p.86, 2022)

Durante o contexto pandêmico, a classe trabalhadora experenciou o

agravamento das expressões da questão social e o despertar de novas manifestações. O capitalismo em contrapartida, se fortaleceu. Demonstrou ainda mais o seu poder e dominação sobre a classe explorada que se encontrava cada vez mais vulnerável: investiu na precarização do trabalho, em maneiras de tornar a educação e o trabalho remoto permanente e sem garantias, na imposição de medidas de ajuste fiscal e corte de gastos, tentou ao máximo privatizar serviços públicos, permitiu o avanço do desmatamento e a violência contra os povos originários, enquanto expôs os trabalhadores aos riscos de contágio. Investiu, portanto, contra a vida e os direitos trabalhistas da população.

[...] o aprofundamento do desemprego e do trabalho precário constituem fatores relevantes da expansão da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, da elevação dos índices de pobreza e níveis de vulnerabilidade da classe trabalhadora e, conseqüentemente, da expansão do fenômeno população em situação de rua, como parte constitutiva da pobreza e da superpopulação relativa, excedente à capacidade de absorção do capitalismo. Assim sendo, este fenômeno constitui expressão radical da questão social na contemporaneidade, que materializa e dá visibilidade à violência do capitalismo sobre o ser humano, despojando-o completamente dos meios de produzir riqueza para uso próprio e submetendo-o a níveis extremos de degradação de vida. (SILVA, p.90, 2009)

Pesquisas recentes divulgadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) demonstram que nesse contexto, entre 2019 e 2022 a PSR aumentou em 38% atingindo um total de 281.472 pessoas, representando também um aumento de 211% em apenas uma década, entre 2012 e 2022.

No relatório “População em situação de rua: diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registro administrativo e sistemas do Governo Federal”, realizado com base nas pessoas em situação de rua inseridas no Cadastro Único, estima-se que em dezembro de 2022, 1 a cada 1.000 pessoas no Brasil estava em situação de rua, isto levando-se em consideração que a população residente do país segundo o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizada no mesmo ano, foi contabilizada em 203 milhões de habitantes.

Por meio deste relatório é possível identificar e filtrar através dos dados estatísticos disponibilizados, uma rica quantidade de detalhes a respeito do quantitativo dessa população em situação de rua nos demais estados e regiões do país, seu mapeamento no acesso às políticas públicas, informações sobre seu perfil (sexo, faixa etária, cor, país de origem, local de nascimento, escolaridade, se possui algum tipo de deficiência física ou mental, Síndrome de Down ou mesmo transtorno mental, entre outros), características da violência notificada (sexo, identidade de gênero, idade, cor, orientação sexual, deficiência/transtorno, recorrência, autor da violência e local da ocorrência) e a evolução dos casos de violência de 2015 à 2022.

Com base nos indicadores deste relatório (p.5-6) destaca-se sobre seu perfil que, 87% das PSR inseridas no Cadastro Único são do sexo masculino, 13% são mulheres, 55% são pessoas adultas (entre 30 e 49 anos) e 68% são pessoas negras (considerando 51% como pardas e 17% como pretas). Além disto, 15% são pessoas com deficiência (sendo a física predominante), 4% (9.686) são migrantes internacionais, sendo 43% venezuelanos, 23% angolanos e 11% afegãos.

São também expressos no relatório outras informações extremamente relevantes sobre a caracterização desta população, aponta-se que 90% sabem ler e escrever enquanto 68% já teve vínculo empregatício formal, com carteira assinada. O trabalho como catador foi o mais citado como meio de ganhar dinheiro por 17% da PSR.

Entre os fatores que causaram a situação de rua, foram mencionados três principais motivos onde problemas com familiares (44%) e desemprego (39%) aparecem com maior porcentagem, enquanto 29% relataram ser alcoolismo e/ou uso de drogas. Em relação aos locais que utilizam para dormir, 55% informaram dormir na rua, contabilizando 70% na região Norte em contraste com o Sudeste, onde 41% afirmaram dormir em albergues. Além disto, 92% afirmaram não viver com suas famílias nas ruas.

A respeito da violência praticada contra essa população, os dados revelam a própria condição de situação de rua como principal motivação. Não obstante, a violência contra mulheres representa os maiores índices em relação a sua quantidade, enquanto a de homens negros e jovens são apontados com maiores registros. Outro ponto a ser considerado é que o tipo de violência física se sobressai à psicológica, enquanto parte significativa da violência cometida contra a PSR em geral é realizada muitas das vezes por pessoas desconhecidas da vítima:

Entre 2015 e 2022, 2% do total de situações de violência notificadas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Ministério da Saúde, tiveram como motivação principal a condição de situação de rua da vítima (48.608 notificações), o que representa uma média de 17 notificações por dia.

- Apesar de as mulheres representarem apenas 13% do total de pessoas vivendo nas ruas, foram vítimas de 40% dos casos de violência notificados em 2022.
- Homens negros e jovens correspondem às principais vítimas desse tipo de violência. Pessoas pardas (55%) e pretas (14%) somam 69% das vítimas e a faixa etária mais atingida é de 20 a 29 anos (26%), seguida dos 30 a 39 anos (25%).
- Em relação ao tipo de violência, 88% das notificações, de 2022, envolviam violência física, sendo a violência psicológica a segunda mais frequente (14%).
- Pessoas desconhecidas das vítimas foram indicadas como prováveis autores da agressão em 39% dos casos e o local de agressão mais frequente foram as vias públicas. Casos recorrentes correspondem a 28% das notificações. (BRASIL, p.6, 2023)

Ao passo em que essa população aumentava por todo o Brasil, foram-se reforçando discursos fatalistas em prol de sua naturalização pela sociedade (NETO, 2022).

Era possível identificar por exemplo, através dos meios de comunicação, abordagens que reforçavam a discriminação generalizada deste segmento, geralmente propagadas de forma aterrorizante e irresponsável na mídia por programas de TV polêmicos e sensacionalistas.

Entre os discursos mais graves e polêmicos, se destacaram as falas preconceituosas ditas por mulheres influentes e com certo poder econômico, afirmando que a rua atualmente é um atrativo, aconselhando a população a não doar marmitas à estas pessoas, retratando-os a sinônimos de folgados e irresponsáveis que não se esforçam para mudar de posição. (VIEIRA, 2020)

Observa-se, assim, a existência de representações sociais pejorativas, em relação à população em situação de rua, que se materializam nas relações sociais. Vagabundos, preguiçoso, bêbado, sujo, perigoso, coitado, mendigo... São designações comuns dirigidas às pessoas em situação de rua (MATTOS; FERREIRA, 2004, p. 47)

Além disto, se faz necessário contextualizar que estes tipos de discursos foram produzidos dentro de um período em que era forte no país a disseminação de crimes de ódio e manifestação de outros tipos de violência, além da polarização política, do negacionismo, de manifestações antidemocráticas e violentas praticadas por grupos políticos de extrema direita, bem como a disseminação de Fake News e a formação/fortalecimento de grupos neonazistas. Esse ambiente representou um forte incentivo à violência, gerando um cenário caótico e de muita insegurança no país.

Dentro deste contexto, a PSR ficou ainda mais vulnerável a sofrer violência para além da estrutural e institucional. Em São Paulo, estado onde maior parte desta população no Brasil é constatada, ocorreram manifestações contra a presença dessa população nos bairros da capital paulista em 2021 reivindicando o que seria o “direito à cidade”, afirmando que essa população estava se apropriando dos espaços públicos.

Não obstante, em 2020 e também no mesmo estado, o padre Júlio Lancellotti conhecido por prestar apoio e realizar trabalho social junto à PSR passou a receber ameaças constantemente, por atuar e defender essa população vulnerável, violência incentivada principalmente por um candidato político integrante do Movimento Brasil Livre (MBL) através de suas redes sociais.

As práticas higienistas também nunca desapareceram. Segundo Melo (2017, p.99) “No período em que Jânio Quadros exercia mandato da Prefeitura de São Paulo pela segunda vez (1986-1888), as ações de higienismo eram dramáticas na cidade e inicia-se também o processo de retirar as carroças e carrinhos dos catadores [...]”.

De forma semelhante, em 2016 na capital agentes públicos foram denunciados por retirar forçadamente os pertences dessa população, como cobertores e papelões que utilizavam para se proteger em um período de frio extremo. Destas ocorrências, chegou-se ao ponto crítico de ter que proibir este tipo de ação criminosa, que se deu após a morte de cinco pessoas em situação de rua por conta do frio.

A retirada de pertences e ocorrências por morte ao frio é também retratada por Melo (2017) durante sua convivência com esta população em Curitiba. Segundo o autor, as notícias acerca das mortes eram atribuídas a outros fatores, repassadas de forma que culpabilizava o frio e até mesmo a própria vítima por ter “escolhido” a rua e as drogas ao invés do abrigo. O que não se trazia era a sua real justificativa, a incompetência/irresponsabilidade por parte da gestão municipal e a falha na política social:

As informações que chegavam a mim, através das pessoas em situação de rua com quem convivia, tratavam sempre de ponderar e denunciar a subnotificação dos casos de morte, a falta de vagas de acolhimento e até mesmo o ataque sistemático por parte de agentes da segurança pública que apreendiam cobertores, bolsas com agasalhos e outros pertences utilizados para a proteção contra o frio. As notícias de morte iam se acumulando e a cada nova manhã de inverno contavam-se os corpos daqueles que não resistiram e vieram a óbito. Enquanto isso, os representantes da gestão pública municipal divulgavam informações na tentativa de atenuar sua responsabilidade sobre esses casos. Procuravam os jornais para informar sobre o aumento do número de vagas em serviços de acolhimento institucional – as famosas operações inverno, realizadas em vários estados. Mas, principalmente, buscavam explicar que aquelas mortes lamentáveis eram ocasionadas pelo fato de que os moradores de rua preferiam ficar nas ruas consumindo drogas, ao invés de buscar o centro de acolhimento para pernoite – o que era um modo de jogar para o indivíduo a responsabilidade sobre a sua escolha pela morte, enquanto, por outro lado, nada se pronunciava sobre as condições dos serviços de acolhimento. A forma como essas mortes eram retratadas na mídia e pela própria gestão municipal me chamou atenção. Como algo tão aterrorizante (morrer de frio na rua) poderia ser normalizado e até mesmo apontado como uma escolha? Frequentemente, aquelas notícias eram veiculadas junto a outras informações sobre o clima da cidade, como se a morte por hipotermia estivesse associada a um efeito colateral ou mesmo como indicio de baixas temperaturas, consequência inevitável do inverno rigoroso, não de uma falha da política social. (MELO, p.118, 2017)

Nas ruas os direitos sociais dessa população formada por indivíduos de diferentes realidades seguem sendo regularmente ameaçados e/ou comprometidos. Se deparam com numerosos tipos de perigos e desafios enquanto expostos e vulneráveis a sofrerem com diversos fatores de risco e/ou mesmo ataques que podem comprometer a saúde e a integridade pessoal que, não sendo raro, podem ocasionar na perda da própria vida.

A vida nas ruas dessa forma, expõe uma realidade difícil, extremamente cruel e dolorosa para aqueles que a vivenciam, sentem a dor da discriminação e da exclusão social, o medo e a violência, o frio e a fome.

Viver nas ruas quase sempre significa estar em risco. Risco que se transforma em

medo cotidiano de ter os pertences roubados, de ser agredido por alguém entre os iguais da rua em alguma briga por espaço ou em uma desavença, de ser vítima de violência sexual, de ser alvo de agressões inesperadas vindas de setores preconceituosos da sociedade para com esse público, ou mesmo dos órgãos oficiais responsáveis pela segurança. (COSTA, p.10-11, 2005)

Uma das pautas mais carecidas pela PSR diante da dor de sua negação, exclusão e rejeição pela sociedade, é ser visto como ser humano e ser respeitado. Entretanto, o que ocorre e com certa frequência e intensidade, é este reforço de seu efeito oposto: a sua estigmatização e generalização, que resultam na sua desumanização, punição e na violação de seus direitos.

Nesta questão, pôde ser evidenciada nos seguintes relatos coletados durante a realização de entrevista presencial com três pessoas em situação de rua em Foz do Iguaçu, como respostas à duas perguntas específicas acerca dos desafios diários e o que gostariam que as pessoas soubessem sobre a realidade que enfrentam, como poderiam lhe prestar apoio:

[...] Os desafios que eu acho, é tipo o jeito que os outros tratam a gente, sabe? Você vai e conversa com a pessoa pra arrumar um serviço aí ela fala, "Ai, aqui não tem e não sei o que e não sei o que" (respondendo em tom de grosseria), não sei como explicar, né? Mas eu passo bastante... [...]. (Entrevistado A)

[...] A minha, minha meta agora mesmo é conseguir uma vaga, entrar num abrigo, arrumar um trabalho. Arrumar uma casa. Constituir família de novo. Ter minha vida social de volta, entendesse? Tô buscando isso. Acho que as pessoas podem ver isso dando uma oportunidade né, valorizando. Igual, nem que eu tenha que vender doce na rua, eu vou vender. Eu não tenho vergonha de trabalhar. Só que muitas vezes força a própria pessoa que dê um incentivo, entendeu? Igual, você chega numa cidade quebrado, pô, eu odeio pedir mas, se eu preciso?... Eu vou ter que fazer isso, melhor do que roubar, né? Só que tem pessoas que por você pedir, vê você novo, fala assim: "ah, o cara é vagabundo, é mais um usuário de droga!". Não é, pô, não é assim. Não tem que julgar as pessoas sem você conhecer, entendeu? É diferente. [...]. (Entrevistado B)

O vício. [...] Muito desaforo, gente que convive junto com a gente, desafora a gente. [...] Ah, sei lá, acho que... depois que eu parar com essa, essa maldita droga que se chama crack aí eu vou ser outra pessoa, porque do jeito que tá... não olham a gente como o memo olhar de, ... sabe? Olha a gente com defeito. (Entrevistado C)

Todos os entrevistados afirmaram ter sofrido algum tipo de violência nas ruas. Relataram: ter sido assaltado, sofrido uma tentativa de feminicídio, sofrido agressão por assaltante enquanto dormia com sua família nas ruas.

Ao perguntar sobre o que mudariam em nossa sociedade se pudessem, os relatos expressaram a discriminação, a exclusão/indiferença sofrida, além da insatisfação com a realidade e o anseio por melhora/mudança, e por último a indignação relacionada ao narcotráfico:

Ah, o modo do povo conversar com quem mora na rua. Certo que tem muitos povo na rua que moram na rua, né, tipo, roubam, né? Nem todos é assim. Nem todos. Eu

mudaria isso, o modo de tratar as pessoas que moram na rua. É isso. (Entrevistado A)

Ah, minha amiga.... Se devolvesse pros índios e pedisse desculpa, seria uma boa, né? Eles fizeram tanta cagada desde a descoberta do Brasil. Já veio todo errado de lá pra cá. Mas... Esperamos que pudesse melhorar, né?... Em tudo. (Entrevistado B)

Ó se for pra mudar mesmo tinha que acabar com as favelas, com os traficante, com tudo pra não ter droga! (Entrevistado C)

A última pessoa entrevistada conforme exposto em suas falas, revela enfrentar em sua vivência o desafio de superação do vício, desejando o fim de tudo aquilo que compreende e associa como propício à comercialização e ao consumo de drogas.

Segundo Melo (2011) existe uma conexão entre a vida na rua com o uso de substâncias psicoativas: “Por vezes como um dispositivo que dá início ao processo de vida na rua, em outros momentos, como uma tentativa de atenuar determinadas perdas que levam à rua ou as dificuldades para nela permanecer” (p.42). Mais especificamente:

[...] trata-se justamente da dificuldade de enfrentar as especificidades desta vida sem o uso de substâncias. Seja por conta da fome, do frio, da segurança, da vergonha, da adaptação psíquica e física às adversidades da rua e pelo próprio vício causado pelas substâncias, a droga é um componente presente que exerce uma função de “liga/desliga”. É tanto um atenuante deste cotidiano, quanto um agravante que afasta a pessoa de uma possibilidade de organização para saída das ruas. As drogas são reconhecidas como parte fundamental da vida do morador de rua, já que é ela que proporciona as condições para enfrentar alguns dos problemas que se afiguram. Por fim, aparecem tanto quanto causa da vida na rua, como meio de permanecer nela, como sugerido por Ivanir: “A rua é como uma espécie de câncer e o álcool, a bebida, seria a morfina, para amortecer o impacto” (MELO, p.41-42, 2011)

Diante de todas as informações prestadas até aqui, é possível afirmar que a criminalização da PSR contribui para sua desumanização e culpabilização, responsabilizando os sujeitos pela reprodução de sua vida material de forma acrítica, principalmente por não estarem inseridos no mercado de trabalho e adaptados ao sistema econômico e moral.

Quando se criminaliza o “outro”, isto é, um amplo segmento da sociedade civil, defende-se, mais uma vez, a ordem social estabelecida. Assim, as desigualdades sociais podem ser apresentadas como manifestações inequívocas de “fatalidades”, “carências”, “heranças”, quando não “responsabilidades” daqueles que dependem de medidas de assistência, previdência, segurança ou repressão. (IANNI, Pag.151, 1989)

Um exemplo disto na prática, foi a substituição do Programa De Braços Abertos (2014) do ex-prefeito Fernando Haddad pelo Programa Redenção (2017) do prefeito João Dória em São Paulo. Os programas representaram iniciativas distintas para lidarem com a população em situação de rua e usuária de Crack, na região da Cracolândia.

O programa De Braços Abertos tratava-se de uma iniciativa não higienista

e de intervenção não violenta ofertando moradia e emprego, visando sobretudo garantir o acesso aos direitos básicos desta população como saúde, alimentação, trabalho remunerado, moradia e assistência. O programa obteve resultados e conquistas significativas para a promoção da saúde e bem-estar dessa população, como também capacitou instituições policiais para atender os usuários de droga respeitando seus direitos em caso de detenção. Entretanto, o programa gerou muita indignação por parte sociedade visto que o programa não exigia o fim do consumo à droga, o chamando/apelidando de “Bolsa-Crack”.

As críticas, todavia, não encontram respaldo nos dados divulgados pela prefeitura de São Paulo no mês de agosto. Segundo a pesquisa, dos beneficiários que responderam o questionário, 88% afirmaram ter reduzido o uso de crack; 83% estão em tratamento de saúde; 53% recuperaram o contato familiar; 64% aderiram às frentes de trabalho; e 83% não possuíam documentação e tiraram após entrar no programa. “Isso tem tudo a ver com redução de danos”, afirma Benedito Mariano, secretário de Segurança Urbana da prefeitura e coordenador do programa De Braços Abertos. [...] Além de enfatizar os dados positivos que o programa vem adquirindo com as pessoas que dele participam, o coordenador ainda ressalta que o De Braços Abertos é mais econômico do que outras ações tradicionais. De acordo com Mariano, cada beneficiário do programa representa um investimento de R\$ 2.800 por mês, enquanto um adolescente na Fundação Casa custa em torno de R\$ 7.000 por mês, valor semelhante ao de um preso no sistema penitenciário ou de uma pessoa internada compulsoriamente. (VELLEDA, 2016)

Já o Programa Redenção em 2017 pelo contrário, iniciou-se em 21 de maio com uma das maiores operações de combate ao tráfico, extremamente violenta:

Em São Paulo, o dia 21 de maio despertou ao som dos aparatos de combate. Atiradores de elite da Polícia Civil, observados do alto por um helicóptero da Polícia Militar, posicionaram-se. Ao chão, mais especificamente no cruzamento entre as ruas Dino Bueno e Helvétia, balas de borracha e bombas se anteciparam à chegada das tropas, formadas por centenas de policiais, que se deslocaram em direção ao fluxo, onde se aglomeravam pessoas em situação de rua, consumidores de crack, sujeitos sem condições de habitar outros cantos da cidade, prostitutas, egressos do sistema penitenciário e da Fundação Casa, entre outros marginalizados urbanos. Cavalos e cães também compuseram a cena, cujo traço distintivo foi a completa desproporção das forças. De um lado, armaduras, fuzis, metralhadoras, capacetes, coturnos, escudos, corpos fortes; de outro, cobertores esfarrapados, chinelos, corpos sujos e emagrecidos, cachimbos e pedras – nas mãos e na mente. Em poucos instantes, policiais civis – em suas versões militarizadas (Garra, GOE) – desmontaram barracas, invadiram hotéis, apreenderam drogas e importunaram pessoas. Sob as justificativas de conter a presença do chamado “crime organizado” e destruir a “feira livre de drogas”, donos de pensões, pequenos comerciantes e toda uma miríade de grupos sociais marginalizados, que vivem e sobrevivem dos recursos, afetos e solidariedades que circulam por esse pequeno recorte do urbano, foram escoraçados do coração da cidade. [...] Longe de ser ineficiente, o objetivo da operação foi alcançado em seu propósito: desgarrar pessoas daquele espaço, fazer sumir corpos, barracas, restos, cheiros, cores. O projeto das autoridades públicas se concretizou: a área ficou limpa. (MALLARTE, 2017)

Para o prefeito de São Paulo, João Doria, a Cracolândia “acabou”. “A Cracolândia aqui acabou, não vai voltar mais. Nem a Prefeitura permitirá, nem o governo do Estado. Essa área será liberada de qualquer circunstância como essa. A partir de hoje, isso é passado. Vamos colocar câmeras de monitoramento”, disse. Segundo

ele, os hotéis do programa "Braços Abertos", que atendiam os usuários, da gestão de Fernando Haddad, serão destruídos. Segundo Doria, a região vai ganhar moradias construídas pela iniciativa privada. Em outro coletiva, pouco depois, Doria relativizou e afirmou que o problema não será resolvido facilmente. "Não vamos conseguir acabar com um problema histórico, mas vamos reduzi-lo sensivelmente e acabar com o shopping center ao ar livre vendendo drogas 24 horas por dia para as pessoas. A polícia vai ficar permanentemente aqui, e haverá a interdição imediata de todas as pensões e hotéis [do Braços Abertos], serão bloqueados e na sequência, derrubados, demolidos, o mais rápido possível", afirmou. (G1, 2017)

Atualmente o programa sob a gestão do atual prefeito Ricardo Antunes, vêm sendo discutido e defendido a internação compulsória e não voluntária, significando mais uma vez a utilização de medidas na perspectiva higienista, de caráter punitivo e repressor que age na contramão dos direitos dessa população.

Em último exemplo acerca da discriminação e culpabilização da PSR, Melo (2017) demonstra como essa culpabilização contribui para a impunidade dos assassinos dessa população:

Entre os meses de junho e agosto de 2011, três pessoas foram queimadas na rua, em Curitiba. Nas notícias sempre há a indicação de que a investigação dos crimes ainda será realizada, no entanto, parte-se do princípio de que os crimes decorrem dos seguintes fatos: 1) Acerto de contas em virtude do envolvimento com o consumo de substâncias psicoativas e com o tráfico. 2) Acerto de contas de outros tipos, brigas rotineiras entre pessoas em situação de rua. 3) Acidentes ocasionados por tentativas de fazer fogueiras para se proteger do frio, aliado ao consumo de substâncias psicoativas, o que resultaria em uma incineração acidental. Aparentemente, o argumento de que a violência é causada pelo próprio grupo é utilizado como subterfúgio para não apurar a fundo os fatos. Conseqüentemente, não parece haver qualquer continuidade no que diz respeito à publicação destas informações, culminando em certa fórmula que se repete: pessoas morrem, os fatos são noticiados, indica-se a continuidade das investigações, o fato nunca volta a ser abordado. [...] Esta tendência de culpabilização, tanto acidental quanto por acerto de contas, se repete em ocorrências de ataques perpetrados por grupos organizados, tal como os skinheads de ideologia neonazista. Houve um período, em Curitiba, em que ocorreu uma série de mortes, incluindo decapitações e outros ataques com arma branca, que foram amplamente atribuídas à ação dos neonazistas. Contudo, as afirmações de agentes da Polícia Militar do Paraná era de que não havia informações suficientes para atribuir tais ações a qualquer grupo organizado. Alguns desses casos demonstram a existência de testemunhas que dão pistas, e ainda, situações em que a própria vítima fornece elementos para identificação do grupo, descrevendo suas características. No entanto, mesmo com diversos elementos para averiguação, ao longo dos anos, as ações dos grupos de ódio passam como despercebidas pelas autoridades da cidade. (MELO, p.119-120, 2017)

Os seguintes fatos revelam dessa forma, como a discriminação da PSR contribui para sua violência de forma generalizada, expressada na omissão/desinteresse ou ineficácia do poder público, no seu enfrentamento punitivo e violento através dos órgãos de segurança, nas falhas das políticas sociais, nas tentativas de assassinado, desrespeito e exclusão pela sociedade.

A situação de rua é uma expressão radical da questão social, que resulta

das relações capitalistas que se dão por intermédio da relação capital e trabalho, longe de qualquer vinculação a traços específicos da condição humana (SILVA, 2006; IAMAMOTO, 2005). Não se trata, portanto, de um problema individual atrelado somente ao próprio sujeito como muitos acreditam e reafirmam, mas sim de um produto de origem estrutural que se soma a fatores conjunturais.

Dessa forma, a própria existência e desumanização deste fenômeno denuncia as relações capitalistas que transforma a sociedade apenas para atender as necessidades e a lógica de mercado, onde a força de trabalho é uma mercadoria utilizada para a criação de novas mercadorias, todavia valoriza-se o capital e não o trabalhador, aprofundando as desigualdades sociais e revelando os sintomas da questão social.

No Paraná, segundo o relatório “População em situação de rua: diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registro administrativo e sistemas do Governo Federal” (2023), até dezembro de 2022 foram registradas 13.384 pessoas em situação de rua no Estado, deste total 89,17% são do sexo masculino enquanto 10,83% são do sexo feminino. Entre as demais informações a respeito do perfil dessa população, o que chama a atenção é que grande parte dela, mais exatamente 4.589 pessoas, afirmaram estar em situação de rua em um período mais curto de até seis meses em relação aos demais.

Além destas informações, maior parte desta população contabilizada em 10.410 pessoas, afirmaram já ter trabalhado com a carteira assinada. Quanto os principais motivos que levaram a situação de rua, foram mencionados com maior destaque os problemas com familiares (6.398), por alcoolismo ou uso de substâncias psicoativas (5.386), por desemprego (5.253) e por perda de moradia (3.200). Outros motivos também consideráveis revelam ter sido por causa de trabalho (627), por ameaça (541), por tratamento de saúde (521) e por preferência (492).

No município de Foz do Iguaçu, o aumento da PSR pôde ser verificado e sentido pelo restante da população entre 2019 e 2023. De acordo com o Censo Demográfico do IBGE realizado em 2022, a cidade possui um total de 285.415 habitantes. Através do relatório foi possível identificar na cidade um total de 878 pessoas em situação de rua registradas até dezembro de 2022, representando um aumento muito expressivo se comparado aos anos 2015/2019 a 2023, conforme demonstra o gráfico abaixo:

Gráfico 01 - Quantitativo e evolução das Pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único



Fonte: BRASIL. Quantitativo e evolução das Pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único - 2015-2022. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, 2023.

É importante destacar que Foz do Iguaçu é uma região de tríplice fronteira, com os países Argentina e Paraguay. Além disto, a cidade é também conhecida por suas atrações turísticas e por uma diversidade cultural formada por pessoas de diferentes etnias e nacionalidades.

Referente às características da PSR no município, registrou-se que 82,46% são do sexo masculino enquanto apenas 17,54% são do sexo feminino. As idades predominantes foram de 20 a 59 anos (totalizando 712 pessoas), entretanto o que chama a atenção nessa questão foi a quantidade expressiva de pessoas idosas que variam entre 60 e 80 anos ou mais, totalizada em 95 pessoas.

Além disto, verificou-se que parte significativa dessa população possui algum tipo de deficiência física (68), mental ou intelectual (33), transtorno deficiência mental ou intelectual (também 33), baixa visão (18) surdez leve/moderada (8) cegueira (5) e surdez severa profunda (2). Relativo à questão de imigrantes em situação de rua, identificou-se na região um total de 128 pessoas, sendo sua maior parte formada por venezuelanos (69), Argentinos (19), paraguaios (15), colombianos (6) e cubanos (4).

Do total de 878 pessoas, sua maior parte (427) afirmou estar em situação de rua em um período de até seis meses em relação aos demais, que possuem segunda maior parte em um período menor que dois anos, somada em 236 pessoas.

Segundo SILVA (2006) existem múltiplos fatores que conduzem a situação de rua, destacando os: estruturais, biográficos, fatos da natureza ou desastres de massas. Todavia, segundo a autora entre as mais mencionadas estão “as rupturas dos vínculos familiares e comunitários, a inexistência de trabalho regular e a ausência ou insuficiência de renda, além do uso frequente de álcool e outras drogas e problemas atinentes às

situações de desabrigo.” (p.73).

Conforme dados do relatório, os principais motivos que levaram à situação de rua relatados pela PSR no município foram o desemprego (355), os problemas familiares (301), o uso de substâncias psicoativas (213), por outro motivo (134), a perda de moradia (131), por consequência de trabalho (63), por conta de ameaça (30), por preferência (27), por tratamento de saúde (27) e não sabem ou não lembram (6).

Em um levantamento minucioso realizado durante período de estágio obrigatório no Centro Pop de Foz do Iguaçu em 2019 acerca dos motivos relatados por usuários sobre a decorrência à situação de rua, registradas mediante escuta qualificada em atendimento psicossocial, foram identificadas a partir de um total de 104 pastas dos usuários que se apresentaram entre os dez primeiros dias do mês de agosto de 2019, os seguintes fatores:

Quadro 01: Levantamento realizado no Centro Pop em 2019:

Motivos relatados como decorrência da situação de rua no Centro Pop de Foz do Iguaçu em agosto de 2019	Quantidade de usuários identificados:
Desemprego	48
Uso de substâncias psicoativas	10
Rompimento de vínculos familiares/afetivos	08
Buscas por conhecidos ou familiares	05
Busca de realizar documentação	02
Decorência de perda familiar	02
Decorência de assalto	02
Decorência de transtorno mental	02
Ameaça com risco de morte	01
Dificuldade em se organizar financeiramente	01
Não informado	23
TOTAL	104

Fonte: Elaboração própria, 2019

Durante o contato com os registros, foi possível identificar relações que se somam entre os motivos relatados em um mesmo sujeito, como desemprego acompanhado do uso de substâncias psicoativas e rompimento de vínculos. Entre os 48 dados relativos ao desemprego, foram relações com migrantes e imigrantes que saíram de seu Estado/País em busca de oportunidade de trabalho e moradia na fronteira, outros por conflitos com familiares, por conta de transtornos de saúde mental, ou mesmo devido ao fim do prazo em determinado trabalho informal. Em continuidade, foram também identificadas relações somadas pelo uso de substâncias psicoativas, após o fim de um divórcio ou mesmo por perda de familiares a qual eram dependentes na juventude.

Dentre os aspectos que compõe este complexo de rupturas, os problemas no que

diz respeito à família é um dos mais recorrentes. Uma situação exemplar seria a de pessoas que perdem parentes próximos que eram fundamentais para a manutenção de suas vidas antes da rua, seja a partir do falecimento ou a partir de desentendimentos com algum membro familiar. Nestas narrativas, é comum a existência de algum parente em particular que representa um importante suporte emocional que aparta desentendimentos com os demais membros, em contextos problemáticos com presença do alcoolismo, uso de drogas ilícitas ou mesmo violência. Quando algum importante membro familiar falece, além da perda emocional, os problemas anteriores se acentuam, fazendo com que a pessoa saia de casa, muitas vezes mudando de cidade, acompanhado também pelo uso de drogas. Desta forma, sem trabalho, sem suporte emocional, numa cidade desconhecida, cria-se um terreno propício ao início da vida na rua [...]. (MELO, p.43, 2011)

Além disto, outros fatores específicos contribuíram para a experiência da situação de rua e utilização do serviço de atendimento, percebidos nos registros de buscas por conhecidos ou familiares, nos registros de assalto e ao realizar documentação. O primeiro caso se refere às pessoas a qual vieram até a fronteira no objetivo de reencontrar familiares ou conhecidos, porém ao não conseguirem os localizarem acabaram por ficar em situação de rua.

Em relação aos registros de assalto estes referem-se aos visitantes que ficaram pela primeira vez em situação de rua após serem assaltados na fronteira, enquanto os que vieram em busca de realizar documentação ficaram em situação de rua durante a espera por estes documentos. Ambos os casos citados contaram com a prestação de serviços do Centro Pop ou das casas de passagem possibilitada mediante a existência de vaga para acolhimento.

Foi observado também que entre os dados apresentados na tabela, apresentou-se um total de 17 estrangeiros sendo eles em grande maioria formada por argentinos e, em minoria restante venezuelanos, colombianos e um chileno. Além disto, entre as 104 pastas foram localizadas 3 famílias. Com relação à questão de gênero foram contabilizadas um total de 11 mulheres. Já os atendimentos registrados como não informados na tabela referem-se a aqueles que não passaram pelo atendimento psicossocial, todavia utilizaram o serviço ou foram suspensos por desobedecerem às regras do equipamento.

Através dos dados obtidos e/ou acessados foi possível neste trabalho discorrer sobre a caracterização da PSR e identificar fatores que contribuem para sua desumanização enquanto face da questão social. Entretanto, os dados fornecem informações baseadas na população que se apresentou no Centro Pop de Foz do Iguaçu em 2019 e da população inserida no Cadastro Único em 2022, revelando a necessidade de um Censo específico em âmbito Nacional, pois os Censos Demográficos realizados pelo

IBGE no Brasil seguem como método tradicional a contagem da população domiciliada, não contemplando e invisibilizando a PSR.

A População em Situação de Rua conforme apresentada ao final deste capítulo, compõe uma das faces mais dramáticas, inquietantes e complexas da “questão social”, decorrente do modo de produção capitalista (MPC) que cria a superpopulação relativa e gera inúmeras desigualdades. Ressalta-se diante de tantos desafios e o aumento da violência praticada contra este segmento, a importância e o fortalecimento de seu Movimento social para trazer visibilidade a estes fatos e representatividade garantir sua presença e participação na formulação e implementação das políticas públicas e sociais, a ser detalhada no próximo ponto.

3 FORMAS DE LUTAS E RESISTÊNCIAS DO MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Este capítulo objetiva identificar como o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) vem contribuindo para dar visibilidade às demandas da PSR, bem como na criação de políticas públicas. Para isto apresenta a importância dos movimentos sociais na sociedade capitalista para a conquista e materialização de direitos à classe trabalhadora, mediante políticas públicas.

O presente capítulo está estruturado da seguinte forma: na primeira parte, será apresentada uma breve apresentação ressaltando a relevância dos movimentos sociais como ações coletivas. Na segunda parte, apresenta-se o Movimento Nacional da População Em Situação de Rua, as iniciativas desenvolvidas em prol de sua organização e de seu protagonismo, razões para seu surgimento, os avanços e injustiças de sua caminhada bem como a conquista de sua política específica, detalhada posteriormente no final do capítulo.

3.1 Movimentos sociais: uma abordagem teórica-conceitual

Ao longo da história da humanidade, no decorrer de contextos e conjunturas distintas, diversos movimentos sociais emergiram no sentido de expressar suas reivindicações, revelando seus interesses e necessidades com vistas a concretizar mudanças e trazer impactos significativos que, os envolvam e os permitam assim melhora de vida. No decorrer deste capítulo, os movimentos sociais como categoria de análise

partirá do conceito de “ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural” (GOHN, 2011, p.335), que de formas distintas se organizam expressando suas demandas com vistas a transformar a realidade em que vivem, buscando sobretudo materializar e/ou ampliar direitos civis, políticos e sociais.

Os direitos civis são, sobretudo, direitos “negativos”, que protegem o cidadão contra as arbitrariedades do Estado e de outras pessoas – o direito de ir e vir, a inviolabilidade do domicílio, a liberdade de expressão. Os direitos políticos são os que facultam e delimitam o papel do cidadão na organização política da sua comunidade – os direitos de votar, ser eleito, organizar e participar de partidos políticos, etc. Os direitos sociais, finalmente, são direitos ao acesso a um conjunto de bens e serviços considerados indispensáveis para a vida digna e para a convivência social – o direito à educação, à saúde, ao trabalho, a um salário decente, à proteção em situações de doença e velhice, e assim por diante. (REIS; SCHWARTZMAN, p.6, 2002)

Os movimentos sociais em geral possuem características e formas de organização diversas, mas também comuns, em que se mobilizam, se organizam politicamente e representam sua causa, expressam contestações e realizam pressões, sendo extremamente importantes para trazer alterações e/ou mesmo avanços na sociedade.

Na sociedade de classes por exemplo, diversos movimentos sociais foram desencadeados pela classe trabalhadora nas últimas décadas em compasso com a intensificação das desigualdades sociais e a precariedade nas relações de trabalho geradas pelo modo de produção capitalista, apresentando suas reivindicações e contestações de classe, o que permitiu desvelar muitas das contradições ocultas e impostas na relação conflituosa entre capital e trabalho.

As lutas e resistências operárias no Brasil conquistaram mudanças significativas na base da sociedade capitalista, como a criação e ampliação de diversos direitos básicos e trabalhistas, bem como a implementação de políticas públicas. As demandas manifestadas pelos movimentos sociais funcionam também como indicadores indispensáveis para revelar e evidenciar quais expressões da “questão social” estão sendo postas à classe trabalhadora.

Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos. (IAMAMOTO, p.17, 2001)

Os movimentos sociais realizam mobilizações que manifestam suas necessidades e posicionamentos políticos, denunciam a realidade que compartilham e atuam na reivindicação e/ou ampliação de direitos e, na oposição às medidas que

precarizam suas condições de vida. Todavia, é importante salientar que os movimentos sociais “[...] não são só reativos, movidos apenas pelas necessidades (fome ou qualquer forma de opressão); podem surgir e desenvolver-se também a partir de uma reflexão sobre sua própria experiência.” (GHON, 2011, p.336).

[...] Nós os encaramos como ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas (cf. Gohn, 2008). Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas. [...] (GOHN, 2011, p.335).

De acordo com Gohn (2011) “Os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social.” (p.336), a autora também afirma que no Brasil a pressão realizada pelos movimentos sociais nas décadas de 1970 e 1980, contribuíram para a conquista de diversos direitos sociais que mais tarde foram inscritas na Constituição Federal de 1988 (p.342).

Segundo Mutzenberg (2011), tendo como base os autores Fernandes (1988), Burity (1999) e Gohn (2010), enquanto as lutas desenvolvidas pelos movimentos sociais no Brasil no período da ditadura militar voltavam-se à conquista dos direitos, na década de noventa após a Constituição Federal de 1988 e período de redemocratização do país, os movimentos adquiriram uma nova posição: conquistaram o espaço operacional-propositivo. Exigindo assim “[...] o desenvolvimento de novas habilidades para desempenhar atividades de planejamento, implementação e fiscalização de políticas públicas, alterando também a atuação de entidades de apoio aos movimentos sociais, em particular as ONGs.” (p.129-130).

No mesmo período, Gohn (2011) afirma que ocorre também a criação de fóruns que promoviam discussões e diagnósticos dos problemas sociais mediante encontros nacionais, desenvolvendo estratégias e iniciativas visando a resolução destes problemas:

A partir de 1990, ocorreu o surgimento de outras formas de organização popular, mais institucionalizadas – como os Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia, pela Reforma Urbana, o Fórum Nacional de Participação Popular etc. Os fóruns estabeleceram a prática de encontros nacionais em larga escala, gerando grandes diagnósticos dos problemas sociais, assim como definindo metas e objetivos estratégicos para solucioná-los. Emergiram várias iniciativas de parceria entre a sociedade civil organizada e o poder público, impulsionadas por políticas estatais,

tais como a experiência do Orçamento Participativo, a política de Renda Mínima, Bolsa Escola etc. Todos atuam em questões que dizem respeito à participação dos cidadãos na gestão dos negócios públicos. (GOHN, 2011, p.342)

Desta maneira, nas palavras da autora: “finalmente, os movimentos sociais tematizam e redefinem a esfera pública, realizam parcerias com outras entidades da sociedade civil e política, têm grande poder de controle social e constroem modelos de inovações sociais.” (p.337).

Em relação ao significado e características dos movimentos sociais, a autora afirma que “definições já clássicas sobre os movimentos sociais citam como suas características básicas o seguinte: possuem identidade, têmpositor e articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e de sociedade.” (p.336). Peruzzo (2013) classifica os seguintes movimentos sociais brasileiros conforme suas motivações, da seguinte maneira:

Tomando por base a realidade brasileira, preferimos identificá-los a partir de fatores que os motivam ou orientam sua razão de ser, tais como:

a) Movimentos vinculados a melhorias das condições de trabalho e de remuneração (movimento de professores e de outras categorias profissionais).

b) Os que defendem os direitos humanos relativos a segmentos sociais a partir de determinadas características de natureza humana (gênero, idade, raça e cor – como, por exemplo, o movimento de mulheres, dos índios, dos negros, dos homossexuais, das crianças etc. – Exemplos: Movimento de Mulheres, Meninos e Meninas de Rua etc.).

c) Aqueles voltados a resolver problemas decorrentes das desigualdades que afetam grandes contingentes populacionais (movimentos de transporte, moradia, terra, saúde, lazer, meio ambiente, paz, contra a violência, defesa dos animais etc. – Exemplos: Movimento Nacional pela Moradia, Movimento Passe Livre e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Alguns são apoiados por instituições que os incentivam ou os abrigam, tais como igreja, partido político, escola e universidades, a exemplo da Pastoral da terra e do Movimento Fé e Política.

d) Movimentos político-ideológicos (lutas por participação política, protestos por antagonismos políticos, reivindicações por democracia, mudança de regime etc.). (PERUZZO, p.163, 2013)

A presença de diversos tipos de movimentos sociais na sociedade se mostra extremamente relevante. Segundo Miranda (2009, p.230) “[...] é pela mobilização da sociedade civil organizada que se poderá pensar numa conquista de direitos, e não de privilégios, o que representará a ressignificação das relações público-privado [...]”. Além disto, a partir das demandas expressadas pela população é possível tanto identificar os fenômenos sociais quanto compreender as condições de vida na qual estão enfrentando, bem como permite analisar as opiniões políticas reveladas pelo público do movimento. Revelações que, sinalizam os reflexos e marcas da sociedade capitalista, expressadas também por movimentos conservadores.

A existência dos movimentos sociais não conservadores pode favorecer a emergência de uma ideia de cidadania como um direito a ter direitos, que se conquista de baixo para cima e transforma as relações sociais, estabelecendo um padrão de sociabilidade que rompe com o autoritarismo. (MIRANDA, p.230, 2009).

Não obstante, os movimentos sociais realizam um processo de reflexões e de construção coletiva. Para Gohn (2011, p.336) os movimentos sociais “[...] na atualidade, apresentam um ideário civilizatório que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática.” (GOHN, 2011, p.336).

Todos os movimentos que assumiram protagonismo na sociedade no âmbito da modernidade tiveram como propósito levar ao Estado as suas demandas e lutas, em geral, buscando alcançar direitos e políticas públicas. Na modernidade, os movimentos assumiram um lugar destacado na vida política das sociedades, para além da representação política organizada das democracias por meio do voto. O que os movimentos produzem, portanto, também é uma forma de participação política que altera e transforma a maneira como os governos atuam e representam interesses. (SOUZA & PEREIRA, p.12, 2022)

O sistema capitalista produz diversas expressões da questão social que afetam prejudicando as condições de vida da classe trabalhadora. Conforme exposto no decorrer deste ponto sobre o papel e a importância dos movimentos sociais, eles permitem realizar a análise e denúncia da realidade dentro desse sistema, na qual suas pressões e reivindicações passadas foram essenciais para a conquista de direitos civis, sociais, políticos e de espaço de participação na esfera estatal.

Por meio dos movimentos sociais a própria classe trabalhadora pôde alterar sua realidade, expressando suas demandas políticas, seu posicionamento e seu desejo de mudança, em contraposição à sua precarização e dominação. Contudo, os movimentos sociais possuem suas diversidades, podendo surgirem a partir de uma reflexão sobre sua experiência e também serem conservadores, mas que também refletem os efeitos e a influência deste sistema.

Atualmente estão presentes no Brasil diversos movimentos sociais que atuam manifestando sua representatividade, buscando a ampliação da cidadania, a participação e a inclusão dos segmentos populacionais marginalizados pela sociedade, que sofrem com a desigualdade, a discriminação e a violência. O Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) é um destes exemplos, a ser apresentado no decorrer do próximo ponto.

3.2 Movimento Nacional da População em Situação de Rua

Segundo a Cartilha “Conhecer para Lutar” (2010) do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), este movimento surge frente a necessidade e urgência em proteger e lutar pela defesa dos direitos das pessoas em situação de rua (PSR) dos riscos e violações em que estão sujeitos a sofrerem nas ruas. Para isto, o movimento tem atuado pela efetivação de direitos e a reivindicação de políticas públicas que atendam as necessidades e os interesses dessa população, visando a dignidade humana e repudiando qualquer forma de violação que se manifeste contrária a esta categoria, aos valores defendidos e direitos conquistados.

No que antecede à história e formação do MNPR, algumas informações importantes são citadas e complementadas por autores como Melo (2005; 2017), Motta (2005), De Lucca (2007) e Silva (2012), constatando uma série de fatos e ocorrências sendo algumas delas contra e outras favoráveis à PSR, bem como um histórico de iniciativas de apoio desenvolvidas por grupos e entidades de vínculo religioso, como a Organização Auxílio Fraternal – OAF.

Conforme exposto na cartilha do movimento (2010), antes mesmo de sua origem já se verificava a existência de algumas iniciativas de organizações voltadas a este público na década de sessenta. Inclusive, na década anterior já se manifestavam iniciativas de apoio e acolhimento das necessidades mais urgentes desta população, em que de acordo com Silva (2012, p.28) as primeiras ações partiram da Igreja Católica nas cidades de São Paulo e Belo Horizonte. A OAF neste período teve sua presença marcante, passando mais tarde a desempenhar um papel de extrema relevância no fortalecimento desta categoria e na história do MNPR.

Baroni (2021, p.30-31) aborda que as ações desenvolvidas nos períodos que antecedem a década de noventa, foram realizadas por grupos vinculados às instituições religiosas na perspectiva do assistencialismo, voltadas à filantropia e caridade “[...] como as pastorais da Igreja Católica, que muitas vezes se limitavam à práticas pontuais e assistencialistas, como distribuição de refeições ou cobertores.” (p.30) mas que foram essenciais para promover a organização da PSR naquele contexto.

Melo (2017, p.90-110) através de seu contato com o movimento e com protagonistas como Cristina Bove - uma militante que atuou ativamente na OAF a partir de da década de sessenta, prestando seu apoio participando deste processo -, apresenta em seu segundo capítulo intitulado “Uma história possível do Movimento Nacional da

População de Rua – MNPR” uma série de fatos e caminhos que trilharam a organização do MNPR.

[...] até hoje, permanece presente como uma das mais reconhecidas apoiadoras do MNPR. Cristina foi uma interlocutora chave, visto que, além de ter participado das atividades da OAF em seu início e seus desdobramentos em São Paulo, no final da década de 1980, ela se muda para Belo Horizonte e começa a articular trabalho com metodologia semelhante. Ambas as experiências, em São Paulo e Belo Horizonte, são comumente reivindicadas como o início da organização de pessoas em situação de rua, tal como dos catadores de materiais recicláveis, e ela acompanhou de perto ambas as situações. (MELO, p.94, 2017)

No fim da década de 1970, a OAF passou por uma reconfiguração que segundo o autor mudou sua forma e sentido de atuação, com vistas a favorecer a organização dessa população. Foram com o tempo reduzindo e interrompendo as atividades caritativas, adotando uma perspectiva cada vez mais comunitária buscando promover a conscientização política necessária a esta categoria, e dessa forma, “ao abandonarem o trabalho de caridade adotado pela instituição, buscaram realizar um trabalho de aproximação com aqueles que viviam nas ruas, como aliados, e não como benfeitores.” (p.98).

Posto isto, o autor prossegue com base em Castelvechi (1982, p.69) afirmando que para que isso acontecesse, projetava-se reunir e aproximar essa população que se encontrava dispersa, de modo que pudessem ao se aproximarem compartilhar e refletir sua situação de vida em conjunto, para se reconhecerem como coletivo e se solidarizarem mutuamente, como uma possibilidade de transcenderem suas necessidades mais imediatas como a fome e a proteção ao frio.

A probabilidade de mobilizar essa população no período não consistia em uma tarefa simples, sendo tanto quanto questionável pois “e, de fato, durante muito tempo não havia elementos que indicassem qualquer possibilidade organizativa ou de um reconhecimento como “classe social” ou “sujeito histórico da revolução” por parte do intitulado lumpemproletariado.” (MELO, p.26, 2017).

Entretanto, cabe ressaltar ainda que parte das ações assistencialistas e/ou voltadas a reunir este segmento ocorreram durante o contexto de Ditadura (1964-1985) que reprimia e violentava qualquer forma de contestação ou organização popular que se manifestasse, tornando a viabilidade de mobilização política desta população ainda mais desafiadora, visto que já eram constantemente vítimas de inúmeras violências pelo simples fato de existirem.

Contudo, várias atividades puderam ser realizadas coletivamente, avançando e obtendo resultados excepcionais como seu fortalecimento, apoio mútuo e no sentimento de pertencimento, permitindo a formação de uma consciência coletiva e troca de experiências:

Nesse período teve início a realização de sopas comunitárias que não eram apenas feitas e oferecidas aos “pobres carentes”, mas que partiam da colaboração e da participação coletiva. A sopa era preparada com aquilo que cada um podia levar e também era produzida de forma coletiva, tornando-se assim um meio agregador de experiências e convívio. Depois de alguns anos a sopa da Baixada do Glicério ficou famosa, o viaduto foi fechado e se tornou a associação “Minha rua, minha casa”. Paralelamente, outra experiência marcante corresponde à constituição da “Casa de Oração”, antigo casarão transformado em uma “igreja dos excluídos”, ressaltando que as pessoas que viviam nas ruas frequentemente eram expulsas das igrejas tradicionais localizadas no centro da cidade. O primeiro carrinho para recolhimento de material reciclável foi adquirido coletivamente e era utilizado em sistema de rodízio entre as pessoas que queriam trabalhar. O grupo também realizava outras atividades de caráter lúdico e político, tais como teatro e festas de Natal e Páscoa, seguindo o princípio sintetizado como “fazer com a população de rua” e não “para a população de rua”. (MELO, p.98-99, 2017)

Segundo Melo (2017, p.106) a OAF é frequentemente referenciada por militantes do MNPR como a organização que favoreceu os primeiros passos da militância dessa população. A metodologia e os trabalhos realizados pelos integrantes desta organização foram ao longo do tempo se estendendo para outras localidades, ganhando reconhecimento e a visibilidade de pessoas de outros estados. Além disto, também desempenharam um papel colaborativo na aproximação com as pessoas em situação de rua e catadores de materiais recicláveis, auxiliando na formação de lideranças, de protagonistas.

O que os integrantes da OAF conseguem elaborar é uma compreensão renovada sobre os sentidos dos problemas, falhas e responsabilidades individuais, tradicionalmente compreendidos como motivos que levam as pessoas a viver nas ruas e lá permanecer. Em contraposição, há investimento no reconhecimento de um “sofrimento em comum”, luta classificatória que enseja afastamento da perspectiva de “culpabilização” individual, para, em contrapartida, afirmar que o sistema político, social e econômico vigente produz as condições para que um número cada vez maior de pessoas viva nas ruas, vítimas de um processo sobre o qual não exercem controle. Assim, a noção de sofrimento é mobilizada pela OAF nos sentidos de produzir politização tendo como pano de fundo as experiências pessoais das trajetórias de rua, como aspecto fundamental na formulação de valores e mesmo

na persistência em seguirem um caminho de organização e luta coletiva por direitos. Soma-se a isso o investimento na tentativa de produção conjunta de mobilização que resulta em formulações como “participação na vida do povo” e “fazer com e não fazer para”. Ou seja, trata-se da aposta na possibilidade de construção de autonomia de sujeitos com trajetória de vida na rua, para que eles tornassem *protagonistas* de ações coletivas. (MELO, 2017, p.106-107)

Entre as décadas de 90 e anos 2000, foram registrados avanços ainda mais significativos, nas cidades de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Rio de Janeiro. De acordo com o autor, no decorrer deste período se manifestaram algumas iniciativas de organização da PSR e mobilizações em torno da inexistência de programas públicos, resultando “[...] na constituição de manifestações como fóruns, seminários, encontros e demais espaços específicos para a organização da população de rua.” (p.107) e a “[...] formulação de pesquisas para produção de indicadores sobre a quantidade de pessoas em situação de rua, bem como o elenco de atributos correspondes ao perfil do chamado segmento.” (p.108).

Esse panorama começou a alterar-se a partir do final da década de 1980 e início dos anos noventa com a Constituição Federal de 1988, que considerou os direitos sociais como direitos fundamentais de todo cidadão, e com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que regulamentou os artigos 203 e 204 da Constituição Federal, reconhecendo a Assistência Social como política pública. De acordo com a nova legislação, portanto, o poder público passou a ter a tarefa de manter serviços e programas de atenção à população de rua, garantindo padrões éticos de dignidade e não-violência na concretização de “mínimos sociais” e de direitos de cidadania a esse segmento social. Em algumas cidades como São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro, setores da sociedade civil passaram a se articular em torno da defesa dos direitos das pessoas em situação de rua. (MOTTA, p.6, 2005)

Entre as iniciativas de organização da PSR, Melo (2017) destaca que em São Paulo, sob a gestão da Prefeita Luiza Erundina (entre os anos 1989-1993) do Partido dos Trabalhadores (PT) foi realizada a organização do Fórum Coordenador dos Trabalhos com a população de rua em 1991, através da Secretaria Municipal do Bem-Estar Social (Região Sé-Lapa). Foi também no mesmo ano e na mesma cidade, realizado um levantamento chamado “População de rua: quem é, como vive, como é vista”.

Uma das propostas iniciais deste Fórum era justamente a de debater as diferentes experiências de trabalho aplicadas com as pessoas de rua e discutir de que maneira tais abordagens e serviços poderiam tornar-se políticas públicas. E neste processo,

foi se construindo paulatinamente uma linguagem comum capaz de articular uma gramática de relações entre poder público, organizações religiosas e experiências de rua. (DE LUCCA, 2007, p.84)

Ainda segundo De Lucca (2007), neste processo foram implantadas pela prefeitura casas de convivência e a institucionalização de albergues como política e serviço específico para atender a PSR. Em 2003 de acordo com Melo (2017, p.109), três pessoas em situação de rua foram eleitas como representantes no Conselho de Monitoramento da Política de Atendimento à População de Rua do Município, e no ano seguinte, a coordenação do Fórum da cidade é assumida por um grupo de pessoas em situação de rua “[...] e ainda deu-se início a Plenária Fala Rua, um espaço de reunião mensal para auto-organização das pessoas em situação de rua.”

Outra iniciativa destacada pelo autor é semelhante a esta experiência, mas desta vez na cidade de Belo Horizonte sob a Gestão do Prefeito Patrus Ananias (PT) em 1993. O autor afirma que através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social foi criado o “Programa População de Rua” e o Fórum da População de Rua de Belo Horizonte que tornou possível a realização do Iº Censo da PSR em 1998. Além disto:

Um dos aspectos importantes de ser notado em Belo Horizonte é que, na gestão do Patrus, inicia-se um projeto de Orçamento Participativo que possibilita a mobilização para pleitear novos espaços de atendimento especializado para a população de rua. Nesse empreitada, conquistaram a República Reviver, espaço diferenciado dos albergues, que propõe maior autonomia das pessoas no convívio e gestão do espaço, em uma época onde só havia um albergue nos moldes de instituição total. O Centro de Referência Projeto Cidadania, que mais tarde se tornou a instituição modelo para a política dos atuais CENTROS POP, e ainda o Centro de Saúde Carlos Chagas, pioneiro no país como um centro de atendimento voltado à população de rua. [...] Em 2004, [...] há também o trabalho do movimento chamado “A Rua em Movimento”, que também pretendia a auto-organização para enfrentar os desafios da discussão de ações públicas com o governo. (MELO, p.108-109, 2017)

Por último, o autor afirma que outras iniciativas e mobilizações foram identificadas na cidade de Porto alegre em 1999, onde verificou-se o início do chamado Movimento dos Moradores de Rua (MDM/RUA), quanto ao Rio de Janeiro, nos anos 2000 foi criado o Fórum Permanente da População Adulta em Situação de Rua. (p.109)

Esta contextualização traz apenas um breve recorte sobre algumas das ações e iniciativas conforme abordadas, mas que revelam um processo extremamente importante para o avanço, desenvolvimento e conquistas desta categoria. As ações e/ou

iniciativas desenvolvidas por grupos de vínculo religioso e por parte da sociedade civil para com as pessoas em situação de rua, contribuiu para que esta população se percebesse como sujeitos de direitos, trazendo autonomia, protagonismo e a mobilização coletiva deste segmento. Este processo surge de uma necessidade, pela mudança de uma realidade extremamente difícil, acompanhada de fortes injustiças, envolvendo ocorrências de violência e morte à PSR.

O Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) surgiu em 2005, motivado por uma realidade amarga, dolorosa e violenta contra a PSR, que se deu pela ocorrência do Massacre da Praça da Sé. Segundo Melo (2017) o massacre ocorreu durante a madrugada, aproximadamente entre os dias 19 e 22 de agosto de 2004 em São Paulo, onde quinze pessoas em situação de rua foram surpreendidas enquanto dormiam pela praça, atacadas com golpes na cabeça. Sete pessoas não resistiram e vieram a óbito, além disto, uma mulher testemunhou este crime, mas foi assassinada em maio do ano seguinte.

Dezenove anos se passaram, mesmo assim os responsáveis pela barbárie até hoje não foram identificados, seguem permanecendo impunes. Segundo o autor, as suspeitas é de que a chacina tenha sido realizada por um grupo de extermínio, que pode ter sido organizada por policiais e/ou agentes da segurança privada. Depois deste ocorrido, o 19 de agosto se tornou o Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua. (p.116)

O Massacre da Praça da Sé é representado pelos porta-vozes do MNPR como um evento traumático, considerado terrível, que deixa marcas na memória e transforma a identidade de maneira irrevogável. Fato através do qual o coletivo emerge e insufla o estabelecimento de relações de solidariedade entre os indivíduos, instigados a compartilhar esse sofrimento em comum, constantemente atualizado frente os desafios políticos do presente. É importante destacar que as ideias de trauma, sofrimento e dor são utilizadas pelos militantes enquanto categorias de operacionalização política. Ferramentas através das quais as pessoas conseguem comunicar sobre danos sofridos e a necessidade de reconhecimento e reparação. Ao apresentarem elementos que tentam desvelar sua crueldade, produzem mobilização através da mediação que comunica uma dor que deve ser publicizada e, ao mesmo tempo, buscam reconhecimento sobre esses danos causados. (MELO, p.114, 2017)

Importa ressaltar que, esta tragédia de forma alguma foi a condição para o surgimento do MNPR, mas um esgotamento, uma situação limite acompanhada pelo aumento da insegurança, pois a população em situação de rua já sofria e estava

constantemente vulnerável sob o risco de sofrer algum tipo de violência e ainda ter seus assassinos, agressores/torturadores impunes.

Os porta-vozes do MNPR se referem ao Massacre como situação limite expressiva de violações cotidianas e toda sorte de carências e problemas então condensadas em um episódio compreendido como especificamente ultrajante, que revela o esgotamento das possibilidades de permanência de determinadas condições de vida. (MELO, p.115, 2017)

Outro marco de violência e atentado contra a vida dessa população ocorreu em 1997 e impulsionou o surgimento do MNPR, com a morte do indígena Galdino de Jesus dos Santos. Galdino foi morto queimado vivo por cinco jovens de classe média, (também filhos de juízes e políticos) enquanto dormia em um ponto de ônibus. O indígena tinha viajado até Brasília para participar de um evento promovido pela Funai no Dia do Índio com vistas a expressar suas reivindicações.

A justificativa dada por seus assassinos, foi a de que pensaram que se tratava apenas de um “mendigo”. Ambos não cumpriram pena equivalente ao crime cometido, e ambos atualmente são servidores públicos, sendo um deles nomeado para cargo de confiança durante a gestão do governo Bolsonaro em 2020.

Mesmo após terem sido condenados por um crime hediondo (homicídio triplamente qualificado), todos possuem certidão negativa de antecedentes criminais. O artigo 202 da Lei de Execução Penal garante sigilo em caso de condenações já cumpridas. (MOTORYN, 2021)

No Brasil percebe-se uma grande onda de violência para com essa população nos últimos anos. Diante de tanta violência, discriminação e repressão, o MNPR segue atuando para fazer frente à esta realidade, demonstrando sua força, denunciando as desigualdades, as injustiças e as medidas higienistas cometidas contra essa população, exigindo respostas do poder público, medidas de proteção e prevenção.

Quadro 02: Principais fatos que ocorreram à PSR e conquistas do MNPR registrados em ordem cronológica de 1997 a 2023:

ANO	SITUAÇÃO:	OBSERVAÇÃO:
1997	Morte indígena Galdino de Jesus dos Santos, morto por cinco jovens classe média que justificaram o assassinato dizendo que acharam que se tratava apenas de um mendigo.	Brasília - DF / Galdino tinha viajado até Brasília para participar das comemorações promovidas pela Funai no Dia do Índio, no intuito de manifestar suas reivindicações.

1999	I Encontro Nacional de Catadores de Papel; Elaboração Anteprojeto de lei que buscava regulamentar a profissão dos catadores de materiais recicláveis;	Novembro – MG.
2001	I Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis; Fundação do (MNCR) Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis	Brasília, dias 04-05-06 JUN.
2001	Início da luta; I Marcha Nacional da População de Rua	Brasília 07/06.
2003	Realizadas as primeiras discussões entre os/as catadores/as de materiais recicláveis com o programa Fome Zero do ministério (MESA);	Início Governo Lula
	Encontro de Lula com os catadores/as e a população em situação de rua no evento Natal Solidário.	Natal Solidário - SP
2004	Organização Auxílio Fraternal (OAF) assina convênio com o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) para desenvolver projeto de mobilização do MNCR e realização de pesquisas com a PSR nos municípios do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e do Recife.	MNCR – Movimento Nacional de Catadores de Papel
	Chacina da Praça da Sé. Sete mortes e seis sobreviventes com sequelas irreversíveis.	A chacina ocorreu entre os dias 19 e 22 de agosto. Situação de Impunidade e as famílias não foram indenizadas.
	“III Festival Lixo e Cidadania” foi entregue uma Carta da PSR pedindo políticas públicas para o ministro Patrus Ananias do MDS;	
	Reunião dos moradores de rua no último dia do festival, onde foi discutida a proposta de formação de um Movimento da População de Rua em âmbito nacional.	Setembro / Belo Horizonte/MG
2005	Manifestações na escadaria da Catedral da Sé, promovidas pela Pastoral do Povo da Rua;	Em Belo Horizonte já existia “A Rua em Movimento”, mas em São Paulo a gente pensou em criar de fato o MNPR. Aí fomos para o festival “Lixo e Cidadania”. Em 2004 o massacre, e em 2005 de fato lançamos o MNPR. (MIRANDA, 2012).
	Organizações no dia 19 de agosto no intuito de chamar atenção da opinião pública e das autoridades sobre o descaso da Chacina da Praça da Sé, pois nada havia sido apurado, os assassinos seguiam impunes;	
	IV Festival Lixo e Cidadania em BH/MG - com a participação de catadores/as e da PSR dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Mato Grosso (5 a 10 de setembro);	
	Reconhecimento Governo Federal;	Quando a LOAS (1993) foi promulgada não fez referência à PSR, sendo essa população incluída em 2005 (após doze anos).
	Encontro Nacional sobre a PSR (Dias 1, 2 e 3 de setembro – Brasília) organizado e realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS);	
	Em dezembro é aprovada a Lei 11.258, que inclui a PSR na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), estabelecendo a obrigatoriedade de programas para a população de rua na política de assistência social. (Serviço Especializado em Abordagem Social, Centro de Referência para PSR e Serviço Especializado para População de Rua).	
2006	Criado por Lula o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) - Decreto s/nº 25 outubro.	
2007/	Pesquisa nacional de contagem da população em situação de rua, realizada pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)	

2008	Recursos destinados ao IBGE para contagem da população em situação de rua nas principais capitais.	
2008	Eleição do coordenador do MNPR de Belo Horizonte (MG), Samuel Rodrigues, no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), como conselheiro representando os usuários;	Essa eleição vai de encontro a um dos princípios do MNPR, o de Controle Social.
	O MNPR participou de oficinas com o Ministério da Saúde em Brasília (DF), São Paulo (SP), e Belo Horizonte (MG) para definir o Plano Operativo e Ações Estratégicas.	Elaborado por meio da Secretária de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde que ficou denominado como “Plano Operativo para Implementação de Ações em Saúde da PSR 2012–2015.
2009	Foram constituídos os Fóruns Provisórios da População de Rua nas cidades de Belo Horizonte, São Paulo, Salvador, Fortaleza, Juiz de Fora, Distrito Federal, Porto Alegre, Curitiba e Rio de Janeiro	Esses Fóruns são espaços para a PSR discutir sobre seus problemas e poderem se organizarem na luta e defesa de pelos seus direitos.
	Decreto nº 7.053 de 2009 que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua.	
	II Encontro Nacional sobre População de Rua (17/18 - maio - Brasília). Este encontro teve como objetivo debater a proposta da Política Nacional para Inclusão Social da PSR, sendo aprovados neste encontro os princípios da política;	
	Comitê Técnico de Saúde para a PSR (Portaria nº 3.305) pelo Ministério da Saúde.	
2009/ 2010	Projeto de Capacitação e Fortalecimento Institucional da População em Situação de Rua, parcerias com o MDS, a Unesco e o Instituto Pólis.	
2011	Criação do Consultório de Rua - (CnR)	
2015	Instituição de Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua no Estado do Paraná. (CIAMP-Rua/PR)	
	III Encontro Nacional da População em Situação de Rua – Para a elaboração de propostas à Conferência Nacional de Direitos Humanos e propostas ao CIAMP-Rua e ministérios.	
2021	Aprovação da resolução que institui a Política Nacional de Atenção às Pessoas em Situação de Rua pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ)	
	Conquista da vacinação prioritária contra a Covid-19 para a PSR	
2023	Chacinas contra a vida dessa população em Maceió;	Culminou na morte de 29 pessoas, contabilizando 30 desde início do ano.
–	Estruturação do MNPR em várias cidades brasileiras e fortalecimento da sua capacidade de mobilização.	

Fonte: Elaboração Própria com base na legislação, informações citadas pelos autores trabalhados e sites de notícias, 2023.

O MNPR neste sentido, foi essencial para a conquista e ampliação dos direitos relacionados à PSR, tornou possível a implementação de políticas públicas voltadas a este segmento. Surgiu em 2005 como resposta aos episódios de violência contra essa população e levantam bandeiras de lutas em torno daquilo que lhe é por direito:

A luta é baseada no que falta à ela; então falta moradia, falta saúde, falta educação, então a luta é de fato pelas políticas públicas. E aí não é pela criação de espaços para o morador de rua, é pra inserção da população de rua nos espaços, por exemplo, como na escola, como nos centros de referência da assistência. Então acho que nós temos outro desafio, que é trazer [dar] a visibilidade aos olhos da sociedade que essa população é capaz de se organizar, mas principalmente trazer o porquê dessa organização (RODRIGUES, 2012).

O movimento é formado por pessoas que já vivenciaram ou estão enfrentando a situação de rua e está presente em dezenove (19) estados do país, com coordenações no Distrito Federal, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Minas gerais, Goiás, Bahia, Maranhão e Espírito Santo.

Buscam conforme citado, representar suas demandas, trazer visibilidade e sua inserção nos espaços articulando-se pela defesa e proteção dos direitos humanos, pela garantia do acesso às políticas públicas, por sua valorização como sujeitos de direitos e como cidadãos que merecem respeito, que possuem voz, uma história e também a sua própria identidade. Foi mediante as lutas desencadeadas e lideradas pelo movimento, que em 2009, conquistou-se a política nacional específica para atender as demandas e necessidades dessa população, a ser apresentada no próximo ponto.

3.3 Política Nacional para População em Situação de Rua

A Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR) foi instituída em 2009 mediante o Decreto nº7.053. Retratando o reconhecimento e compromisso assumido pelo governo federal, frente a necessidade de garantir a esta população o seu acesso às políticas públicas. Esta conquista é fruto de um processo desencadeado pelas lutas do MNPR na qual seu protagonismo e participação foi fundamental para a formulação desta política, conforme demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 03: BREVE HISTÓRICO - ANTES DA PNPR

2003	Acolhida do Governo Federal às pautas dos movimentos da população em situação de rua e catadores de materiais recicláveis;
2004	PNAS - Resolução nº78, de 22 de junho de 2004;
2005	I Encontro Nacional sobre a População em Situação de Rua; LOAS – Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005, altera o parágrafo único do art.23 da

	LOAS;
2006	Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) - Decreto s/nº, de 25 de outubro de 2006;
2007/2008	Pesquisa Nacional;
2009	II Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua;
	Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Abordagem Social, Centro Pop, Acolhimento Institucional e República) - Resolução nº109, de 11 de novembro de 2009;
	Política Nacional para a População em Situação de Rua – Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009.

Fonte: Adaptado pelo pesquisador do material Carlo Ricardo, Política Nacional Para A População Em Situação De Rua No Brasil, Ministério da Mulher, das Famílias e dos Direitos Humano, 2019.

A PNPR possui princípios, diretrizes e objetivos específicos, sua implementação é dada segundo Art. 2º de forma descentralizada e articulada entre a União e seus entes federativos, que podem ou não aderirem a política.

Segundo o Art. 5º da PNPR, são princípios desta política além da igualdade e equidade:

- I - respeito à dignidade da pessoa humana;
 - II - direito à convivência familiar e comunitária;
 - III - valorização e respeito à vida e à cidadania;
 - IV - atendimento humanizado e universalizado; e
 - V - respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.
- (BRASIL, 2009)

São diretrizes desta política, conforme o Art. 6º:

- I - promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais;
 - II - responsabilidade do poder público pela sua elaboração e financiamento;
 - III - articulação das políticas públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal;
 - IV - integração das políticas públicas em cada nível de governo;
 - V - integração dos esforços do poder público e da sociedade civil para sua execução;
 - VI - participação da sociedade civil, por meio de entidades, fóruns e organizações da população em situação de rua, na elaboração, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;
 - VII - incentivo e apoio à organização da população em situação de rua e à sua participação nas diversas instâncias de formulação, controle social, monitoramento e avaliação das políticas públicas;
 - VIII - respeito às singularidades de cada território e ao aproveitamento das potencialidades e recursos locais e regionais na elaboração, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;
 - IX - implantação e ampliação das ações educativas destinadas à superação do preconceito, e de capacitação dos servidores públicos para melhoria da qualidade e respeito no atendimento deste grupo populacional; e
 - X - democratização do acesso e fruição dos espaços e serviços públicos.
- (BRASIL, 2009)

A PNPR busca também assegurar conforme demonstra no Art.7º referente a seus objetivos específicos - na qual somam-se 14 - os direitos sociais dessa população com base na Constituição Federal 1988.

Assim a política determina que sejam assegurados à população em situação de rua o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda constituindo uma rede de proteção social para essa população. (DIAS, p.26, 2013)

Além disto, trata em seu Art. 8º a questão do padrão de qualidade, conforto e segurança pela rede de acolhimento temporário. Em seu último Art. 15º, traz a instituição do Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos – CNDDH para esta população, visando a promoção e defesa de seus direitos:

- I - divulgar e incentivar a criação de serviços, programas e canais de comunicação para denúncias de maus tratos e para o recebimento de sugestões para políticas voltadas à população em situação de rua, garantido o anonimato dos denunciante;
 - II - apoiar a criação de centros de defesa dos direitos humanos para população em situação de rua, em âmbito local;
 - III - produzir e divulgar conhecimentos sobre o tema da população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional nas diversas áreas;
 - IV - divulgar indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a população em situação de rua para subsidiar as políticas públicas; e
 - V - pesquisar e acompanhar os processos instaurados, as decisões e as punições aplicadas aos acusados de crimes contra a população em situação de rua.
- Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
(BRASIL, 2009)

A PNPR em 2009 instituiu o Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua - CIAMP-Rua (revogado pelos decretos nº9.894 de 2019 e nº11.472 de 2023), que permite a participação do MNPR e da sociedade civil juntamente com representantes do governo acompanhar, monitorar e avaliar a implementação desta política, e na qual compete:

- I - elaborar planos de ação periódicos com o detalhamento das estratégias de implementação da Política Nacional para a População em Situação de Rua;
- II - acompanhar e monitorar o desenvolvimento da Política Nacional para a População em Situação de Rua;
- III - desenvolver, em conjunto com os órgãos federais competentes, indicadores para o monitoramento e avaliação das ações da Política Nacional para a População em Situação de Rua;
- IV - propor medidas que assegurem a articulação intersectorial das políticas públicas federais para o atendimento da população em situação de rua;
- V - propor formas e mecanismos para a divulgação da Política Nacional para a População em Situação de Rua;
- VI - catalogar informações sobre a implementação da Política Nacional da População em Situação de Rua nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios;
- VII - propor formas de estimular a criação, o fortalecimento e a integração entre os

comitês estaduais, distrital e municipais de acompanhamento e monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua; (Redação dada pelo Decreto nº 11.472, de 2023)

VIII - organizar, periodicamente, encontros nacionais para avaliar e formular ações para a consolidação da Política Nacional para a População em Situação de Rua; e (Redação dada pelo Decreto nº 11.472, de 2023)

IX - elaborar e aprovar o seu regimento interno.

(BRASIL, 2019)

Através da PNPR bem como de seus objetivos relacionados ao Art.7º, na qual se determina o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas relativos às políticas públicas, em conjunto com o CIAMP-Rua, foi possível obter outros avanços, percebidos e sintetizados no quadro histórico após a implementação da política:

QUADRO 04: HISTÓRICO - DEPOIS DA PNPR

2010	Inclusão da Pop Rua no Cadastro Único (Formulário Suplementar 2, Instrução Operacional, Guia de Cadastramento, cartilha de orientação);
2011	Criação do CNDDH; 2011: Acesso a serviços de saúde do SUS – Portaria nº940, de 28 de abril de 2011 (regulamenta o Sistema Cartão Nacional de Saúde e permite o acesso da Pop Rua mesmo sem comprovante de residência);
2012	Consultórios na Rua – Portaria nº122, de 25 de janeiro de 2012 (regula o funcionamento dos CR, previstos na Política Nacional de Atenção Básica - Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011);
2013	Possibilidade de priorização da Pop Rua no Programa Minha Casa, Minha Vida – Portaria nº 595, de 18 de dezembro de 2013;
2014	PRONATEC Pop Rua – Portaria nº693, de 25 de novembro de 2014 (PRONATEC DIREITOS HUMANOS – modalidades SINASE, Pop Rua e Viver sem Limites);
2016	Definição da moradia como prioridade (Housing First) - aprovação no CIAMP-RUA;
2018	Lei que garante o acesso ao SUS sem documentação;
2019	Ação civil pública - inclusão da Pop Rua no Censo 2020 (domicílios coletivos e improvisados).

Fonte: Adaptado pelo pesquisador do material Carlo Ricardo, Política Nacional Para A População Em Situação De Rua No Brasil, Ministério da Mulher, das Famílias e dos Direitos Humano, 2019.

A PNPR propõe a integração das políticas setoriais para atendimento integral. Segundo Dias (2013) os estados e municípios ao aderirem a PNPR visando ofertar e implementar políticas públicas para a PSR “[...] deverão instituir comitês gestores intersetoriais, integrados por representantes das áreas relacionadas ao atendimento da população em situação de rua, com a participação de fóruns, movimentos e entidades representativas desse segmento da população.”.

No Brasil, os direitos da população em situação de rua ganharam institucionalidade no campo legislativo com a lei nº 11.258/2005 que alterou o artigo 23 da Lei nº 8742/93 (LOAS), incluindo a previsão de programas para essa população. Diante da necessidade de buscar respostas as diversas expressões

de desigualdades, violações de direitos e expressões da questão social, emerge a urgência de Implantação de Centros de referência especializados para atender essa população que utiliza das ruas como espaço de sobrevivência.

Não obstante, os serviços ofertados devem estar em consonância com a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS de 2005 e de 2012 e conformidade com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais de 2009, sintetizada no quadro abaixo:

QUADRO 05: Síntese dos serviços por níveis de complexidades

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
1	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF
2	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
3	Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e idosas
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	
MÉDIA COMPLEXIDADES	
1	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI
2	Serviço Especializado de Abordagem Social
3	Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)
4	Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas Famílias
5	Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua
ALTA COMPLEXIDADES	
6	Serviço de Acolhimento Institucional
7	Serviço de Acolhimento em República
8	Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora
9	Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências

Fonte: Adaptado com base na Resolução nº109, de 11 de novembro de 2009.

Conforme exposto no quadro, são identificados os serviços de atendimento específicos à PSR classificados entre média e alta complexidades da proteção social especial, sendo o Serviço Especializado de Abordagem Social, Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua e Serviço de Acolhimento Institucional.

O Serviço Especializado de Abordagem Social, segundo informações disponibilizadas pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDA SFCF), possui como público-alvo crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias em situação de vulnerabilidade social.

Este serviço pode ser ofertado nas unidades Centro de Referência

Especializado de Assistência Social - CREAS ou no Centro Pop e tem os seguintes objetivos:

- Identificar famílias e pessoas com direitos violados, natureza das violações, condições em que vivem, estratégias de sobrevivência, aspirações, desejos e relações estabelecidas com as instituições;
- construir o processo de saída das ruas e possibilitar condições de acesso à rede de serviços e a benefícios assistenciais;
- promover ações para reintegrar o usuário do Serviço à família e à comunidade; e
- promover ações de sensibilização para divulgação do trabalho realizado, direitos e necessidades de inclusão social e estabelecimento de parcerias.

Ações/atividades

O Serviço Especializado em Abordagem Social desenvolve ações planejadas de aproximação, escuta qualificada e construção de vínculo de confiança com pessoas e famílias em situação de risco pessoal e social nos espaços públicos para atender, acompanhar e mediar acesso à rede de proteção social. (BRASIL, 2023)

O Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua – Centro Pop, oferece à PSR atendimento gratuito, especializado para este segmento. É definido e qualificado como um serviço da Proteção Social Especial de Média Complexidade, tem como um de seus objetivos e finalidades garantir o atendimento qualificado a esta parcela da população, composta por famílias e indivíduos.

O Centro Pop tem o papel de providenciar o acesso aos direitos sociais, civis e políticos, bem como auxiliar no desenvolvendo de demais atividades. Podem realizar atividades por meio da equipe técnica com vistas a proporcionar e amplificar as potencialidades de seus usuários, na perspectiva de contribuir para a construção da autonomia e de projetos de vida, na organização pessoal/profissional, estimulando a participação social, preservando a dignidade, cultivando o respeito e a liberdade de escolha destes sujeitos. Além disto a unidade oferece as seguintes provisões:

- fazer refeições;
 - ter um espaço para higiene pessoal e lavar suas roupas;
 - ter apoio para conseguir documentos pessoais;
 - guardar seus pertences;
 - ter informações sobre trabalho; e
 - tirar suas dúvidas sobre como ter acesso aos seus direitos;
- (BRASIL, 2023)

Os serviços de Acolhimento Institucional possuem segundo a tipificação, quatro modalidades: Abrigo Institucional, Casa Lar, Casa de Passagem e Residência Inclusiva. A Casa de Passagem e o Abrigo Institucional como unidades estão voltadas à adultos e famílias, realizam o acolhimento provisório, proteção e atendimento das necessidades básicas como alimentação, higiene, documentação, acessibilidade e encaminhamentos. Buscam no espaço fortalecer ou reestabelecer vínculos, bem como promover a autonomia dessa população respeitando as condições e projetos de vida destas

pessoas.

Um dos desafios enfrentados após a conquista da PNPR pelo MNPR, foi a adesão desta política pelos estados e municípios, a qual é facultativa. A partir da implementação desta política pelo estado do Paraná e pelo município de Foz do Iguaçu, será caracterizado no capítulo seguinte o trabalho do assistente social e seus impasses no atendimento às demandas desta população, bem como os serviços de atendimento e as demandas da PSR.

4 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL JUNTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM FOZ DO IGUAÇU

Este capítulo objetiva analisar as principais demandas e desafios do(a) Assistente Social no trabalho junto à população em situação de rua em Foz do Iguaçu. Para isto, inicialmente se caracteriza no município os serviços e unidades de atendimento voltados à PSR e na qual estão inseridos os assistentes sociais.

No decorrer do capítulo, são apresentados o perfil dos sujeitos desta pesquisa e seus relatos coletados mediante entrevista semiestruturada. Posteriormente, para caracterizar o trabalho dos assistentes sociais, a partir da perspectiva marxiana, se utiliza para abordar o Serviço Social a categoria trabalho, compartilhada por Iamamoto (2000). Neste ponto de caracterização, foram retratados como é o trabalho na instituição, as principais faces da questão social com que lidam e as principais demandas e necessidades apresentadas pelos usuários.

Por conseguinte, no próximo ponto se apresentam as demandas da população em situação de rua segundo os voluntários da pesquisa, apontando suas experiências, desafios, situações de violência, o que eles gostariam que soubessem sobre a realidade que vivenciam e o que mudariam nesta sociedade. Em último ponto, são apresentadas as demandas e desafios na qual os assistentes sociais se deparam, conforme suas falas e perspectivas.

4.1 Caracterização das Políticas Públicas voltadas para a População em Situação de Rua

Através das lutas desencadeadas em prol de direitos e dignidade lideradas pelo MNPR, a população em situação de rua conquistou em 2009, uma política nacional específica para atender suas necessidades e garantir assim, a sua cidadania. Trata-se do decreto nº7.053, que também instituiu o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e

Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua - CIAMP-Rua, recriado mediante decretos nº9.894 de 2019 e nº11.472 de 2023.

A Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR) instituída no Decreto Nº 7.053 de 2009, é um compromisso assumido pelo Governo Federal, que se materializa mediante os estados e municípios que a aderem. A PNPR possui princípios que se baseiam na igualdade, equidade, no respeito à dignidade da pessoa humana considerando as particularidades de cada sujeito, também no direito de convivência familiar e comunitária, bem como o de universalidade no atendimento.

Com a finalidade de implementar políticas públicas voltadas a atender este segmento, o Paraná aderiu a PNPR e instituiu o CIAMP-Rua/PR mediante o decreto nº 2.425 em 2015, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (SEJU).

O município de Foz do Iguaçu ao aderir à PNPR, com base na Constituição Federal de 1988, na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS de 1993 e na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS de 2005 e de 2012, dispõe dos seguintes serviços e unidades de atendimento: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro POP, Serviço Especializado em Abordagem Social - SEAS e três serviços de acolhimento: a Casa de Passagem I - Mão Amiga, Casa de Passagem II no Porto Belo e Casa de Passagem III – Albergue Noturno Lar Esperança.

Além disto, a cidade aderiu em 2021 ao programa Consultório Na Rua, com uma equipe multidisciplinar formada por médica, enfermeiros, assistente social, técnico de enfermagem, técnico em saúde bucal, psicólogo e educador social. O programa tem como objetivo realizar o acolhimento das pessoas em situação de vulnerabilidade social e da PSR contribuindo para seu acesso a serviços de saúde e assistência, permitindo também dessa forma, conhecer suas demandas. Segundo o site de notícias da Prefeitura, de janeiro a junho de 2023 o Consultório na Rua chegou a realizar um total de 2.616 atendimentos.

O trabalho da Assistência Social voltado a população em situação de rua é referenciado na política nacional e no Serviço Único de Assistência Social – SUAS, com respeito a condição de cidadãos destas pessoas, e prezando a qualidade de vida e trabalho de resgate de identidades. Não temos uma política voltada à higienização e nem a repressão, mesmo porque logradouros são espaços públicos nos quais as pessoas têm o direito de ir e vir, salvo restrições legais, sendo assim, nossos serviços são ofertados e quando não aceitos, é trabalhado a adesão aos mesmos, sendo este um processo contínuo. As abordagens são realizadas cotidianamente. (Ofício nº13347, 2023)

O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro POP é um serviço da Proteção Social Especial de Média Complexidade, localizado

na rua Monsenhor Guilherme nº527 no Jardim São Paulo II, que atende a PSR todos os dias das 7h às 19h incluindo feriados. Seu início na cidade se deu em 2011, a instituição conta com uma equipe formada por profissionais como coordenador, psicóloga, assistentes sociais e educadores sociais.

No Centro Pop a população em situação de rua tem acesso a alimentação, acesso a banheiros, a produtos de higiene pessoal e roupas, espaço para a guarda de seus pertences e atendimento com psicóloga e assistente social. Através do atendimento com o serviço social essa população recebe as orientações e encaminhamentos necessários conforme sua demanda, como saúde, trabalho, instituições de acolhimento, documentação e acesso a benefícios. Além disto, o espaço possui infraestrutura para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, sem deixar de abranger deficientes visuais, auditivos e entre outros.

O Serviço Especializado em Abordagem Social - SEAS, atua 24h no município, realizando buscas ativas e rondas sociais. Possui também um telefone de plantão para que a própria população possa solicitar o serviço quando necessitar. Através deste serviço de atendimento as pessoas são levadas ao Centro Pop, se desejarem.

As Casas de Passagem oferecem abrigo provisório de até 90 dias (três meses) para a PSR e seus animais de estimação, dormitório, alimentação (jantar, almoço e café da manhã), atendimento especializado por equipe formada por assistente social e psicólogo para atender as demandas/solicitações dessa população, bem como educadores sociais e coordenador. Buscam promover ações de fortalecimento de vínculo e trazer autonomia aos acolhidos.

Nestas casas as pessoas em situação de rua chegam por encaminhamentos realizados no Centro Pop, que também os transportam até o local. Para que isto ocorra é realizado uma triagem conforme o perfil do usuário e o número de vagas disponibilizadas no dia, cada casa de passagem possui as seguintes especificidades:

A Casa de Passagem I - Mão Amiga está localizada na rua Henrique Alberto Pepin nº527 também no Jardim São Paulo, ao lado e dividindo o mesmo terreno com o Centro Pop. A instituição oferece acolhimento voltado a famílias, crianças, adolescentes e idosos de sessenta anos ou mais, a instituição possui capacidade para 50 vagas e conta com um psicólogo e uma assistente social.

A Casa de Passagem II está localizada na rua Ângela Aparecida Andrade Nº 199, no Porto Belo. A instituição é voltada ao acolhimento de adultos do sexo masculino que possuam idades entre 18 e 59 anos e possui capacidade de 30 vagas. No momento a

instituição não possui psicólogo, e conta com uma única assistente social.

A Casa de Passagem III – Albergue Noturno Lar Esperança, é uma Organização da Sociedade Civil (OSC), acolhe adultos de ambos os sexos que possuam idades também entre 18 e 59 anos, recebe além disto a população imigrante e refugiada, com capacidade para 50 vagas ao total.

Nos serviços de atendimento como o Centro Pop e as Casas de Passagem, o atendimento à população em situação de rua é realizado por uma equipe multiprofissional, composta por coordenador, psicólogo, com educadores sociais em que se dá o primeiro contato e orientação sobre o serviço, por assistentes sociais para escuta qualificada e demais informações sobre o perfil deste novo usuário e demais encaminhamentos quando solicitado, trabalho na qual é caracterizado no próximo ponto.

4.2 Caracterização do Trabalho das Assistentes Sociais

Para discorrer acerca da caracterização do trabalho executado pelas assistentes sociais nos serviços de atendimento à PSR em Foz do Iguaçu, optou-se com base na perspectiva marxiana compartilhada por Iamamoto (2000), por trabalho como categoria de análise. Partindo desta concepção, neste ponto serão caracterizados o trabalho realizado pelas assistentes sociais do Centro Pop, da Casa de Passagem I - Mão Amiga e da Casa de Passagem III – Albergue Noturno Lar Esperança, com base na coleta de informações realizadas através da técnica de entrevista estruturada.

Segundo Iamamoto (2000), o Serviço Social é uma profissão que está inserida na divisão sociotécnica do trabalho, caracterizada como uma especialização do trabalho coletivo que possui como objeto de intervenção as múltiplas expressões da questão social produzidas pelo capitalismo. A autora também afirma que, o significado social da profissão “depende da dinâmica das relações entre as classes e dessas com o Estado nas sociedades nacionais em quadros conjunturais específicos, no enfrentamento da "questão social".” (p.202)

O objeto de trabalho, aqui considerado, é a questão social. É ela, em suas múltiplas expressões, que provoca a necessidade da ação profissional junto à criança e ao adolescente, ao idoso, a situações de violência contra a mulher, a luta pela terra etc. Essas expressões da questão social são a matéria-prima ou o objeto do trabalho profissional. Pesquisar e conhecer a realidade é conhecer o próprio objeto de trabalho, junto ao qual se pretende induzir ou impulsionar um processo de mudanças. Nesta perspectiva, o conhecimento da realidade deixa de ser um mero pano de fundo para o exercício profissional, tomando-se condição do mesmo, do

conhecimento do objeto junto ao qual incide a ação transformadora ou esse trabalho. Dar conta das particularidades das múltiplas expressões da questão social na história da sociedade brasileira é explicar os processos sociais que as produzem e reproduzem e como são experimentadas pelos sujeitos sociais que as vivenciam em suas relações sociais quotidianas. É nesse campo que se dá o trabalho do Assistente Social, devendo apreender como a questão social em múltiplas expressões é experienciada pelos sujeitos em suas vidas quotidianas. (IAMAMOTO, p.61, 2000)

De acordo ainda com a autora, os assistentes sociais são proprietários de sua força de trabalho qualificada, mas possuem uma autonomia relativa em seu trabalho onde dispõe apenas de sua capacidade de trabalho e não de todos os outros meios e condições que seriam necessárias para que ele mesmo o efetivasse, dependendo então nessa parte dos meios fornecidos por seu empregador - que pode ser o Estado, a empresa ou mesmo as entidades não-governamentais -. Se dispusessem, venderiam seus serviços e/ou produtos de seu trabalho. Entretanto, é seu empregador quem organiza seus processos de trabalho:

[...] viabilizam aos usuários o acesso a seus serviços, fornecem meios e recursos para sua realização, estabelecem prioridades a serem cumpridas, interferem na definição de papéis e funções que compõem o cotidiano do trabalho institucional. Ora, se assim é, a instituição não é um condicionante a mais do trabalho do assistente social. Ela organiza o processo de trabalho do qual ele participa. Importa ressaltar que o assistente social não realiza seu trabalho isoladamente, mas como parte de um trabalho combinado ou de um trabalhador coletivo que forma uma grande equipe de trabalho. Sua inserção na esfera do trabalho é parte de um conjunto de especialidades que são acionadas conjuntamente para a realização dos fins das instituições empregadoras, sejam empresa ou instituições governamentais. (IAMAMOTO, p.62-63, 2000)

Neste sentido, o assistente social é um trabalhador assalariado e, portanto, é contratado e inserido no mercado de trabalho. É o agente que viabiliza os direitos da população, mas se encontra condicionado por uma correlação de forças, organizações e recursos disponibilizados que se colocam para além de seu controle, podendo limitar sua atuação e comprometer a garantia/efetivação dos direitos.

Dada a condição de "trabalhador livre", o assistente social detém a sua força de trabalho especializada, força essa que é mera capacidade. Ela só se transforma em trabalho quando consumida ou acionada, quando aliada às condições necessárias para que o trabalho se efetive, aos meios e objetos de trabalho. Em outros termos, o trabalho é a força de trabalho em ação e quando não se dispõe dos meios para

realizá-lo, aquela força ou capacidade não se transforma em atividade, em trabalho. Como trabalhador assalariado, depende de uma relação de compra e venda de sua força de trabalho especializada em troca de um salário, com instituições que demandam ou requisitam o trabalho profissional. (IAMAMOTO, p.63, 2000)

O Trabalho realizado pelas assistentes sociais e suas atribuições nas instituições a serem apresentadas, são essenciais para o atendimento da PSR, na instituição, o trabalho é tipificado com base na política pública voltada a este segmento.

O trabalho do assistente social é regulamentado pela Lei nº que 8662/1993 que dispõe sobre seu exercício profissional, possuem um Código de Ética Profissional (1993) e dispõem de um Projeto ético-político. Além disto, como relaciona-se ao campo da viabilização e garantia dos direitos, os profissionais pautam-se na Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de 1993, que organiza e reconhece a assistência social no campo da Seguridade Social como direito do cidadão e dever do Estado.

Quanto às atribuições da profissão nas unidades estatais, que se refere à busca em viabilizar e garantir os direitos da população em situação de rua, as assistentes sociais prestam seu atendimento ao usuário na finalidade de atender as necessidades reais dos sujeitos/usuários do serviço, visando o fortalecimento dos vínculos sociais e estimulando a autonomia desta população com respeito às suas escolhas individuais, realizando quando necessário a articulação com a rede de políticas públicas.

Além disto, o/a profissional dispendo de sua autonomia pode determinar os instrumentais necessários para realização de seu trabalho e participa de reuniões visando contribuir na tomada de decisões e aprimoramento dos serviços. É também importante frisar que como está inserido nos processos de relações de trabalho, não está distante de ser atingido por diversas tentativas de precarização de seu trabalho, devendo lutar também por seus próprios direitos buscando fortalecer sua categoria profissional.

E dispõem de uma relativa autonomia sobre seu trabalho dada a existência e o seu reconhecimento acerca das relações de forças que abrangem as classes antagônicas, assim como no conflito de interesses gerado que envolve a classe trabalhadora a qual faz parte, e, que diariamente se reflete em seu cotidiano profissional. Nada obstante, estes profissionais lidam em seu cotidiano não apenas com os desafios da profissão e da luta pela garantia e ampliação dos direitos da classe trabalhadora, mas também com as limitações e condicionalidades de seu empregador, o Estado.

Nesse sentido, este capítulo visa apresentar as principais demandas e

desafios no trabalho dos assistentes sociais que atuam junto aos moradores em situação de rua em Foz do Iguaçu, tendo como base na pesquisa de campo de natureza qualitativa, realizadas através de entrevistas semiestruturadas com 03 (três) assistentes sociais, conforme o perfil explicitado no Quadro 06.

QUADRO 06: Perfil das assistentes sociais entrevistadas

INFORMAÇÕES:	AS I	AS II	AS III
Idade:	53 anos	61 anos	45 anos
Gênero:	Feminino	Feminino	Feminino
Tempo de formada:	12 anos	14 anos	11 anos
Tempo na instituição:	5 anos, 6 meses.	2 anos, 1 mês	2 anos, 6 meses

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Com base no perfil das profissionais entrevistadas, para abordar o trabalho do assistente social nestas instituições foram selecionadas as respostas referentes ao trabalho na instituição, as principais faces da questão social com que trabalham e as principais demandas dos usuários.

No Centro Pop, por ser a primeira porta de entrada e encaminhamento para os demais serviços, o trabalho desenvolvido pela assistente social para com a população em situação de rua é amplo. Envolve a acolhida, a comunicação e escuta qualificada à história do indivíduo enquanto se identificam as expressões da questão social que o afetam, recolhendo informações e dados pessoais para a identificação. Fornece também as orientações necessárias ao usuário e realiza o preenchimento de formulários, relatórios, encaminhamentos e pareceres sociais.

Durante período realizado em estágio obrigatório I e II foi possível identificar outros tipos de encaminhamentos, às redes de serviços socioassistenciais e demais políticas públicas, articulando estudo de caso com a profissional de psicologia e demais profissionais da rede de políticas públicas setoriais.

Além disto, a profissional quando necessário realiza visitas domiciliares, agiliza a documentação civil e busca garantir que os usuários acessem seus direitos como o Benefício de Prestação Continuada direcionados aos idosos, pessoas com deficiência, soropositivos e o passe livre para a utilização do transporte público. Também entra em contato com órgãos que possam capacitar e preparar o sujeito para promover sua inserção no mercado de trabalho caso seja solicitado pelo usuário.

Além do Centro Pop, o trabalho realizado pelas assistentes sociais nas

casas de passagem I - Mão Amiga e III – Lar Esperança, envolve no acolhimento destes usuários seus devidos encaminhamentos conforme as demandas e solicitações que se apresentam em atendimento. Entre as assistentes sociais entrevistadas, o trabalho desenvolvido nas instituições foi caracterizado da seguinte maneira:

Aqui o trabalho é... a garantia dos direitos né. Aqui as pessoas na instituição chegam e solicitam atendimento conforme as demandas, então a gente faz conforme a solicitação das demandas os devidos encaminhamentos, como para... para a saúde, pro CAPS. Também a gente orienta mesmo que lá é porta aberta né, mas aí gente orienta pra CAPS AD..., tem gente que procura para fazer tratamento. Encaminhamentos para gratuidade para documentação, RG, certidão de nascimento, entre outros. Ah, e escuta qualificada. Também aqui a triagem para ir nas casas de passagem, são três casas de passagem. então a gente faz a escuta qualificada e também faz os devidos encaminhamentos, retorno na família, e entre outros né, que surgirem de acompanhamento e encaminhamentos devidos. Também para diversos consulados, tem pessoas estrangeiras que daí precisam. Então a gente faz contato com os consulados para retorno à família, ou documentação e outros. (AS I)

Nosso trabalho é acolher, um acolhimento humanizado, uma escuta qualificada. Recebemos o acolhido vulnerável, excluído. Né. Então, no primeiro momento, a gente tenta criar um vínculo e, nesse vínculo, como eles têm várias demandas, a gente vai orientando conforme eles vão nos procurando e relatando sua vivência, e o que eles precisam. Porque nem todos chegam no primeiro momento e relatam toda a sua vida. (AS III)

Enquanto referente as principais expressões da questão social com que trabalham, bem como as principais demandas e necessidades dessa população, as profissionais entrevistadas relataram que:

Nós aqui, as faces da questão social é o baixo salário né, o desemprego também. Mas o mais, mais forte aqui que a gente mais atende é pessoas com essa fragilidade da saúde mental, com problema com álcool e drogas. [...] As principais demandas aqui no [...] é a solicitação para os abrigos. Uma documentação ou outra, também os auxílios, né? Bolsa Família, encaminhamento para isso também, documentação, saúde, saúde mental, CAPS. (AS I)

[...] aqui como é uma população bastante itinerante e, às vezes, com essa característica da vulnerabilidade social, as pessoas queixam que, não existem trabalhos, fontes de trabalho, mas nós também trabalhamos com encaminhamento, então a gente sempre está em busca de vagas em empresas aqui da região, agência do trabalhador, e nós percebemos que muitas vezes as pessoas não estão realmente em busca de trabalho. Não é difícil nós encontrarmos é..... perfis de atendimento que as pessoas estão assim, ou são pessoas que já recebem algum benefício e daí elas passam a visitar abrigos e cidades, e... já tivemos casos de pessoas que “ah, conheço 180 abrigos, o abrigo tal é melhor, o abrigo tal é melhor...” então são pessoas que não tem essa face da vulnerabilidade da questão social, são pessoas que de alguma maneira já estão acostumadas a viver uma vida assim. E temos também pessoas mais jovens, em idade produtiva, que... ou trabalham na informalidade e... e não objetivam retomar a vida, recomeçar a estudar, fazer um curso profissionalizante, ou mesmo não, não tem esse desejo. Ao

contrário também, algumas vezes nós encontramos pessoas que, sim, que precisam e querem trabalhar, conseguem trabalhar, conseguem se colocar no mercado e começam a ter a vida, então, é muito relativo, não dá para dizer uma face. A face que temos mais queixas é em relação ao desemprego. (AS II)

Identifica-se nesta fala, que há por um lado a questão do desemprego e por outro a falta de interesse por parte de alguns usuários, o que pode significar tanto a perda de perspectiva, a não preferência e rejeição pela área de trabalho disponível bem como às condições de trabalho ofertada, como também revela uma questão de dependência à instituição e adaptação da realidade vivenciada.

Nesta questão, destaca-se que é importante o respeito às escolhas individuais, mas nisto também se expõe o conflito no trabalho do assistente social nestas políticas, que são focalizadas e não universalizantes, onde o profissional busca viabilizar e efetivar os direitos da população dentro de uma sociedade capitalista e, em uma instituição limitada por vagas e por tempo de permanência, implicando e exigindo do profissional uma triagem cada vez mais seletiva com uma população que se encontra completamente vulnerável.

Nesta sociedade capitalista e neoliberal é imposto para a classe trabalhadora que, a superação das desigualdades e as possíveis condições de manutenção da existência dependem da venda de sua força de trabalho, de sua inserção no mercado de trabalho e consumo. Em meio a isto, parte da população não inserida nestas relações formais de trabalho, recorre a outros tipos de ocupação para obter alguma renda e também às ruas como última alternativa, todavia, neste processo é importante e preciso considerar que:

Não se trata aqui de afirmar a impossibilidade da existência de pessoas que eventualmente escolheram viver nas ruas, contudo, é necessário tomar a afirmação com cuidado. Na maioria dos casos o discurso da escolha vem acompanhado de uma trajetória em que se vivem intensos processos de violência, faltas e demais situações que empurram as pessoas ao limite das condições de vida anteriores: “Em certo momento, não aguentei mais”, causando a “escolha” de morar na rua em detrimento de algo que se considera muito pior e que normalmente espera na própria casa, com a própria família. [...] O discurso da escolha aparece como justificativa que reestabelece a autonomia individual frente a processos sobre os quais se admite não ter controle. (MELO, 2017, p.138)

Além disto, cabe ressaltar que a população em situação de rua enfrenta dificuldades para se inserir ao mercado de trabalho por conta de sua discriminação e local

onde reside, tanto nas ruas quanto nas casas de passagem.

Quanto as principais demandas e necessidades desta população atendida por esta profissional, a mesma relatou que o atendimento tem se voltado principalmente ao acolhimento a famílias estrangeiras e o acesso à programas/benefícios, também identificando com base no perfil de parte dos usuários o seu não acesso aos serviços de base:

É... Muitas vezes, [...], a pessoa geralmente deveria chegar aqui já depois de ser atendida pelo CRAS, pelo CREAS e ali terem sido tomadas as medidas necessárias para os atendimentos das necessidades dela, mas muitas vezes isso não acontece. Então, às vezes, a gente trabalha com pessoas que têm dificuldade em acesso a algum benefício, no caso do idoso, pode ser um BPC 87 ou 88, pode ser uma questão de documentação, pode ser uma questão de aluguel. Nós temos variados exemplos, mas, na maioria das vezes, as pessoas elas vem aqui com já, com, por exemplo, idoso, muito difícil o idoso não ter um benefício, é muito difícil uma família não estar atendida pelo Cadastro Único, então, na maioria das vezes, o que sobra mais, vamos dizer assim, em termos de trabalho e atendimento, dependendo também da fase de acolhimento, ou são famílias estrangeiras que estão chegando da América do Sul, ou são famílias que, por algum momento, estão em uma vulnerabilidade social que requer algum tipo de acolhimento. (AS II)

Em seguimento, a terceira assistente social entrevistada destacou principalmente a exclusão do mercado de trabalho como uma das principais faces da questão social com que trabalhada em seu cotidiano:

A vulnerabilidade, a exclusão, a... Meu Deus, são tantas... Desemprego, a falta de oportunidade de voltar ao mercado de trabalho, porque muitas vezes eles entram aqui, eles pegam o comprovante e eles vão para a empresa, fazem entrevista... e como eles estão em casa de passagem, as pessoas não querem dar oportunidade de trabalho. É uma das questões... Preconceito, preconceito... [...] A grande, a maioria adentra aqui no serviço sem expectativa de vida..., E eu mesmo, como profissional, tento trabalhar que eles podem mudar de vida, que eles podem recomeçar e o recomeçar é todo dia. Documentação... eles perdem muito, eles perdem muito a documentação. Então, eles chegam aqui sem nada e a gente tenta de todas as formas documentá-los, mas eles vão para a rua eles perdem eles voltam, sempre de novo. Então é um processo muito complexo, muito complexo. (AS III)

Fica nítido nesta fala, o esforço da profissional em efetivar os direitos dessa população estimulando a autonomia destes usuários, não como uma imposição de que se deve mudar de vida, mas sim como um incentivo de contribuir para ampliar a perspectiva e as potencialidades destas pessoas, que podem escolher seus próprios caminhos. Além disto, durante a entrevista a profissional fez questão de demonstrar seu respeito ao acolhido e sua busca em fortalecer ou mesmo restabelecer vínculos, na qual a fragilidade e rompimento é umas das causas mais citadas como motivação para a situação de rua.

Conforme exposto nas falas coletadas mediante entrevista, identificou-se que os assistentes sociais possuem como objeto de intervenção algumas das expressões da questão social em comum, na qual se predomina o desemprego e a vulnerabilidade,

enquanto as demandas se predominam os encaminhamentos para as necessidades mais emergentes como documentações e acessos a outros serviços. Algumas das demandas dessa população, na visão dos usuários destes serviços serão apresentados no ponto a seguir.

4.3 Demandas da População em situação de Rua

Nesta pesquisa de campo, foi também de interesse ouvir as pessoas em situação de rua, para tal, foram entrevistados 03 (três) sujeitos, conforme o Quadro 07.

Quadro 07: Perfil da população em situação de rua usuária dos serviços do Centro Pop e das Casas de Passagem:

INFORMAÇÕES	A	B	C
Idade:	23 anos	33 anos	45 anos
Gênero:	Feminino	Masculino	Feminino
Grau de escolaridade	8º ano Fundamental	Superior Completo	8º ano Fundamental
Tempo em situação de rua	1 mês	8 meses aprox.	“um tempo”
Local de nascimento	Foz do Iguaçu/PR	Ibicaraí/BA	Foz do Iguaçu/PR
Instituição utilizada	Casa de Passagem	Centro Pop	Centro Pop

Fonte: Elaboração própria, 2023.

A pessoa entrevistada A conforme dados demonstrados na tabela está a pouco tempo em situação de rua com marido e um filho, afirmou entristecida que possui casa, mas precisou sair dela por conta de problemas relativos à venda de drogas, na qual se recusou participar. Ao perguntar sobre o que mais gosta nesta cidade, referenciou seu lar:

Ah, eu gosto mais da minha casinha... quando eu tava nela. Ficava que eu, tipo, não sou de sair, né, Fico em casa só. (Entrevistado A)

Afirmou estar casada há oito anos e estar utilizando o serviço pela primeira vez. Possui familiares bem estruturados na cidade, mas seu vínculo com estes está fragilizado por conta do uso de substâncias psicoativas. Para ela, o serviço tem sido útil e atende suas necessidades, bem como têm contribuído para outra perspectiva se mantendo distante do vício:

Depois que eu vim pra cá, não sinto vontade. Então, tipo, antes eu queria que meus familiares primeiro me apoiassem pra mim parar de usar. Porque, tipo, minha mãe tem uma estabilidade boa, meu pai, minha família inteira tem uma boa vida em casa. Só que daí tudo pra eles ah é drogado, drogada, e não sei o que, não sei o que... Então, tipo, eu nem corri até eles, sabe? Era só mais eu e meu... A minha vida eu tenho oito anos de casada. Então é só eu e eles, sabe? [...] igual esse dia ele foi fazer um serviço, né? Ele pegou 56 reais, eu acho. É, 56, eu tava com mais 30 que eu ganhei, ganhei não na verdade, eu vendi... Não lembro não, eu vendi umas latinhas e uns copos daí deu 30 reais. [...] não vou mentir pra você, não. Ainda mais

que tá gravando, vou ser bem realista. Antes, eu pegava, tipo, ele fez esses 56, eu pegava esse 30, eu ia lá, gastava esse 30 em coisas pra comer e esses 50 em drogas. A melhor coisa, sabe o que que foi? Eu fui ali, comprei um monte de coisa pro meu filho comer, bolacha, iogurte e... não pode trazer aqui pra cá né, nós comemo tudo na rua, comprei sorvete, comprei uma bolona, aquele brinco, um monte de carrinho. Gastei tudo, sabe quanto que me sobrou? Dez reais, que eu não vou mentir comprei cigarro pra mim que eu fumo. Mas, tipo, eu olhei e pensei, nossa, cara, se eu estivesse naquela situação onde eu tava, todo esse dinheiro ia tá na minha.. merda de droga. Então, tipo, aqui eu não penso nela sabe? Eu penso no meu filho. Eu olho pra ele, daí eu subo aqui nessa rua que tem um monte de lojinha de brinquedo, “mãe, eu quero aquele” e nós assim, nós tava indo. Aí gastemo tudo o dinheiro em brinquedaiada do que droga. [...] Que quando eu cheirava eu ficava com medo dos outros. Essa coisa aí não é uma coisa boa. Ficar com medo, tipo, se você me chamasse, se eu estivesse usando, cê me chamasse, eu não ia tá eu ia tá lá no meu quarto trancadinho. Eu não ia nem conversar e ó agora que bom! Eu tô conversando, tô dando risada... [...] Mas, menina, tanto que eu tô aqui, que eu fico olhando, admirando as coisas, que eu não sinto vontade. Lá eu só sentia vontade porque eu só ficava trancada. Então, tudo eles fala, meus parentes falavam as coisas pra mim e eu já ficava com raiva, eu já descia lá e comprava e já ficava meio drogue assim... E aqui não, aqui eu me divirto, jogo bola pro meu filho pra lá, faço um serviço aqui e ali e daí eu não sinto vontade. (Entrevistado A)

A entrevistada não sabia o que era um movimento social e não conhecia nenhum, também ter sido vítima de violência junto com sua família ao tentarem dormir nas ruas, antes de receber acolhimento na Casa de Passagem, revelando a importância do abrigo oferecido pela instituição:

Comigo aconteceu esses dias, antes de vir pra cá. Nós tava com... Nós tem um carrinho de reciclagem, mas lá onde nois morava nois juntava reciclagem. Aí, nós tava deitado, assim, numa área que tinha da igreja lá, aí do nada o... nós quase dormindo assim, veio um rapaz assim e chutou meu marido assim e começou a chutar e eu também e nós acordemo e olhemo, assim...? “Ah, passa o que cêis têm, passa o que cêis têm e tudo não sei o que e não sei o que” e roubando no caso né?... Daí, nós expliquemos, eu falei, né... Porque pelo meu marido ele ia entregar mas daí eu peguei e falei “não, moço ô nós tá na rua óia minha criança e tal” Até que, bom é nunca falar isso né, mas até que o ladrão, no caso, foi bonzinho porque não levou nada. Expliquei a minha situação daí ele não quis levar. (Entrevistado A)

Além disto, relatou que conseguiu recuperar seu peso durante a acolhida, e apontou como desafios a discriminação e a exclusão social, de como o tratamento recebido pela sociedade mudou após sua condição e que quando pede por emprego as pessoas a respondem com grosseria. Disse também que se pudesse mudar algo na sociedade, mudaria este tratamento direcionado às pessoas que moram na rua pois são tratados como bandidos e que embora alguns realmente cometam esse tipo de crime, nem todos são assim.

O entrevistado B afirmou já ter utilizado serviços de outras regiões e que veio para Foz à procura de oportunidades para sair da situação de rua:

Centro Pop de São Paulo, Rio de Janeiro, CREAS, CRAS em outros estados. Albergues também em outros estados. [...] Porque assim eu já tive aqui um tempo atrás e é uma cidade de grandes proporções e oportunidades né, pra quem quer, quem viabiliza oportunidade a cidade propõe nisso. E é o meu intuito, né? Poder sair dessa situação o quanto antes. Por isso que eu estou vindo pra cá. (Entrevistado B)

Além disto, o entrevistado foi o único que já participou ou teve contato com o MNPR, dando as seguintes contribuições:

Cara, a gente assim a gente tem que demonstrar a nossa força, né, independente. O grande problema dessa situação é porque as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social são desunidas, né? Um rouba o outro, um quer passar por cima do outro e acaba perdendo uma voz e um espaço, porque a população tem voz, porém não faz o uso devido. Esse é o problema. (Entrevistado B)

Afirmou que sofre violência nas ruas e ter sido vítima de assalto. Acerca dos desafios que diários que enfrenta e o que gostaria que as pessoas soubessem sobre sua realidade e forma de o apoiar, destacou:

Sobreviver um dia após o outro. Esse é o punk! Porque, igual, tô tentando uma vaga aqui, eu não sei se eu vou consegui-la ou não. Cê vai dormir exposto. Você não sabe que a te pode aparecer, entende isso? Você pode procurar um lugar mais seguro. Mas é complicado. Eu sempre me apeguei à religiosidade, à minha fé, ao meu culto todo dia, certo? Mas a gente sabe que o mundo é tosco né, o ser humano ele é podre. É complicado.

Cara, eu acho que assim... A minha, minha meta agora mesmo é conseguir uma vaga, entrar num abrigo, arrumar um trabalho. Arrumar uma casa. Constituir família de novo. Ter minha vida social de volta, entendesse? Tô buscando isso. Acho que as pessoas podem ver isso dando uma oportunidade né, valorizando. Igual, nem que eu tenha que vender doce na rua, eu vou vender. Eu não tenho vergonha de trabalhar. Só que muitas vezes força a própria pessoa que dê um incentivo, entendeu? Igual, você chega numa cidade quebrado, pô, eu odeio pedir mas, se eu preciso?... Eu vou ter que fazer isso, melhor do que roubar, né? Só que tem pessoas que por você pedir, vê você novo, fala assim: "ah, o cara é vagabundo, é mais um usuário de droga!". Não é, pô, não é assim. Não tem que julgar as pessoas sem você conhecer, entendeu? (Entrevistado B)

A entrevistada C afirmou ser de Foz do Iguaçu e que possui familiares no município, além de um filho e uma neta. Durante a entrevista relatou que faz uso de substâncias psicoativas, motivo pelo qual saiu de casa, na primeira pergunta de aproximação sobre o que gosta nesta cidade, revelou a sua angústia:

[...] Na verdade, na verdade, já desgostei foi de tudo. Falando bem sério, eu entrei em depressão já não gosto mais disso. Nem podia lembrar as coisas boas que estão acontecendo na vida e as coisas ruins. (Entrevistado C)

A mesma afirmou ter utilizado além do Centro Pop, Casas de Passagem I e III bem como da Alcoólicos Anônimos, uma casa de recuperação. Foi a única pessoa a afirmar que faz tratamento no CAPS e, que também não sabia o que era um movimento social, ao explicar foi utilizado a exemplo o MNPR e de como aquele espaço era uma conquista, rapidamente completou:

Ah... Pelo menos a gente tem um carro pra levar a gente quando a gente chama. Sabe, a gente é bem atendido sim. (Entrevistado C)

Acerca dos desafios que enfrenta no dia a dia, afirmou ser o vício e o desaforo. Sofre violência nas ruas, afirmando que um homem alterado atentou contra sua vida com uma faca e que talvez tenha sido por motivos de ciúmes. Seu desejo é se libertar da droga bem como o fim desta em nossa sociedade.

De forma geral, a respeito da experiência e qualidade dos serviços prestados, os entrevistados afirmaram que:

Ah, bom. Do jeito que eu tava na rua, pra mim tá... nossa, tá bom! Tá ótimo, na realidade. (Entrevistado A)

Ah, é um cotidiano totalmente fora do seu contexto, né? Eu venho de uma família de classe média alta, então é um choque de realidade. Mas assim, tem lugares em que o serviço funciona. Tem lugares que o serviço já é um pouco mais hostil com as demandas e com as pessoas né. (Entrevistado B)

É bom, saber que pelo menos você não tá na rua, tá passando frio, assim, é bom. Mas aí, quando você pega dinheiro você desanda, esquece que tem uma cama, uma comida, um banho quente, muita coisa. (Entrevistado C)

Nesta experiência dos serviços prestados, A e C afirmaram se sentir respeitados em Foz, enquanto B por estar pouco tempo na cidade afirmou sobre outras regiões:

Ah... Eu sinto, mas até hoje ninguém me desrespeitou não. Eu também respeito bastante, ajudo no que tem pra ajudar, passo um pano ali assim, pra ajudar também, né?... (Entrevistado A)

Em alguns sim. Em alguns o trabalho é bem humanitário. Em outros não, né? Em outros tem esse desrespeito, essa desvalorização do ser humano para com o outro. (Entrevistado B)

Pelo menos né, [...], eles me respeitam, educador tudo. (Entrevistado C)

Sobre o que sentem precisar melhorar no serviço, os entrevistados A e B deram as seguintes contribuições:

[...] acho que vai fazer duas semanas que eu tô aqui. Então, pra mim, eu não entendo nada daqui na realidade, nunca, nem sabia que existia essas coisas. Então.. o povo fala... eu escuto, assim, na boca dos povo ali, que eu não sei o nome, né? Mas eu escuto que sim, que tem que melhorar muita coisa. Mas, por mim, assim, tá bom [...] pra mim tá bom, eu tô comendo, meu filho tá comendo, tá bom. (Entrevistado A)

Acho que a atenção em querer ajudar realmente, né? Porque não é somente dar uma alimentação, não é somente falar pra pessoa o que ela deve fazer, mas sim encaminhá-la, né? Dar uma luz, dar uma posição. Aqueles que querem, até porque é uma meta minha, tem alguns que não querem mais sair dessa situação. Mas em

toda a questão tem pessoas que querem e às vezes não tem a ajuda necessária pra isso. Não tem as ferramentas, não são lhe impostas as ferramentas corretas pra seguir, né? (Entrevistado B)

Em conclusão, os serviços de acolhimento na cidade são vistos como humanizados por grande parte dos usuários, relatando bom atendimento e utilidade. Este resultado demonstra o fruto do esforço realizado por assistentes sociais em conjunto com a equipe técnica, prezando pela melhora da qualidade nos serviços, na atenção e respeito pelos usuários. No próximo ponto serão apontados os desafios enfrentados pelos assistentes sociais no atendimento a estas demandas, bem como suas contribuições para a melhora nos serviços e efetivação da política pública.

4.4 Demandas e desafios enfrentados pelos Assistentes Sociais

Nesse último ponto serão apresentados os resultados desta pesquisa ressaltando as demandas, desafios enfrentados, a avaliação institucional e sugestões para a melhoria dos serviços voltados à PSR segundo as assistentes sociais do Centro Pop, Casa de Passagem I - Mão Amiga e Casa de Passagem III – Lar Esperança. Para tanto, visando garantir e manter o sigilo das profissionais entrevistadas, os relatos a seguir serão divulgados desassociados da instituição em que trabalham.

Demandas e desafios apresentados pela profissional segundo a Assistente Social I (AS I):

As maiores dificuldades nossa aqui é... realmente... as pessoas elas muitas vezes procuram sair né dessa questão da, dessa vulnerabilidade de pessoas em situação de rua, daí às vezes conseguem emprego por algum tempo, depois novamente retornam. Ou porque daí perdem o emprego mesmo, ou por questões também de saúde mental, do álcool e da droga, daí né... tipo assim.. volta e recai e recai novamente. Não consegue conciliar o emprego com a questão da substância psicoativa, né? [...] alguns usuários às vezes quando tão alterados, aí ficam xingando a gente e tudo, mas não tem grandes dificuldades, e com a equipe aqui mesmo entre nós funcionários também, tá um clima... muito bom. Todo mundo se respeita, entre nós a gente se ajuda, em geral, assim, tem pessoas que têm ideia, claro, somos pessoas diferentes, mas dentro disso a gente consegue se conciliar. Cada um assume sua, sua responsabilidade no atendimento, no trabalho.

A demanda que eu mais tenho dificuldade é a que eu, assim, eu queria que, a pessoa que tem algum... que use crack, que use... algum vício, consiga realmente fazer o tratamento e que seja efetivo. Muitos fazem, alguns fazem, outros desistem pelo caminho, outros... aí retornam a usar sempre o serviço novamente. Mesmo após ter feito o tratamento, as pessoas recaem e retornam novamente no serviço, muitos assim, e essa é a dificuldade.

É, mas é mais a dificuldade de conseguir realmente, por exemplo, se a pessoa tá com problema de uso do... de substâncias psicoativas, de realmente conseguir o tratamento, de ser efetivo e não ter essas recaídas. Essa nossa dificuldade é para que a pessoa saia dessa situação. Mas teve bastante casos positivos, sim. A gente conhece vários casos que deu certo, mas de alguns não... cinco anos que eu estou

aqui, cinco anos estão nessa luta.

Avaliação institucional na visão da Assistente Social I quanto à garantia dos direitos dessa população:

Olha, conforme a constituição, conforme a legislação... claro, a população em situação de rua, tem mesmo direito como qualquer cidadão, direitos garantidos à cidadania, à alimentação, à saúde, à educação, emprego, moradia. Etc, etc. Não serem violados, não ser agredido, ter um atendimento humanizado, e eu prego por isso aí, e eu também eu busco que tenham esses direitos mesmo. Que não seja descriminalizados por ser situação de rua.

Em geral, a gente busca que tenha esses direitos, mas a gente sabe que são da moradia, não depende só de nós aqui, que estão no emprego e outras garantias aí. Mas aqui a gente tenta, quer dizer, por minha parte, por maioria daqui, a gente busca pelo menos fazer uma escuta qualificada dentro das demandas sociais deles... de fazer realmente os encaminhamentos.

Avaliação do trabalho do assistente social na garantia dos direitos segundo a AS I:

Olha, eu como profissional, eu sempre... é... pra mim, eu trabalhando com pessoas em situação de rua, eu sempre prezo para que ela consiga realmente, é... sair dessa situação. tendo emprego, que consiga,... outros que têm essa demanda de tratamento, da saúde, da... mesmo da educação. Ter um tratamento humanizado, eu sempre prezo por isso e busco e luto por isso, e que tenha a condição de ter a moradia, de ter a alimentação adequada nos seus direitos sociais e civis garantidos.

Por último, as sugestões para melhoria dos serviços voltados à PSR apresentadas pela AS I:

Olha, as sugestões seria assim, que seja mais efetivo a questão da, na saúde, a questão do [...] quem é dependente químico que tenha mais rapidez no atendimento. Porque às vezes a pessoa chega hoje e quer o tratamento para hoje, daí tem que às vezes esperar vários dias. Que tenha também as condições de moradia, as condições para documentação para a gente conseguir com facilidade, né? Isso aí é só para estrangeiro que é difícil, mas para brasileiro não tem muita dificuldade de conseguir, não. [...] A questão também de que seja mais efetivo mesmo na parte da assistência social por exemplo, tem muitos, muitas pessoas do Brasil inteiro, municípios que [...] as vezes não tem casa de passagem, não tem. E são municípios pequenos simplesmente, e daí manda pro seu próprio município, pronto. E daí paga a passagem e pronto, e aí encaminha. Em geral é assim. Muitas pessoas nem querem muito vir pra Foz mas, é o que o município ofereceu. Daí essa parte assim que, às vezes também, tinha que melhorar em todo o Brasil. Eu acho realmente de assumir a pessoa e fazer tudo por ela antes de encaminhá-la para outro, sendo que, às vezes ela nem quer vir para outro município, mas é encaminhado. E paga a passagem. É higienizar a cidade, é a higienização [...].

Demandas e desafios apresentados à profissional Assistente Social II (AS

II):

Bom, os desafios são diários e constantes, né? E eles se apresentam de diversas formas, mas uma das coisas que a gente mais vivencia aqui é ...a falta de... respeito entre os próprios colegas, a falta de... é... respeito pela técnica do profissional, pela avaliação do profissional, e muitas vezes também a falta de... de estrutura para algumas realizações de atendimento, né? [...] a princípio você ouve o relato da pessoa, só que no dia a dia você observa que a realidade não é aquela, porque existem as pessoas que realmente necessitam do abrigo, necessitam da acolhida, necessitam do apoio, e existem as pessoas que agem de má fé para poder usufruir de alguma forma, de algum benefício que... que eles acham que tem direito né, [...] nós escutamos muita a questão dos direitos e a gente não vê muitas questões dos deveres. Então assim tem famílias que não levam a criança para a escola, que não buscam creche, que não vão tentar uma entrevista de emprego, é... que não, não, aceitam intervenção no CAPES AD, no CAPES II, que às vezes tem questão de drogadição alcoolismo, então a gente fica às vezes muito, o trabalho muito limitado, até por essa questão de que muitas vezes não há o reconhecimento do, do agir técnico, da avaliação, e muitas vezes a gente trabalha com inverdades.

Há várias, várias demandas. É... Nós temos muitos casos de famílias que os pais são usuários de droga, de álcool, e daí não aceitam a realidade. Nosso trabalho aqui como é uma intervenção passageira, [...], dependendo da avaliação da equipe técnica composta por um psicólogo e por um assistente social, muitas vezes nós temos dificuldade em atendimento a essas questões de drogadição e alcoolismo, porque é... nós fazemos encaminhamentos, né? Nós não podemos trabalhar com essas questões, assim, nós dependemos de outros equipamentos para fazer esse tipo de serviço, e muitas vezes, na grande maioria das vezes, o próprio acolhido se nega.

Avaliação institucional na visão da Assistente Social II quanto à garantia dos direitos dessa população:

Eu avalio muito bem. Aqui a equipe, no geral, faz mais até do que o previsto, então nós temos bastante boa vontade da equipe toda, da coordenação e de todas as equipes, e trabalhamos muitas vezes com poucos recursos, sejam eles físicos ou de outra natureza, mas no geral eu acredito que o trabalho é muito bem feito.

Avaliação do trabalho do assistente social na garantia dos direitos segundo a AS II:

Olha, depende muito do ângulo que se vê né, ... eu me formei com professores que a gente trabalha muito essa questão de nós sermos técnicos e não assistencialistas. Então, nós trabalhamos muito com a questão técnica e muitas vezes somos mal interpretados, sofremos alguns julgamentos e muitas vezes também fazemos medidas equivocadas. Então, é um misto de várias situações, mas não é fácil trabalhar com a situação, população de rua e... muitas vezes essa população de rua ela é acostumada, ela tem já sim uma dependência da assistência social. E muitas vezes nós trabalhamos com casos que são de outras passas, a exemplo da saúde e a gente tem muita dificuldade em lidar com esse tipo de situação.

Sugestões para melhoria dos serviços voltados à PSR, na visão da AS II:

Ah... São várias, né? Mas, a princípio, talvez uma triagem melhor feita, um acompanhamento mais, mais contínuo, não sei, mais, mais próximo... é... nos primeiros serviços né, nas, nas complexidades menores, porque aqui nós estamos em alta complexidade, né? Então, nos serviços de base, né? Que essa família talvez fosse acompanhada, que houvesse mais oportunidade de trabalho, mais vaga em creche, mais é... questões, assim, que, que pudessem trazer de alguma maneira uma estabilidade para que essa família dependa o necessário, né? E não faça disso assim uma, uma maneira de viver, né?! O direito à escola, o direito à saúde, o direito ao trabalho, à dignidade de uma casa. Então, talvez faltasse mais, é... mais recursos

porque muitas vezes os equipamentos também não têm. Então, assim, uma gestão mais ampla da assistência social em comunhão com a saúde.

Demandas e desafios apresentados à profissional Assistente Social III (AS

III):

O maior desafio é a ressocialização e o fortalecimento de vínculos. Porquê... a família, a gente entende também que, a família cansa, desiste. E alguns acolhidos também optam não, não retornar mais esse vínculo com a família. Entender que também a família sofre, porque eles falam assim "não eu não quero contato com a família porque eu sei o quanto minha mãe e meu pai sofreram, sofrem..., então eu prefiro viver dessa forma", é um dos meus grandes desafios, pra mim como profissional.

Pessoas com transtornos mentais. Até porque não é o nosso público, né? Esse também é um grande desafio pra nós enquanto instituição. Porque acolhemos pessoas com transtornos mentais aí, complexos. Então, pra nós é muito difícil. Muito difícil.

Avaliação institucional, na visão da Assistente Social III quanto à garantia dos direitos dessa população:

Ah, uma instituição que garante, sim, o direito da pessoa em situação na rua, pessoa enquanto humano. A gente recebe e acolhe com muita humanidade, com muito respeito, trazendo dignidade às pessoas, né? Então, [...] tentamos passar para eles que eles se sintam acolhidos, respeitados, recebidos como uma pessoa com direitos, né? Que eles possam acessar todos os seus direitos e é um ambiente bem organizado né? é bem organizado, é acolhedor, então a gente não, a gente não aceita que eles sejam desrespeitados e também não aceita que eles desrespeitem nós quanto profissional.

Avaliação do trabalho do assistente social na garantia dos direitos segundo a AS III:

Complexo, desafiador, todo dia. Todo dia a gente se depara com grandes desafios, muitos desafios. Que são demandas complexas. E... já pontuei aí ainda que são pessoas com transtorno mental A gente acolhe pessoas da saúde, né, que não é público nosso. Estamos aí com pessoas doentes, cadeirante que não é nosso público, mas a gente está acolhendo pois está em situação de rua, então é um grande desafio.

Então mesmo que eles estejam em situação de rua, eles deveriam estar sendo acolhidos nestes outros espaços?

Sim. A saúde deveria ter uma casa preparada para pessoas doentes, uma residência terapêutica, né... para pessoas com transtorno e que o município não tem... Então estamos aí com alguns acolhidos com transtornos mentais de grau elevado e bem complexos. Estava conversando com psicólogo hoje sobre isso, mas a gente acaba acolhendo e lidando com desafios novos, todos os dias.

E por último, as sugestões para melhoria dos serviços voltados à PSR de acordo com a AS III:

É isso aí... se a saúde fizesse a contrapartida dela, né, porque, pessoas em situação de com dependências tanto de álcool como drogadição, precisaria de outro tipo de tratamento. Porque nós enquanto equipe técnica, né, estamos aí trabalhando com um público que não é nosso alvo. Seria um público alvo, assim, de pessoas em situação de rua, mas não com um grau de dependência tão elevado, tão complexo como nós temos. Se a saúde fizesse a contrapartida com CAPS, né, e umas comunidades terapêuticas aí, uma residência terapêutica para esse público eu

acho, eu acho que mudaria muito. E o crescimento né, o crescimento da população em situação de rua. A minha estagiária semana passada estava fazendo um levantamento também de como tem crescido, aumentado o nosso público, a pessoa em situação de rua. A demanda é maior que a oferta. Nós temos só três casas de passagem em Foz do Iguaçu e não... não temos suporte para toda essa demanda que temos aqui em Foz, por ser uma tríplice fronteira... uma cidade turística. [...] então a gente precisaria de outras casas, de outras casas de passagem. Porque cada casa de passagem tem uma demanda, né? [...] Porque isso ainda vai, vai aumentar muito aqui em Foz do Iguaçu. Acho que é um desafio aí... para o futuro.

De modo geral, todas as assistentes sociais entrevistadas afirmaram que nem a instituição nem a assistência promovem capacitação para equipe técnica. Além disto, tanto o Centro Pop quanto as Casas de Passagem I e III enfrentam uma alta demanda da PSR em vista de seu aumento muito expressivo nos últimos anos, especialmente após a pandemia:

Varia muito de mês para mês. Em geral, aqui [...] na época de inverno são muitos os atendimentos. [...] mais ou menos em média vêm 60, 70 pessoas, mas nem todos pedem e solicitam atendimento no dia. Então, em média, a gente atende 8 a 10..., 8 pessoas numa tarde né. Ou às vezes menos [...] No inverno que é mais, que em média é 8 pessoas. No verão, é um pouco menos. Porque no verão tem outros municípios e eles acabam indo para as praias e chegam menos aqui em Foz. (AS I)

Depende muito da época do ano, há épocas em que a população... é mais frequente à procura, há épocas em que temos bastante população estrangeira, é uma população que varia né. [...] Então, existem épocas em que temos uma predominância maior de famílias, uma época em que temos uma predominância de idosos, então... em média, nós temos variações. [...] (AS II)

Por mês? Ah... chegamos a atender aí cento e pouco. 100, 110. Esse mês nós atendemos oitenta, mas pactuado cinquenta. Mas chegamos na rotatividade aí de oitenta a cem por mês. (AS III)

Durante as entrevistas revelou-se também que as casas de passagem têm acolhido um grande número de usuários para além de sua capacidade, mediante uma realidade difícil na qual o aumento desta população segue constantemente fomentada por este sistema que, produz e depende das desigualdades para acumular riquezas. Investe-se cada vez mais em relações de trabalho precarizadas e remotas, em uma sociedade onde a exploração da força de trabalho é posta como a ponte possível para qualidade de vida, à moradia, e mesmo assim não a garante. Reforçando-se mais uma vez a cobrança do papel do Estado para com a população vulnerável.

Em consideração às informações e diálogos desenvolvidos com as assistentes sociais, foi possível notar durante as falas que a população em situação de rua é uma das expressões da questão social que mais abalam estas profissionais, que lidam com demandas complexas, com os reflexos deste sistema.

Pois para além dos encaminhamentos que permitem o acesso aos

respectivos direitos de seu público, existe um ser humano passando por um processo pela qual a profissional tem conhecimento e que não depende apenas dela. Sobretudo, deve-se atuar utilizando de sua força de trabalho em prol dos direitos e fortalecimento da classe trabalhadora, em exercer a profissão com base nos princípios do código de ética e no sentido da própria profissão, prezando pelo respeito às escolhas dos usuários, indo contra todas as formas de preconceito e discriminação, é preciso e urgente lutar por uma sociedade mais justa e igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa foi sistematizada em três capítulos, sob o objetivo central de analisar como as demandas da população em situação de rua se configuram como uma face da questão social. Em vista disto, buscou-se apresentar a partir de seus objetivos específicos como esta expressão da questão social produzida pelo sistema capitalista afeta a classe trabalhadora, que por sua vez reage e se mobiliza dando entrada no cenário político, ativando a cobrança por direitos, pressionando e exigindo seu reconhecimento pelo estado, materializando-se mediante a implementação de políticas públicas.

Em síntese, os objetivos específicos foram consonantemente trabalhados e respondidos um por capítulo, nesta ordem: Caracterizar a população em situação de rua como uma face da questão social; Identificar como o MNPR vem contribuindo para dar visibilidade a essa questão social e na criação de políticas públicas; e de analisar as principais demandas e desafios do(a) Assistente Social no trabalho junto à população em situação de rua em Foz do Iguaçu.

Caracterizou-se a população em situação de rua como uma face da questão social produzida desde o início deste sistema que depende da reprodução das desigualdades para acumular riquezas, gerando a pauperização da classe trabalhadora e a composição na superpopulação relativa na qual este fenômeno é situado. A produção deste excedente populacional é utilizada como engrenagem e estratégia de garantia do controle da força de trabalho. Para isto é realizada uma breve discussão de como e porque a questão social e suas múltiplas expressões se configuram específicas do atual sistema, demonstrada na comparação com o sistema anterior.

Não obstante, traz como este grupo formado por pessoas e vivências diferentes possuem em comum múltiplas expressões da questão social além da situação de rua, como tais motivações se relacionam à estrutura econômica, política e social vigente. Frente a isto se contrapõe à tentativa de naturalização e discursos de fatalidades que discriminam e funcionam para culpabilizar e responsabilizar os sujeitos pela reprodução de sua vida material, condicionada pela lógica do capital, que acarreta a generalização da violência, invisibilidade e desumanização destes sujeitos por não atenderem as expectativas da sociedade moral e capitalista.

Neste sentido o problema é estrutural, somado a particularidades

nacionais, fruto das relações e contradições capitalistas expostas nas relações entre capital e trabalho e na exploração de uma classe pela outra. A aproximação com os voluntários da pesquisa, pessoas em situação de rua, demonstraram o reflexo deste sistema, a dor da exclusão, a violência, a luta pela superação dos vícios e a falta de oportunidades de trabalho.

Por conseguinte, no decorrer do segundo capítulo desta pesquisa ressalta-se a importância dos movimentos sociais como conjunto de ações coletivas, capazes de trazer mudanças significativas, conquistas para a classe trabalhadora, bem como expor os sintomas da questão social. A partir disto, mostra-se como o Movimento Nacional da População em Situação de Rua diante de tantos processos e ocorrências de criminalização, violência, injustiças e desumanização, ao ganhar protagonismo e se articular pela defesa e proteção desta categoria, trouxe visibilidade a esta face da questão social, conquistando uma política específica e a partir dela grandes avanços.

Por fim, no último capítulo se apresenta como tem se dado a implementação da conquista destas políticas em Foz do Iguaçu, realizando uma breve caracterização sobre suas unidades de atendimento, trazendo a perspectiva das assistentes sociais acerca das demandas, dos desafios enfrentados nas instituições em que trabalham e sugestões para a melhoria dos serviços em geral, bem como as demandas e desafios das pessoas em situação de rua e seu olhar sobre a sociedade.

Para lidar com as múltiplas expressões da questão social a qual é objeto de intervenção do assistente social, é indispensável que o profissional detenha postura ética e política em seu exercício profissional buscando a efetivação e ampliação de direitos e cidadania, principalmente que esteja capacitado e dotado de pensamento crítico, que saiba articular e desenvolver estratégias, apartando-se de medidas higienistas e elitistas, pautando-se nos princípios Código de Ética de 1993.

Durante a pesquisa, foram constatadas que as assistentes sociais enfrentam dificuldades para lidar e efetivar os direitos e o fortalecimento de vínculos das demandas mais complexas, formada por usuários do equipamento com grau de transtorno mental elevado e por pessoas que fazem o uso de substâncias psicoativas.

Através das entrevistas foi possível ponderar os seguintes aspectos que envolvem o trabalho profissional no atendimento às demandas da PSR, bem como suas sugestões para a melhoria dos serviços que abrangem este segmento, pela eficácia da política pública, conforme os quadros 08 e 09 apresentados a seguir:

Quadro 08: Síntese da pesquisa realizada mediante entrevista com Assistentes Sociais:

Síntese das demandas e desafios identificados:	Síntese das sugestões voltadas a melhoria dos serviços em geral à PSR:
A efetividade dos direitos dos usuários que sofrem com transtorno mental e/ou dependência química, por conta dos obstáculos que estes sujeitos enfrentam e pelas filas de espera;	Articulação entre os serviços para ampliar acesso aos direitos, realizando acompanhamento visando trazer estabilidade às famílias. Para a superação da dependência institucional.
A ressocialização e o Fortalecimento de vínculos;	Acompanhamento das famílias em situação de rua e melhorias na triagem nos serviços de base;
Desrespeito com a técnica e/ou avaliação profissional por usuários alterados;	Efetividade e rapidez no atendimento às pessoas com transtornos mentais e dependência química;
Desrespeito entre os próprios usuários;	Iniciativa da Saúde com CAPS e com comunidades terapêuticas;
Dependências dos usuários às instituições;	Mais recursos e vagas em creche;
Falta de estrutura para algumas realizações no atendimento;	Necessidade de mais casas de passagem;
Medidas higienistas realizadas por outras regiões;	Uma gestão mais ampla da assistência social em comunhão com a saúde.
Realizar o acolhimento à população com transtornos mentais de grau elevado, em situação de drogadição e alcoolismo;	

Fonte: Elaboração própria, 2023.

QUADRO 09: Síntese das Principais Demandas e Faces da Questão Social Identificadas

Principais faces da questão social:	Demandas identificadas: Solicitações e encaminhamentos para:
A vulnerabilidade social;	Acessar benefícios;
Baixo salário;	Casas de Passagem
Desemprego;	Documentação;
Exclusão;	Saúde mental;
Saúde Mental Fragilizada;	
Uso de substâncias psicoativas.	

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Para além do que foi ponderado nos quadros 08 e 09, foi possível verificar durante os diálogos e aproximações estabelecidos com as profissionais uma certa frustração profissional e desgaste emocional para com a demanda, no anseio pela efetividade de trabalho e resultados de seu esforço, na promoção da autonomia, estabelecer vínculos e auxiliar nos projetos de vida dos usuários. Sentir-se, portanto, realizada como trabalhadora.

Nesta questão, é importante que os assistentes sociais estejam conscientes do funcionamento deste sistema que produz constantemente as expressões da questão social com que trabalha, principalmente para não fundir suas necessidades com

as necessidades desta sociedade capitalista tendo em vista que seu papel enquanto trabalhador contribui para a manutenção deste sistema.

E de fato é preciso manter e firmar o compromisso com a efetivação e ampliação dos direitos da classe trabalhadora, mas assumindo uma postura crítica da realidade e também das próprias políticas públicas em relação a sua utilidade e eficácia, para assim ampliar a perspectiva e projetar-se para além do que está estabelecido e sendo imposto, identificando as ideias da classe dominante para não reforçá-las contra as reais necessidades da classe subordinada, evitando também qualquer tipo de dependência e/ou fortalecimento das condicionalidades e limitações que se apresentam durante seu cotidiano e local de trabalho.

Os assistentes sociais conforme exposto no decorrer do último capítulo estão inseridos em processos de trabalho e demandam de uma autonomia relativa, que limita seu trabalho às condicionalidades de seu empregador, não estando salvos de sofrerem a precarização de seu trabalho. Frente a alta demanda e limitações institucionais dada a capacidade do equipamento, são condicionados a fazerem uma triagem cada vez mais seletiva, e dolorosa.

Faz-se importante desta forma que o assistente social nunca deixe de buscar a expansão e o aprimoramento de seus conhecimentos em consonância com o contexto histórico, político, econômico e cultural, pois sabe-se que a realidade é dinâmica e passível de mudanças, movimentando-se entre conflitos políticos e conflito de interesses particulares neste sistema de produção e acumulação capitalista, onde a luta por sobrevivência da população torna-se garantida pela inserção no mercado, percebida na cobrança por uma utilidade dos sujeitos para tornar a classe trabalhadora uma mercadoria, enquanto sofre demarcações por cor, classe e gênero, que são as disparidades da questão social.

E neste sentido, compreender que, na verdade o que se busca de fato efetivar - a emancipação humana, uma sociedade justa, igualitária sem dominação e livre de qualquer tipo de exploração - não é possível dentro desta sociedade de classes onde se produz conscientemente a desigualdade bem como a própria população em situação de rua.

Os resultados desta pesquisa se mostraram satisfatórios, visto que as profissionais prezam por um atendimento que seja efetivo, respeitam as decisões e projetos de vida dos usuários e buscam realizar um trabalho humanizado. Confirmado pelos usuários do serviço, que fora do roteiro de entrevistas demonstraram possuir um vínculo

positivo com a equipe multiprofissional das instituições onde a pesquisa se fez.

Esta temática por fim, mostra-se relevante para o serviço social de modo que permite trazer e reafirmar o olhar da profissão para com as expressões da questão social, com enfoque na população em situação de rua, seu movimento social e suas demandas. Diante do que esta pesquisa expressou, é possível sugerir além do que ponderado pelas profissionais, a necessidade da promoção de capacitações e a implementação de projetos informativos voltados ao fortalecimento dos assistentes sociais e também da equipe profissional com quem trabalham em conjunto, visando aprimorar a qualidade do serviço de atendimento e aprofundar o conhecimento sobre a PSR, evitando dessa forma ações/medidas equivocadas, possíveis violações de direito dentro das instituições bem como a culpabilização/criminalização destas pessoas.

Além disto, se faz extremamente necessário desenvolver ações e eventos que tragam a temática do MNPR para esta população a qual parte significativa a desconhece, abrindo a possibilidade de identificar futuros protagonistas e desenvolver suas potencialidades para que possam colaborar com o fortalecimento de sua categoria. Seria também interessante favorecer projetos e atividades de apoio mútuo, visando desenvolver a autonomia dos usuários, ampliando horizontes e resgatando a autoestima. Por último e se possível, a oferta de trabalho e de capacitações profissionais com foco neste segmento considerando suas particularidades e respeitando suas escolhas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

BARONI, Willian. **Implementação da Política Nacional para População Em Situação de Rua: uma análise sob a perspectiva dos arranjos institucionais e das capacidades estatais (2009-2020)**. 2016. 204 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL, Huffpost. **Doria assina decreto que permite retirar cobertor de mendigo**. Exame. 23 jan. 2017. Disponível em: <https://exame.com/brasil/doria-assina-decreto-que-permite-retirar-cobertores-de-mendigos/>. Acesso em: 06 de out. 2023.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Relatório sobre a população em situação de rua no Brasil**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2020.

BRASIL. **A População em Situação de Rua: diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal. MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA – MDHC. 2023**. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/relat_pop_rua_digital.pdf. Acesso em: 15 de out. 2023.

BRASIL. Constituição Federal. **Lei nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e Dá Outras Providências. Brasília, DF.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

DE LUCCA, Daniel. **A rua em movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua**. 2007. 241 f. Dissertação (Mestrado Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007. Disponível em: > https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-20122007-140625/publico/TESE_DANIEL_LUCCA_REIS_COSTA.pdf < Acesso em: 4 de set. de 2023.

DIAS, BRIANA ROSA BARRETO FONSECA. **Políticas Públicas para a População em Situação de Rua: Análise comparativa entre a política nacional e a política do Distrito Federal**. 2013. 45 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA (UniCEUB), Brasília. 2013.

FOZ DO IGUAÇU. **Ofício nº 13347/23**. Foz do Iguaçu: Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, 2023. Disponível em: ><https://www5.pmfi.pr.gov.br/noticia.php?id=52330><. Acesso em: 12 de out. 2023.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. v. 16 n. 47 maio-ago. 2011 Revista Brasileira de Educação Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf> > Acesso em: 16 de ago. de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102011.pdf>. Acesso em: 11 de set. de 23.

IANNI, O. **A questão social**. Revista USP, [S. l.], n. 3, p. 145-154, 1989. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i3p145-154. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25490>. Acesso em: 12 de jul. 2023.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A Questão Social no Capitalismo**. Temporalis, Brasília, DF, ano 2, n. 3, p. 09-32, jan./jul. 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica** / IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. 19. Ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2006.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **População em situação de rua supera 281,4 mil pessoas no Brasil**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13457-populacao-em-situacao-de-rua-supera-281-4-mil-pessoas-no-brasil> Acesso em: 10 de out. de 2023.

Manifestantes participam de movimento contra a população de rua. UOL, 03/08/2021. Notícias. Disponível em > https://cultura.uol.com.br/noticias/34681_manifestantes-participam-de-movimento-contra-populacao-de-rua-em-sao-paulo.html < Acessado em 09 de outubro de 2023.

MALLART, Fábio et al. **Fazer sumir: políticas de combate à Cracolândia**. Le Monde Diplomatique Brasil. Jul. 2017. Disponível em: » <http://diplomatique.org.br/fazer-sumir-politicas-de-combate-a-cracolandia> Acesso em: 02 de agosto de 2023.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política. Livro I: O Processo de Produção do Capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, Ricardo Mendes; FERREIRA, Ricardo Frankin. **QUEM VOCÊS PENSAM QUE (ELAS) SÃO? REPRESENTAÇÕES SOBRE AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA***. Psicologia & Sociedade; 16 (2): 47-58; maio/ago.2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/r6rMZrKqN9VR8jxhKGVSDDq/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 10 de set. de 2023.

MELO, Tomás Henrique de Azevedo Gomes. **Política dos “Improváveis”. Percursos de engajamento militante no Movimento Nacional da População de Rua (MNPR)**. 2017. 341f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

MELO, Tomás Henrique de Azevedo Gomes. **A rua e a sociedade: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua.** Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2011, 194 p. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

MIRANDA, Ana Paula Mendes - **Movimentos sociais, a construção de sujeitos de direitos e a busca por democratização do Estado.** Lex Humana. Vol. 1, Nº 1 (2009).

MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA. **Cartilha para Formação Política: Conhecer Para Lutar.** 2010.

MOTTA, Costa Ana Paula. **População em situação de rua: contextualização e caracterização.** Textos & Contextos (Porto Alegre) [en línea]. 2005, 4(1), 1-15[fecha de Consulta 9 de outubro de 2023]. ISSN: . Disponível em: ><https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321527157003>< Acesso em 05 de out. de 2023.

MUTZENBERG, Remo. **Movimentos sociais: entre aderências, conflitos e antagonismos.** In: SINAIS – Revista Eletrônica - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.09, v.1, junho. 2011. pp.127-143.

NETO. Elias Figueiredo. **População em Situação de Rua: diálogo entre o ser, o estar e as políticas públicas diante do contexto de caos pandêmico da COVID-19 no Brasil** In: Viver nas ruas: trajetórias, desafios e resistências / Organização de Verônica Moraes Ximenes, Andrea Ferreira Lima Esmeraldo, Carlos Eduardo Esmeraldo Filho.- Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2022.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “Questão Social”.** Temporalis, Brasília, DF, ano 2, n. 3, p. 41-49, jan./jul. 2001.

NETTO, José Paulo. **A questão social na América Latina.** In: GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; RAIZER, Eugênea Célia. A questão social e as políticas sociais no contexto latino-americano. Vitória: EDUFES, 2013.

PARANÁ, Casa Civil Sistema Estadual de Legislação. **Decreto 2405 - 15 de Setembro de 2015.** Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=146700&indice=1&totalRegistros=1>. Acesso em: 01 de out. de 2023.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Comunicação nos movimentos sociais: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos** Contemporanea - Revista de Comunicação e Cultura – v.11- n.01 - jan-abril 2013 – p.138-158.

SANTOS, Nara Damião dos. **O Movimento Nacional da População de Rua/Núcleo Londrina: uma trajetória de luta. 2012.** 116 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2012.

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Política Nacional de Assistência**

Social – PNAS/2004: Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília, 2005.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil – 1995-2005.** Brasília, 2006. 220f. Dissertação. (Mestrado em Política Social) Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília.

SIQUEIRA, Luana. **A pobreza como “disfunção” social: a culpabilização e a criminalização do indivíduo.** Argumentum, Vitória (ES), v. 6, n. 1, p. 240-252, jan./jun. 2014.

TERRA. **Chacinas em Maceió tiram a vida de pelo menos 29 pessoas em situação de rua.** Terra, São Paulo, 18 out. 2023. Nos. Disponível em: < <https://www.terra.com.br/nos/chacinas-em-maceio-tiram-a-vida-de-pelo-menos-29-pessoas-em-situacao-de-rua,adf14edfeb6e03ec44431ee0caad35bccegjf1t6.html> >. Acesso em: 31 out. 2023.

TINTI, ÉC. **Capitalismo, trabalho e serviço social.** In: Capitalismo, trabalho e formação profissional: dilemas do trabalho cotidiano dos assistentes sociais em Ribeirão Preto [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 31-74. ISBN 978-85-7983-655-8. Available from SciELO Books.

TRINDADE DOS SANTOS, Gilmar. **Políticas Públicas para a População em Situação de Rua.** 2011. 45 fl. Monografia (Especialização). Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, Brasília, 2011.

VIEIRA, Bárbara Muniz. **Bia Dória diz que não se deve doar marmitas a moradores de rua porque eles ‘gostam de ficar nas ruas’: ‘É um atrativo’.** G1, São Paulo, 03 jul. 2020. Disponível em: > <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/07/03/bia-doria-diz-que-nao-se-deve-doar-marmitas-para-moradores-de-rua-porque-eles-gostam-de-ficar-nas-ruas-e-um-atrativo.ghtml> < Acesso em: 25 out. 2023.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil.** In Temporalis. Ano II, n. 3, janeiro a junho de 2001, ABEPSS, Brasília.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA



Universidade Federal da Integração Latino-Americana

GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

A População em Situação de Rua como uma Face da Questão Social: contribuições do Movimento Nacional da População em Situação de Rua no Brasil e os desafios enfrentados pelos Assistentes Sociais em Foz do Iguaçu.

Instituição:

Nome:

Idade:

Gênero:

Email:

Tempo de formada:

Roteiro de entrevista ao Assistente Social:

- 1 - Há quanto tempo o(a) Sr.(a) trabalha na Instituição?
- 2 – O(a) Sr.(a) pode relatar como é o trabalho da Assistente Social?
- 3 – Quantas pessoas vocês atendem por mês?
- 4 – Como o(a) Sr. (a) descreve o público-alvo que vocês atendem?
- 5 - Quais são as principais demandas e necessidades da população em situação de rua que o(a) senhor(a) atende?
- 6 – Quais são as faces da questão social que vocês trabalham no cotidiano?
- 7 - Quais são os maiores desafios e dificuldades que o(a) senhor(a) enfrenta ou já enfrentou no seu trabalho nesta instituição?
- 8 – A instituição promove capacitações para equipe técnica?
- 9 - Existe alguma demanda que o(a) senhor(a) possua dificuldade em atender? Se sim, qual?
- 10 - Como o(a) senhor(a) avalia esta instituição quanto à garantia de direitos da população de rua?
- 11 - Como profissional, como o(a) senhor(a) avalia o trabalho do assistente social junto a população em situação de rua?
- 12 – Quais as suas sugestões para melhoria dos serviços voltados para a população em situação de rua?



Universidade Federal da Integração Latino-Americana

GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

A População em Situação de Rua como uma Face da Questão Social: contribuições do Movimento Nacional da População em Situação de Rua no Brasil e os desafios enfrentados pelos Assistentes Sociais em Foz do Iguaçu.

Nome:

Idade:

Gênero:

Grau de escolaridade:

Roteiro de entrevista à pessoa em situação de rua:

- 1 – O(a) senhor(a) nasceu onde?
- 2 – Há quanto tempo o(a) senhor(a) está em Foz do Iguaçu?
- 3 - Possui família aqui em Foz do Iguaçu?
- 4 - Há quanto tempo o(a) senhor(a) está em situação de rua?
- 5 – O que o(a) senhor(a) mais gosta nesta cidade?
- 6 - O(a) senhor(a) frequenta ou já utilizou algum serviço de atendimento à situação de rua como o centro pop, ceas e casas de passagem? Quais?
- 7 – Como foi para o(a) senhor(a) essa experiência?
- 8 – O(a) senhor(a) se sente respeitado nas instituições de acolhimento?
- 9 – O que o(a) senhor(a) sente que precisa melhorar nestes serviços?
- 10 – O(a) senhor(a) consegue se consultar com médicos ou dentistas quando precisa?
- 11 – E o(a) senhor(a) recebe algum tipo de medicamento ou tratamento?
- 12 - O(a) senhor(a) já participou ou teve contato com algum movimento social?
- 13 - O(a) senhor(a) já participou ou conhece algum movimento social que luta pelos direitos dos moradores de rua?
- 14 - O(a) senhor(a) conhece o movimento nacional da população em situação de rua?

- 15 - O(a) senhor(a) já sofreu ou presenciou alguma violência nas ruas?
- 16 - Quais são os desafios e dificuldades que o(a) senhor(a) enfrenta no seu dia-a-dia?
- 17 - O que o(a) senhor(a) gostaria que as pessoas soubessem sobre a sua realidade e como elas poderiam te apoiar?
- 18 – O que o(a) senhor(a) mudaria em nossa sociedade se pudesse?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

1



CONEP em 04/08/2000

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Título do Projeto: A População em Situação de Rua como uma Face da Questão Social: contribuições do Movimento Nacional da População em Situação de Rua no Brasil e os desafios enfrentados pelos Assistentes Sociais em Foz do Iguaçu.

Pesquisador para contato: Alessandra Stefani Borges Goveia da Silva

Telefone: (+55 45) 99810-6319

Pesquisador para contato: stefanibgsilva483@hotmail.com

Docente orientadora: Talita de Melo Lira

Telefone: (+55 45) 99145-7422

Endereço de contato (Institucional): talita.lira@unila.edu.br

Convidamos o(a) senhor (a) _____ a participar como voluntário(a) de nossa pesquisa sobre a população em situação de rua no Brasil. Fica a seu critério se recusar a participar desta pesquisa que está sendo proposta. Leia as informações a seguir e sinta-se à vontade para fazer qualquer pergunta sobre essa pesquisa e os métodos que serão utilizados para que possam ser esclarecidos.

Essa pesquisa tem como objetivo analisar as demandas das pessoas que estão em situação de rua como uma face da Questão Social, ou seja, como uma expressão das desigualdades sociais produzidas por este sistema. Além disto, analisar as principais demandas e desafios do(a) assistente social no trabalho junto à essa população em Foz do Iguaçu. Durante a realização dessa pesquisa, serão registrados tanto os desafios enfrentados pela pessoa em situação de rua ou pelo profissional assistente social quanto como avaliam sua experiência com os serviços voltados ao atendimento à situação de rua em Foz do Iguaçu. Após a realização dessa pesquisa e coleta dos dados prestados pelos

voluntários(as), a mesma tem como propósito utilizá-los para promover e ampliar a visibilidade sobre este assunto de grande relevância, bem como contribuir e favorecer pesquisas relacionadas à esta área, visando desenvolver e fortalecer reflexões sobre este tema.

Para a coleta dos dados, optou-se como instrumento desta pesquisa o método de entrevista semiestruturada, para tanto esta entrevista será gravada com a finalidade de realizar e garantir a transcrição fiel à fala dos sujeitos. Cabe ressaltar que a coleta dos dados com os(as) participantes ocorrerá presencialmente dentro da instituição, em dias e horários estabelecidos ou disponibilizados pela instituição e pelos profissionais.

Durante a execução desta entrevista, é importante apontar como risco a possibilidade de desconforto diante de perguntas que podem despertar sensibilidade relacionadas à realidade do voluntário(a), bem como timidez. Caso isto ocorra, a pesquisadora contornará a situação, com vistas a deixar o(a) entrevistado(a) à vontade para responder da forma mais confortável possível à entrevista, respeitando seu tempo e condições de fala. É de extrema importância destacar que a sua identidade não será revelada nem divulgada, garantindo total sigilo entre pesquisador/sujeito, dessa forma, no momento de transcrição da entrevista usaremos siglas, seguido de um número. Seus dados serão utilizados unicamente para fins acadêmicos-científicos.

Você poderá desistir de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo. Além disto caso haja alguma dúvida após a entrevista ou a necessidade de informar algum acontecimento durante sua participação, você poderá entrar em contato com os pesquisadores mencionados acima. Sua participação é voluntária, não lhe causarão custos nem benefícios financeiros.

Se ocorrer algum transtorno decorrente de sua participação em qualquer etapa desta pesquisa, nós pesquisadores providenciaremos acompanhamento e assistência imediata integral e gratuita. Havendo a ocorrência de danos previstos ou não, *comprovadamente decorrentes de sua participação nesta pesquisa, caberá a você, na forma da Lei, o direito de solicitar a respectiva indenização. Caso você precise informar algum fato decorrente de sua participação nesta pesquisa, ou mesmo sentir-se desconfortável em procurar o pesquisador para resolver algum problema decorrente da pesquisa, você poderá recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNIOESTE (CEP), de segunda a sexta-feira, no horário de 08h00 as 15h30min, na Reitoria da UNIOESTE, sala do Comitê de Ética, PRPPG, situado na rua Universitária, 1619 –

Bairro Universitário, Cascavel – PR. Caso prefira, você pode entrar em contato via Internet pelo e-mail: cep.prppg@unioeste.br ou pelo telefone do CEP que é (45) 3220-3092. Este documento será assinado em duas vias, sendo uma delas entregues ao sujeito da pesquisa. Declaro estar ciente e suficientemente esclarecido sobre os fatos informados neste documento.

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de 2023.

Talita de Melo Lira
Pesquisadora Orientadora
Docente do Curso de Serviço Social/Unila

Alessandra Stefani Bordes Goveia da Silva
Pesquisadora Orientanda Graduando em Serviço Social/UNILA

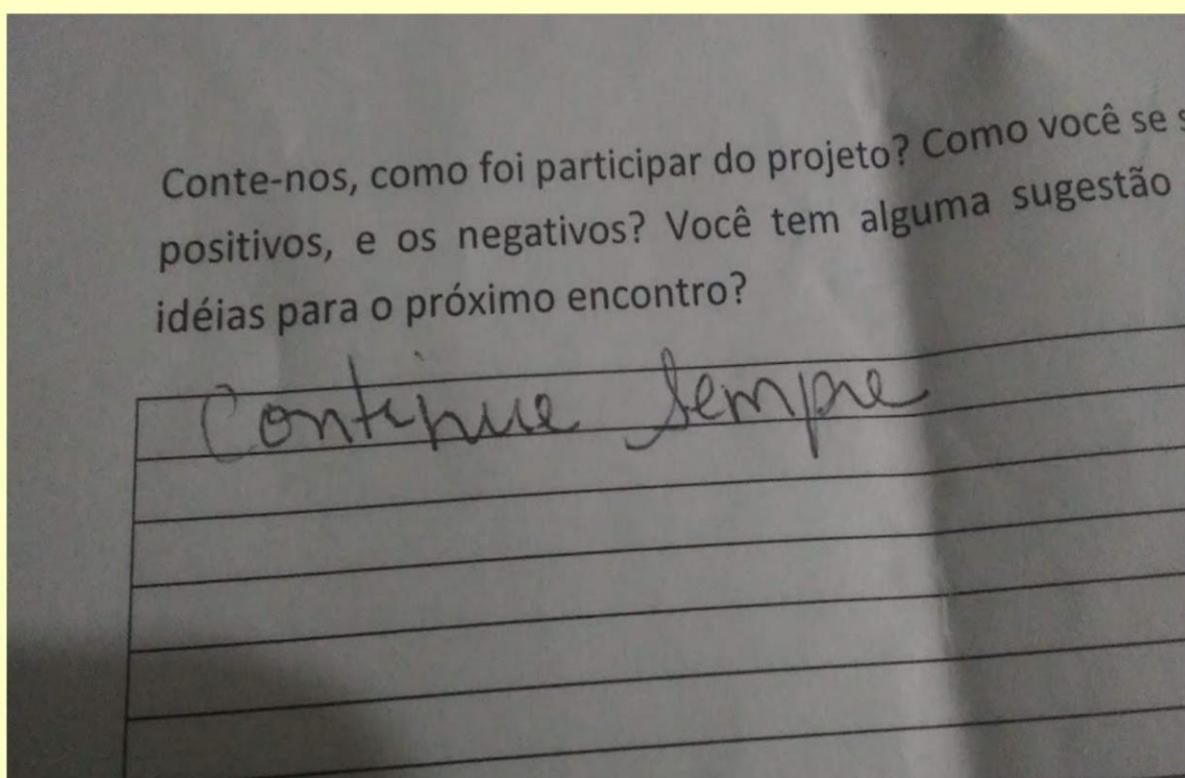
Entrevistado(a) Participante da Pesquisa

APÊNDICE C – REGISTRO FOTOGRÁFICO DO CENTRO POP**CENTRO POP - FOZ DO IGUAÇU**

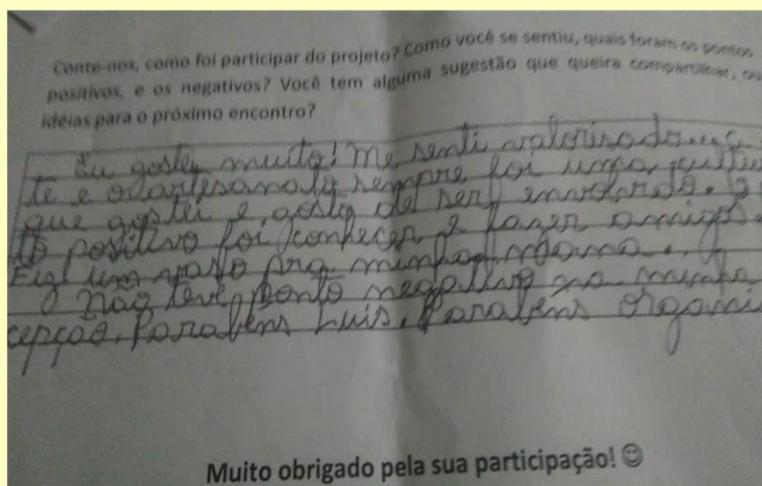
IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DO DESCARTE À PROMOÇÃO HUMANA



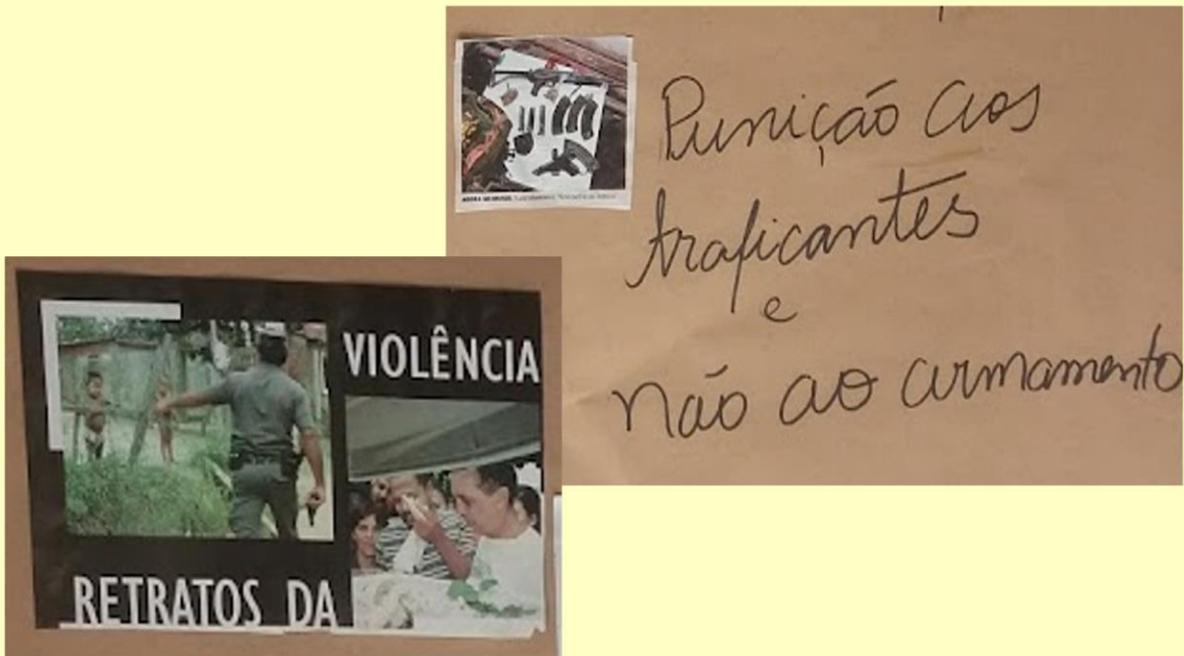
IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DO DESCARTE À PROMOÇÃO HUMANA



IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DO DESCARTE À PROMOÇÃO HUMANA



IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DO DESCARTE À PROMOÇÃO HUMANA



IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DO DESCARTE À PROMOÇÃO HUMANA



EM QUEM DEVEMOS ACREDITAR ?

**OBJETO
POLITICRIME
ACREDITO!!!**

o autor

As vezes vejo, que nós brasileiros somos reféns e vítimas de uma hipocrisia até mesmo tolerante. Determinadas autoridades omissas e tolerante ao descaso social. Tolerante a ideologias retrogradadas e até mesmo decadente. Sendo que a população mais simples e discriminada socialmente, paga as vezes com a própria vida...

Que venham outros Moraes, outros autoridades que falam a real diferença.
Cesar Aguiar
Bessoumel

ANEXOS

ANEXO A – DECRETO Nº 7.053



**Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

DECRETO Nº 7.053 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.

(Vide ADPF 976)

Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional para a População em Situação de Rua, a ser implementada de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos previstos neste Decreto.

Parágrafo único. Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Art. 2º A Política Nacional para a População em Situação de Rua será implementada de forma descentralizada e articulada entre a União e os demais entes federativos que a ela aderirem por meio de instrumento próprio.

Parágrafo único. O instrumento de adesão definirá as atribuições e as responsabilidades a serem compartilhadas.

Art. 3º Os entes da Federação que aderirem à Política Nacional para a População em Situação de Rua deverão instituir comitês gestores intersectoriais, integrados por representantes das áreas relacionadas ao atendimento da população em situação de rua, com a participação de fóruns, movimentos e entidades representativas desse segmento da população.

Art. 4º O Poder Executivo Federal poderá firmar convênios com entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos, para o desenvolvimento e a execução de projetos que beneficiem a população em situação de rua e estejam de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos que orientam a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Art. 5º São princípios da Política Nacional para a População em Situação de Rua, além da igualdade e equidade:

- I - respeito à dignidade da pessoa humana;
- II - direito à convivência familiar e comunitária;
- III - valorização e respeito à vida e à cidadania;
- IV - atendimento humanizado e universalizado; e
- V - respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.

Art. 6º São diretrizes da Política Nacional para a População em Situação de Rua:

- I - promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais;
- II - responsabilidade do poder público pela sua elaboração e financiamento;
- III - articulação das políticas públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal;
- IV - integração das políticas públicas em cada nível de governo;
- V - integração dos esforços do poder público e da sociedade civil para sua execução;
- VI - participação da sociedade civil, por meio de entidades, fóruns e organizações da população em situação de rua, na elaboração, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;
- VII - incentivo e apoio à organização da população em situação de rua e à sua participação nas diversas instâncias de formulação, controle social, monitoramento e avaliação das políticas públicas;
- VIII - respeito às singularidades de cada território e ao aproveitamento das potencialidades e recursos locais e regionais na elaboração, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;
- IX - implantação e ampliação das ações educativas destinadas à superação do preconceito, e de capacitação dos servidores públicos para melhoria da qualidade e respeito no atendimento deste grupo populacional; e
- X - democratização do acesso e fruição dos espaços e serviços públicos.

Art. 7º São objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua:

- I - assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda;
- II - garantir a formação e capacitação permanente de profissionais e gestores para atuação no desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais, transversais e intergovernamentais direcionadas às pessoas em situação de rua;
- III - instituir a contagem oficial da população em situação de rua;
- IV - produzir, sistematizar e disseminar dados e indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a rede existente de cobertura de serviços públicos à população em situação de rua;
- V - desenvolver ações educativas permanentes que contribuam para a formação de cultura de respeito, ética e solidariedade entre a população em situação de rua e os demais grupos sociais, de modo a resguardar a observância aos direitos humanos;
- VI - incentivar a pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos sobre a população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional, nas diversas áreas do conhecimento;
- VII - implantar centros de defesa dos direitos humanos para a população em situação de rua;
- VIII - incentivar a criação, divulgação e disponibilização de canais de comunicação para o recebimento de denúncias de violência contra a população em situação de rua, bem como de sugestões para o aperfeiçoamento e melhoria das políticas públicas voltadas para este segmento;
- IX - proporcionar o acesso das pessoas em situação de rua aos benefícios previdenciários e assistenciais e aos programas de transferência de renda, na forma da legislação específica;
- X - criar meios de articulação entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde para qualificar a oferta de serviços;

XI - adotar padrão básico de qualidade, segurança e conforto na estruturação e reestruturação dos serviços de acolhimento temporários, de acordo com o disposto no art. 8º;

XII - implementar centros de referência especializados para atendimento da população em situação de rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social;

XIII - implementar ações de segurança alimentar e nutricional suficientes para proporcionar acesso permanente à alimentação pela população em situação de rua à alimentação, com qualidade; e

XIV - disponibilizar programas de qualificação profissional para as pessoas em situação de rua, com o objetivo de propiciar o seu acesso ao mercado de trabalho.

Art. 8º O padrão básico de qualidade, segurança e conforto da rede de acolhimento temporário deverá observar limite de capacidade, regras de funcionamento e convivência, acessibilidade, salubridade e distribuição geográfica das unidades de acolhimento nas áreas urbanas, respeitado o direito de permanência da população em situação de rua, preferencialmente nas cidades ou nos centros urbanos.

§ 1º Os serviços de acolhimento temporário serão regulamentados nacionalmente pelas instâncias de pactuação e deliberação do Sistema Único de Assistência Social.

§ 2º A estruturação e reestruturação de serviços de acolhimento devem ter como referência a necessidade de cada Município, considerando-se os dados das pesquisas de contagem da população em situação de rua.

§ 3º Cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social, fomentar e promover a reestruturação e a ampliação da rede de acolhimento a partir da transferência de recursos aos Municípios, Estados e Distrito Federal.

§ 4º A rede de acolhimento temporário existente deve ser reestruturada e ampliada para incentivar sua utilização pelas pessoas em situação de rua, inclusive pela sua articulação com programas de moradia popular promovidos pelos Governos Federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal.

~~Art. 9º Fica instituído o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, integrado por representantes da sociedade civil e por um representante e respectivo suplente de cada órgão a seguir descrito: (Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)~~

~~I - Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, que o coordenará; (Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)~~

~~II - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; (Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)~~

~~III - Ministério da Justiça; (Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)~~

~~IV - Ministério da Saúde; (Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)~~

~~V - Ministério da Educação; (Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)~~

~~VI - Ministério das Cidades; (Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)~~

~~VII - Ministério do Trabalho e Emprego; (Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)~~

~~VIII - Ministério dos Esportes; e (Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)~~

~~IX - Ministério da Cultura. (Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)~~

~~§ 1º A sociedade civil terá nove representantes, titulares e suplentes, sendo cinco de organizações de âmbito nacional da população em situação de rua e quatro de entidades que tenham como finalidade o trabalho com a população em situação de rua. (Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)~~

~~§ 2º Os membros do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua serão indicados pelos titulares dos órgãos e entidades as quais representam e designados pelo Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. (Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)~~

~~Art. 10. O Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua terá as seguintes atribuições: (Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)~~

~~I – elaborar planos de ação periódicos com o detalhamento das estratégias de implementação da Política Nacional para a População em Situação de Rua, especialmente quanto às metas, objetivos e responsabilidades, considerando as propostas elaboradas pelo Grupo de Trabalho Interministerial instituído pelo Decreto de 25 de outubro de 2006; (Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)~~

~~II – acompanhar e monitorar o desenvolvimento da Política Nacional para a População em Situação de Rua; (Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)~~

~~III – desenvolver, em conjunto com os órgãos federais competentes, indicadores para o monitoramento e avaliação das ações da Política Nacional para a População em Situação de Rua; (Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)~~

~~IV – propor medidas que assegurem a articulação intersetorial das políticas públicas federais para o atendimento da população em situação de rua; (Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)~~

~~V – propor formas e mecanismos para a divulgação da Política Nacional para a População em Situação de Rua; (Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)~~

~~VI – instituir grupos de trabalho temáticos, em especial para discutir as desvantagens sociais a que a população em situação de rua foi submetida historicamente no Brasil e analisar formas para sua inclusão e compensação social; (Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)~~

~~VII – acompanhar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios na implementação da Política Nacional da População em Situação de Rua, em âmbito local; (Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)~~

~~VIII – organizar, periodicamente, encontros nacionais para avaliar e formular ações para a consolidação da Política Nacional para a População em Situação de Rua; e (Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)~~

~~IX – deliberar sobre a forma de condução dos seus trabalhos. (Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)~~

~~Art. 11. O Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua poderá convidar gestores, especialistas e representantes da população em situação de rua para participar de suas atividades. (Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)~~

~~Art. 12. A participação no Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada. (Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)~~

~~Art. 13. A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e a Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA prestarão o apoio necessário ao Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, no âmbito de suas respectivas competências. (Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)~~

~~Art. 14. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República dará apoio técnico-administrativo e fornecerá os meios necessários à execução dos trabalhos do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua. (Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)~~

Art. 15. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República instituirá o Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos para a População em Situação de Rua, destinado a promover e defender seus direitos, com as seguintes atribuições:

I - divulgar e incentivar a criação de serviços, programas e canais de comunicação para denúncias de maus tratos e para o recebimento de sugestões para políticas voltadas à população em situação de rua, garantido o anonimato dos denunciantes;

II - apoiar a criação de centros de defesa dos direitos humanos para população em situação de rua, em âmbito local;

III - produzir e divulgar conhecimentos sobre o tema da população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional nas diversas áreas;

IV - divulgar indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a população em situação de rua para subsidiar as políticas públicas; e

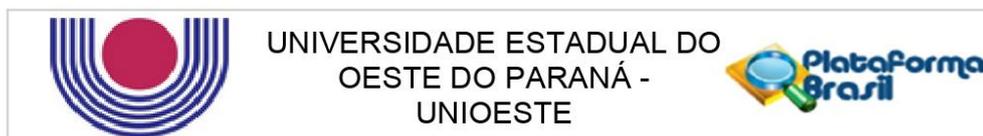
V - pesquisar e acompanhar os processos instaurados, as decisões e as punições aplicadas aos acusados de crimes contra a população em situação de rua.

Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de dezembro de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Tarso Genro
Fernando Haddad
André Peixoto Figueiredo Lima
José Gomes Temporão
Patrus Ananias
João Luiz Silva Ferreira
Orlando Silva de Jesus Júnior
Márcio Fortes de Almeida
Dilma Rousseff

ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A População em Situação de Rua como uma Face da Questão Social: contribuições do Movimento Nacional da População em Situação de Rua no Brasil e os desafios enfrentados pelos Assistentes Sociais em Foz do Iguaçu.

Pesquisador: Talita de Melo Lira

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 73840423.1.0000.0107

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRACAO LATINO-AMERICANA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.340.074

Apresentação do Projeto:

A presente pesquisa é exploratória e de campo, de natureza qualitativa. Possui como objetivo analisar como a pessoa em situação de rua enquanto face da Questão Social produz demandas profissionais para os(as) Assistentes Sociais em Foz do Iguaçu. Para isto definiu-se como objetivo geral analisar como as demandas da pessoa em situação de rua se configuram como uma face da Questão Social. Também foram definidos três objetivos específicos: 1) Caracterizar a população em situação de rua como uma face da Questão Social; 2) Identificar como o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) vem contribuindo para dar visibilidade a essa Questão Social e na criação de políticas públicas. E 3) Analisar as principais demandas e desafios do(a) Assistente Social no trabalho junto à população em situação de rua em Foz do Iguaçu. Esta pesquisa partirá da seguinte questão norteadora: Como a pessoa em situação de rua enquanto face da Questão Social, produz demandas profissionais para os assistentes sociais em Foz do Iguaçu?.

Quanto aos resultados esperados, pretende-se contribuir com informações qualificadas sobre as pessoas em situação de rua para subsidiar melhorias nas políticas públicas voltadas para esse segmento, bem como contribuir com a temática para ampliação de conhecimento no Serviço

Social e com o debate acadêmico em âmbito local, regional e nacional sobre a os moradores em situação de rua.

Endereço: RUA UNIVERSITARIA 1619

Bairro: UNIVERSITARIO

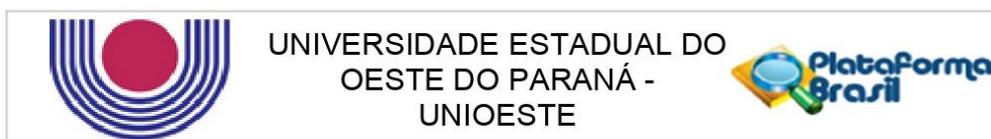
CEP: 85.819-110

UF: PR

Município: CASCAVEL

Telefone: (45)3220-3092

E-mail: cep.prppg@unioeste.br



Continuação do Parecer: 6.340.074

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Objetivo Geral: Analisar como as demandas da pessoa em situação de rua se configuram como uma face da Questão Social.

Objetivo Secundário:

Objetivos Específicos: Caracterizar a população em situação de rua como uma face da Questão Social. Identificar como o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) vem contribuindo para dar visibilidade a essa Questão Social e na criação de políticas públicas. Analisar as principais demandas e desafios do(a) Assistente Social no trabalho junto à população em situação de rua em Foz do Iguaçu.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos que esta pesquisa pode oferecer podem ser classificados como mínimo, pois não há garantia de que o participante não possa sentir algum desconforto em responder as perguntas. Apesar disso, é importante salientar a total liberdade de participação, esclarecendo que de forma alguma se pretende prejudicar a pessoa em sua vida pessoal e/ou profissional. Ademais, serão devidamente esclarecidos aos colaboradores tudo sobre a

pesquisa e sobre o sigilo que terão, com vistas à segurança de cada participante em relação a coleta de seus dados e informações transmitidas de sua colaboração na entrevista.

Benefícios:

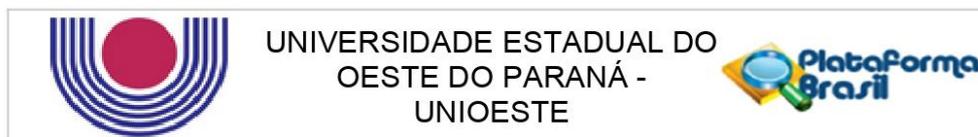
Os voluntários não receberão quaisquer benefícios, nem terão custo algum. Os benefícios gerados desta pesquisa será a contribuição para o acervo sobre este tema ao serviço social, pois considerando a realidade de uma região de fronteira, da população em situação de rua que por aqui passa e a realidade dos profissionais assistentes sociais que no atendimento a esta demanda apresentarão seus desafios profissionais e pontos de vistas.

Esta pesquisa pretende contribuir com informações qualificadas sobre a população em situação de rua bem como sobre a intervenção profissional dos assistentes sociais, para o aprimoramento do conhecimento científico e acervo para o serviço social a cerca desta temática.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Indica ser importante para a área e para os envolvidos

Endereço: RUA UNIVERSITARIA 1619	CEP: 85.819-110
Bairro: UNIVERSITARIO	
UF: PR Município: CASCAVEL	
Telefone: (45)3220-3092	E-mail: cep.prppg@unioeste.br



Continuação do Parecer: 6.340.074

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Presentes e adequados

Recomendações:

Sem recomendações

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2197858.pdf	18/08/2023 19:38:11		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CEP_ALESSANDRA.pdf	18/08/2023 19:26:20	Alessandra Stefani Borges Goveia da Silva	Aceito
Parecer Anterior	CamScanner3Stefani.jpg	18/08/2023 19:24:13	Alessandra Stefani Borges Goveia da Silva	Aceito
Parecer Anterior	CamScanner2Stefani.jpg	18/08/2023 19:24:03	Alessandra Stefani Borges Goveia da Silva	Aceito
Parecer Anterior	CamScanner1Stefani.jpg	18/08/2023 19:23:51	Alessandra Stefani Borges Goveia da Silva	Aceito
Outros	RoteiroEntrevistaALESSANDRA.pdf	18/08/2023 19:23:20	Alessandra Stefani Borges Goveia da Silva	Aceito
Folha de Rosto	DigitalizadoStefani.pdf	18/08/2023 18:53:15	Alessandra Stefani Borges Goveia da Silva	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_STEFANI.pdf	18/08/2023 18:49:51	Alessandra Stefani Borges Goveia da Silva	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Endereço: RUA UNIVERSITARIA 1619

Bairro: UNIVERSITARIO

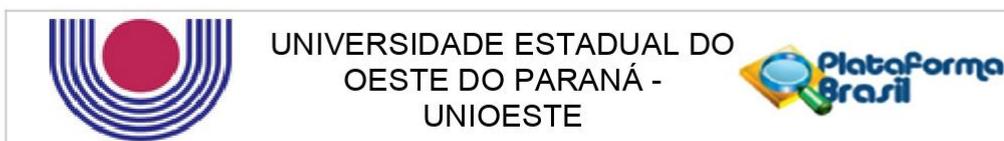
CEP: 85.819-110

UF: PR

Município: CASCAVEL

Telefone: (45)3220-3092

E-mail: cep.prppg@unioeste.br



Continuação do Parecer: 6.340.074

Não

CASCADEL, 03 de Outubro de 2023

Assinado por:
José Carlos da Costa
(Coordenador(a))

Endereço: RUA UNIVERSITARIA 1619
Bairro: UNIVERSITARIO **CEP:** 85.819-110
UF: PR **Município:** CASCADEL
Telefone: (45)3220-3092 **E-mail:** cep.prppg@unioeste.br

Página 04 de 04